

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

LINCOLN D'AVILA FERREIRA

CHRISTOPHER HILL E LAWRENCE STONE: DUAS INTERPRETAÇÕES SOBRE A
REVOLUÇÃO INGLESA DE 1640

MARINGÁ
2013

LINCOLN D'AVILA FERREIRA

CHRISTOPHER HILL E LAWRENCE STONE: DUAS INTERPRETAÇÕES SOBRE A
REVOLUÇÃO INGLESA DE 1640

Dissertação apresentada à Universidade
Estadual de Maringá, como requisito parcial
para a obtenção do título de Mestre em
História

Orientador: Prof. Dr. José Flávio Pereira

MARINGÁ
2013

LINCOLN D'AVILA FERREIRA

CHRISTOPHER HILL E LAWRENCE STONE: DUAS INTERPRETAÇÕES SOBRE A
REVOLUÇÃO INGLESA DE 1640

Dissertação apresentada à Universidade
Estadual de Maringá, como requisito parcial
para a obtenção do título de Mestre em
História

Aprovado em

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Karla Maria da Silva
Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Lupércio A. Pereira (Suplente)
Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Maurilio Rompatto
Universidade Estadual do Paraná / FAFIPA - Apucarana
Prof. Dr. Ivan A. Manoel (Suplente)
Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” / Campus de Franca

Prof. Dr. José Flávio Pereira (Orientador)
Universidade Estadual de Maringá

Dedico este trabalho

A minha amada Greice Gonçalves, ao meu avô materno Ladércio Amaral Soares, aos meus pais José Helber Ferreira e Léa Ap^a Soares Ferreira, e aos meus irmãos, Raphael e Janaína, pelo amor, fé e apoio incondicionais, que me trouxeram força nos momentos mais difíceis de minha vida.

AGRADECIMENTOS

Ao professor José Flávio Pereira, tanto pela orientação sempre clara, realista e compreensiva no decurso desta pesquisa, quanto pela franca amizade demonstrada em todos os momentos em que sua ajuda se mostrou inestimável.

Ao professor Lupércio Pereira, pela sincera preocupação e amizade, nos momentos em que cogitava abandonar os estudos dez anos atrás.

Ao professor Sidnei José Munhoz, pela postura inspiradora como profissional.

À professora Solange Ramos de Andrade, pela sua evidente devoção na busca ao conhecimento.

Aos professores Rivail Carvalho Rolim, Sezinando Luiz Menezes, Sandra de Cássia Araújo Pelegrini, José Carlos Gimenez e Peter Mainka pelas aulas dedicadas e estimulantes.

À atenciosa e compreensiva Giselle Moraes, pelo trabalho realizado com competência e humanismo na secretaria do PPH.

Aos colegas discentes pela ótima receptividade e constante companheirismo, principalmente a Moisés Franciscon, Tiago França, Flávio Palamin, Daniel Costa e Carlos Pressinatte.

Aos amigos Marco Ant^o Berbell, Frederico Diehl e J.L. Gurgel Jr. por me ouvirem falando repetidamente sobre minha dissertação há dois anos e meio, retribuindo com boas ideias.

Ao primo Flávio José Soares Filho e sua esposa, Melissa Bandeira, e ao primo Alexandre Soares Pepinelli, não apenas pela amizade de longa data, mas também pela ajuda em conseguir alguns livros indispensáveis para esta pesquisa.

Ao meu querido tio Flávio José Soares, que sempre me incentivou de todas as formas possíveis a estudar; tanto com proveitosas conversas, como com generosas contribuições materiais; e a buscar autonomia intelectual.

À minha namorada Greice Gonçalves, em especial, pela inabalável fé em minha pessoa e constantes incentivos, sem os quais eu não teria tido força suficiente para lidar com as questões do cotidiano concomitantemente a esta pesquisa, ou motivos para buscar melhoras pessoais além de questões egocêntricas.

Você me diz que
mudará a Constituição,
bem, você sabe,
nós todos adoraríamos
mudar a sua cabeça.
Você me diz que
o problema está na instituição,
bem, você sabe, seria melhor se você
libertasse a sua mente ao invés dela.
Mas, se você continuar
a carregar fotografias do Camarada Mao,
não vai conseguir realizar isso
com ninguém, de qualquer forma.
(John Lennon)

RESUMO

Analisa as interpretações de Christopher Hill e Lawrence Stone quanto à Revolução Inglesa de 1640. Descreve o contexto socioeconômico, político e cultural da Inglaterra do início da Modernidade. Apresenta os fatores que levaram os autores analisados a desenvolverem suas respectivas interpretações. Compara as interpretações dos autores analisados. Situa a obra dos autores analisados dentro da historiografia. Distingue as causas, os agentes revolucionários e suas respectivas expectativas, e as consequências da Revolução Inglesa conforme as interpretações dos autores analisados. Aponta as complementaridades, proximidades e distanciamentos em relação às interpretações dos autores analisados quanto à Revolução Inglesa. Ressalta as causas da Revolução Inglesa conforme as interpretações de Hill e Stone. Analisa as implicações do uso de conceitos marxistas na interpretação de Hill da Revolução Inglesa. Analisa as implicações do uso de conceitos próprios das ciências sociais na interpretação de Stone da Revolução Inglesa. Conclui, ressaltando as diferenças entre as interpretações de Hill e Stone, e as limitações da produção historiográfica.

Palavras-chave: Revolução Inglesa. Christopher Hill. Lawrence Stone. Inglaterra do início da Modernidade. Historiografia. Tudors. Stuarts.

ABSTRACT

Analyzes Lawrence Stone and Christopher Hill's interpretations about the 1640 English Revolution. Describes the socio-economic, political and cultural aspects of Early Modern England. Introduces the factors that led the analyzed authors to develop different interpretations thereof. Compares the analyzed authors' interpretations. Situates the analyzed authors' works within the historiography. Distinguishes the causes, the revolutionary agents and their respective expectations, and the consequences of the English Revolution as the interpretations of the analyzed authors. Appoints complementarities, similarities and divergences related to the interpretations of the English Revolution according to the analyzed authors. Emphasizes the causes of the English Revolution according the interpretations of Hill and Stone. Analyzes the implications of using Marxist interpretation concepts by Hill on his view of the English Revolution. Analyzes the implications of using social science concepts by Stone on his interpretation of the English Revolution. Concludes, highlighting the differences between the interpretations of Hill and Stone, and the limitations of historical production.

Keywords: English Revolution. Christopher Hill. Lawrence Stone. Early Modern England. Historiography. Tudors. Stuarts.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	A INGLATERRA DO INÍCIO DA MODERNIDADE	14
2.1	Contextos, eventos e personagens	17
2.2	Historiografia	28
3	CHRISTOPHER HILL: <i>MODOS DE PRODUÇÃO E LUTA DE CLASSES</i> NA REVOLUÇÃO INGLESA	33
3.1	As causas da revolução	36
3.2	Os agentes da revolução e suas expectativas	51
3.3	Os resultados da revolução	55
4	LAWRENCE STONE: “DISFUNÇÕES MÚLTIPLAS” NO MUNDO INGLÊS	59
4.1	As causas da revolução	65
4.2	Os agentes da revolução e suas expectativas	81
4.3	Os resultados da revolução	83
5	CONCLUSÕES	85
5.1	Considerações finais	90
	REFERÊNCIAS	93
	GLOSSÁRIO	96

Introdução

O objetivo desta pesquisa é comparar as interpretações de Christopher Hill, reconhecido como uma das maiores autoridades da historiografia inglesa quanto ao século XVII, com a de Lawrence Stone, historiador muito mais estudado no mundo anglo-saxônico que em nosso país, sobre a Revolução Inglesa. Em relação às suas causas; seus principais agentes e objetivos; e, às transformações trazidas pela mesma. Para isso, dois livros em especial foram selecionados – dentro da extensa obra de ambos – por tratarem diretamente desses temas, e por terem sido marcos na historiografia da Revolução Inglesa. Contudo, outras obras desses autores foram estudadas conjuntamente e serão utilizadas em alguns momentos, para mostrar a maneira como os autores lidaram com suas próprias interpretações ao longo do tempo. Ou, para ilustrar alguns dos raciocínios que aparecem nas duas obras principais utilizadas nesta dissertação: “A Revolução Inglesa de 1640”, de Hill (lançado em 1940); e “Causas da Revolução Inglesa: 1529-1642”, de Stone (lançado em 1972).

A escolha dos historiadores foi feita tanto em função da notoriedade dos mesmos, dentro da historiografia pertinente, quanto por estes terem diferentes interpretações sobre a Revolução Inglesa. Diferentes, mas, ainda assim, comparáveis. Na apresentação da edição brasileira do livro de Stone; feita por seu tradutor: Modesto Florenzano; o mesmo chama a atenção para a possibilidade de “aproximação pontual” entre as óticas desses historiadores. Em relação às transformações sociais, políticas, econômicas e culturais ocorridas na Inglaterra entre os séculos XVI e XVII. Isso seria possível, de acordo com Florenzano, por Hill “matizar e sofisticar seu marxismo” (2000, p. 19). Além disso, os diálogos e contribuições, entre ambos, foram expostos pelos mesmos ao longo de suas carreiras.

Em seu livro “O eleito de Deus: Oliver Cromwell e a Revolução Inglesa”, publicado originalmente em 1970, Hill cita Stone, no prefácio, como um dos que o ajudara a concluir tal obra (1988, p. 10). Naquele momento, Stone ainda não havia lançado seu livro sobre as causas da Revolução Inglesa. Isso ocorreria dois anos depois. No segundo capítulo desse livro, ao analisar o debate historiográfico que vinha ocorrendo, Stone refere-se a Hill qualificando-o como um “altamente sofisticado marxista” (2000, p. 86). Mesmo assim, o cerne da explicação marxista – centrada na ideia de uma luta de classes levando à superação de um *modo de produção* por outro – é negada por Stone (um historiador liberal que havia iniciado seus

estudos como medievalista e passara a se interessar mais pela Modernidade) nessa obra. Oito anos depois, em 1980, Hill publicava o artigo “Uma revolução burguesa?” (que viria a ser traduzido e publicado em nosso país quatro anos à frente) no qual respondia a várias críticas ao seu modelo marxista de explicação da revolução. Nele, Hill afirma que “Marx antecipou-se ao professor Stone ao ressaltar “a maravilhosa vitalidade da classe dos grandes senhores da terra”, na Inglaterra” (1984, p. 19). Cinco anos depois, Stone escreveria o artigo “*The Bourgeois Revolution of Seventeenth-Century England Revisited*” [“A Revolução Burguesa da Inglaterra do Século XVII Revisitada”], no qual, mostrava que Hill ao reformular e defender sua ideia de revolução burguesa havia chegado a conclusões parecidas com as dele mesmo. Ideia que ele colocou no último capítulo, adicionado em 1985, do livro que havia escrito em 1972:

“Agora Hill e eu concordamos que a Revolução Inglesa não foi causada por um claro conflito entre ideologias e classe feudal e burguesa... que a *gentry* parlamentar não tinha a intenção consciente de destruir o feudalismo; mas que o resultado final, primeiro o da derrota da realeza, e segundo o da consolidação de tal derrota na Revolução Gloriosa, quarenta anos mais tarde, foi decisivo.” (2000, p. 19)

Portanto, como nosso objetivo é comparar as interpretações de Hill e Stone quanto à Revolução Inglesa, o tema central desta dissertação é a Revolução Inglesa enquanto objeto historiográfico. Mas, para que as analogias entre esses autores, e suas próprias discussões sobre os contextos e fatos relacionados a essa revolução, fiquem mais claras, apresentaremos um panorama geral dos diversos âmbitos da história da Inglaterra no período tratado por ambos. Basicamente, o contexto ligado à Revolução Inglesa é trabalhado por Hill e Stone desde o começo da dinastia Tudor (1485) até o início do século XVIII, época em que se encerra a dinastia Stuart e começa o imperialismo britânico. Dentro desse recorte temporal, o período que vai do início da Reforma na Inglaterra (1529) até à Restauração (1660), da monarquia, recebe uma ênfase maior; por parte de ambos, por concentrar a maior parte das transformações que afetariam a história inglesa daquele período. E, o momento entre a última parte do governo de Elizabeth (1588-1603) e o começo da Guerra Civil (1642), é ainda mais

ênfatisado – por ser o período no qual as tensões sociais estavam chegando ao seu ponto crítico.

No primeiro capítulo desta dissertação, “A Inglaterra no início da Modernidade”, apresentaremos o contexto histórico inglês de forma a esclarecer o estabelecimento da estrutura política, econômica e cultural do feudalismo. Para isso, teremos de remontar à invasão normanda de 1066 e prosseguir descrevendo a situação das principais instituições que mais viriam a ser alteradas pela Revolução Inglesa: a Coroa, a nobreza feudal e a Igreja. Uma série de termos específicos da história inglesa, como nomes de categorias sociais, órgãos e funções governamentais, eventos, leis e personagens históricos serão apresentados. Isso visa facilitar a comparação entre as interpretações de Hill e Stone, e evitar a necessidade de ficar repetindo apresentações e explicações dos principais fatos e elementos relacionados ao tema. Para distinguir a história da historiografia, no final do capítulo será feita uma retrospectiva das transformações historiográficas relacionadas à Revolução Inglesa.

No segundo capítulo, analisaremos a interpretação de Christopher Hill quanto à Revolução Inglesa. Além do livro citado como fundamental (“A Revolução Inglesa de 1640”), recorreremos também às obras “Origens Intelectuais da Revolução Inglesa” (lançado em 1965), “O eleito de Deus: Cromwell e a Revolução Inglesa” (lançado em 1970); e, ao ensaio “Uma Revolução Burguesa?” (publicado em 1980). Iniciaremos esse texto fazendo uma breve apresentação da pessoa de Hill e de seu papel na historiografia, seguido de uma explicação geral sobre a proposta de seu livro, de 1940. Na sequência, virá uma seção que trata das causas da revolução, para Hill. Nela, perceberemos que sua interpretação enfatiza os fatores socioeconômicos, abordagem que havia sido pioneira. Já que, as explicações encontradas na historiografia costumavam enfatizar os conflitos políticos e religiosos. A seção seguinte analisa a maneira como esse autor apresenta os principais agentes históricos da revolução e suas expectativas particulares: na ótica de Hill, além dos indivíduos que participaram daquele processo, classes e sistemas socioeconômicos também são apresentados como sujeitos históricos. E, a última seção do capítulo será voltada para analisar quais são as principais consequências da Revolução Inglesa, segundo Hill. Assim como em relação às causas, notaremos sua ênfase nos aspectos socioeconômicos.

O terceiro capítulo será destinado a analisar a interpretação de Stone; e, a levantar os pontos de aproximação, complementação e diferenciação em relação à obra de Hill. O texto seguirá a mesma ordem lógica praticada no capítulo anterior: começa com uma apresentação

geral da proposta da obra, seguida de uma seção para as causas do evento, uma para os agentes envolvidos e suas expectativas; e, a última, para as alterações e continuidades trazidas pela Revolução Inglesa. A opção de fazer conjuntamente a análise de Stone, e as analogias entre os dois autores, foi feita em função do livro “Causas da Revolução Inglesa: 1529-1642”, de 1972, abordar questões que não fazem parte da obra de Hill, de 1940.

Por isso, ao invés de realizar uma análise de todo o livro de Stone – o que nos levaria a ter de abandonar boa parte das ideias levantadas, no momento de serem feitas as comparações – optamos por enfatizar os aspectos comparáveis entre ambos, que fazem parte dessa obra. O último capítulo da obra de Stone: “Refletindo em 1985”, foi adicionado posteriormente e traz considerações autocríticas do autor; e, será utilizado para mostrar como o mesmo lidou com suas próprias concepções historiográficas com o passar do tempo. Também foi utilizado o livro, ainda não lançado em nosso país, “*The Crisis of the Aristocracy*” [“A Crise da Aristocracia: 1558-1640”], considerado a obra-prima desse autor, numa versão abreviada de 1977. A original era de 1965, contando com mais de oitocentas páginas de análises enriquecidas por dados quantitativos e estatísticas.

Nas “Conclusões” encerraremos as comparações entre os dois autores, enfatizando as diferenças entre ambos; e, faremos considerações pessoais sobre a Revolução Inglesa e a produção historiográfica.

Considerando que o mundo inglês, do início da Modernidade, tinha aspectos econômicos e políticos extremamente entrelaçados com questões culturais (como as discussões religiosas do período e o papel social que se esperava de cada classe), várias digressões serão feitas ao longo da dissertação. Porém, o intuito das mesmas é esclarecer ao máximo as discussões centrais.

A Inglaterra do início da Modernidade

O início da Modernidade foi um dos períodos mais cheios de tensões sociais da história inglesa. Ao longo dos séculos XVI e XVII, discussões e problemas de ordem política, econômica e cultural dividiram as opiniões da sociedade inglesa gerando uma grande diversidade de facções ideológicas. O controle do Estado e suas formas de organização; as maneiras de se lidar com o crescimento econômico e demográfico; a problemática da religião: sua institucionalização e suas relações com o Estado; foram algumas das questões mais debatidas na Inglaterra daquela época. Somado a esse contexto, a ordem social muitas vezes esteve seriamente ameaçada, por problemas externos ou internos. Essa complexidade de problemas e tensões fez com que a Revolução Inglesa – ocorrida em meados do século XVII – se tornasse um evento explicado de formas divergentes na historiografia. Pois, além do problema da complexidade de fatores relacionada à sua ocorrência e consequências; a diversidade de correntes ideológicas, tanto no período da revolução, quanto entre os que escreveram posteriormente sobre ela, é extensa e cheia de disparidades.

A Revolução Inglesa iniciou-se nas reuniões parlamentares de 1640, nas quais o Parlamento passou a exigir profundas reformas políticas e religiosas da Coroa. Podemos considerar que ela se estende até à chamada Revolução Gloriosa, de 1688-9¹, pois esse evento pode ser entendido como um desdobramento dos conflitos entre Parlamento e Coroa; que tomaram proporções revolucionárias a partir de 1640, mas já vinham ocorrendo desde o final do século XVI. Entre 1640-2, as disputas de poder se deram essencialmente nas sessões do Parlamento, que iniciou esse processo com força política muito maior que a Coroa². No final desse período, em função da intenção dos líderes oposicionistas à Coroa de atraírem apoio popular às suas causas, o apoio ao rei se fortaleceu no Parlamento³. Com essa cisão entre os parlamentares ambos os grupos passaram a se fortalecer militarmente. Em 1642 iniciou-se

¹ ARRUDA, J.J. Andrade. “Perspectivas da Revolução Inglesa”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 4, nº 7, 1984. p. 121-131.

² STONE, Lawrence. *As causas da Revolução Inglesa: 1529-1642*. São Paulo: Edusc, 2000. p. 235-7.

³ *Ibidem*, p. 242-4.

uma guerra civil entre a Coroa e o Parlamento. Apesar de ter tido poucas grandes batalhas, estima-se que cerca de 20% dos homens adultos tenha participado das hostilidades⁴.

A Guerra Civil acabou em 1649, com a decapitação do rei Charles I. Começou então, um período de ditadura e protetorado, no qual a figura de Oliver Cromwell desempenhou um papel similar ao do monarca. Com sua morte, em 1658, seu filho não conseguiu desempenhar o mesmo papel político, e o herdeiro do trono, Charles II, assumiu a Coroa – com a Restauração, em 1660. Vinte e oito anos depois, quando seu irmão, James II, já havia se tornado o novo rei inglês, o Parlamento comandou um golpe de estado pacífico – conhecido como a Revolução Gloriosa. A partir de então, a Inglaterra passou a ser governada por um regime parlamentarista.

Esse embate: Coroa X Parlamento, tem raízes em questões anteriores ao século XVII. Mas, em relação a suas causas mais imediatas, algumas merecem ser destacadas. O governo de Charles I vinha causando descontentamento crescente, desde o seu início; no qual, além de ter de lidar com uma séria recessão econômica (iniciada ainda na administração de seu pai) sua atuação reacionária e autoritária agravou sua impopularidade. Quando Charles I tentou impor ao clero presbiteriano escocês um livro de orações anglicano, em 1637, os escoceses reuniram um exército e invadiram a Inglaterra. O fracasso do rei em conter os invasores custou a perda da região carvoeira de Newcastle e o obrigou a convocar o Parlamento, fechado há mais de uma década, em 1640. Os parlamentares opositoristas, aproveitando a situação de fragilidade político-econômica do rei, passaram a exigir reformas políticas e religiosas (na maneira da Coroa implantar impostos e contra as políticas religiosas arminianas na Igreja). Essa postura do Parlamento levou o rei a dissolvê-lo, cerca de um mês após seu início. Por isso, essas reuniões ficaram conhecidas como o Parlamento Curto, de 1640.

Sem conseguir o apoio financeiro dos mercadores da *City*, Charles I convocou novamente o Parlamento, no final de 1640. Era o início do Parlamento Longo, que só acabaria com a Restauração, vinte anos depois. Hill considera que foi no início desse período que a maior parte das mudanças definitivas, trazidas pela Revolução Inglesa, ocorreu:

⁴ PHILLIPS, Charles. *The complete illustrated encyclopedia of Royal Britain*. London: Hermes House, 2010. p. 150-1.

“As cortes privilegiadas – *Star Chamber*, Alta Comissão, Conselho do Norte – foram abolidas. Toda taxaço feita sem aquiescência do Parlamento foi declarada ilegal. Sir Thomas Wentworth, conde de Strafford, foi executado e o arcebispo Laud aprisionado na Torre de Londres e executado em 1645. Outros ministros e juizes foram depostos e muitos fugiram para o exterior. Os bispos foram excluídos da Câmara dos Lordes, instituíram-se os Parlametos Trienais e o Parlamento Longo foi declarado indissolúvel, a não ser mediante o próprio consentimento” (HILL, 1988, p. 51-2).

Essas alterações talvez pudessem ter satisfeito os ímpetos reformistas da oposição. Mas, uma revolta dos colonos irlandeses alterou essa configuração.

Em 1641, os irlandeses – revoltados com as políticas brutais, e a estrutura religiosa, que vinham sendo impostas pela administração inglesa – aproveitaram-se do momento de revés vivido pelo rei para iniciarem uma revolta contra a colonizaço inglesa. Apesar da necessidade de formar um exército para reverter essa situaço, o Parlamento inglês não queria dar ao rei o comando militar desse exército – pois temia que ele o usasse contra o próprio Parlamento, para anular as reformas políticas e religiosas que vinham ocorrendo. Os parlamentares opositoristas tomaram atitudes que seriam cruciais para que se iniciasse a Guerra Civil, posteriormente:

“Apresentaram à Câmara a Grande Reprimenda⁵, extensa e abrangente lista de todas as acusaçoes que poderiam ser lançadas ao governo de Carlos [Charles I] ao longo da década passada. Após sua aprovaço, recorreram novamente ao voto e ordenaram que fosse impressa. Esse passo sem precedentes, que significava um apelo deliberado ao apoio fora do círculo mágico do corpo político, rachou o Parlamento em dois. (“Se a reprimenda fosse rejeitada”, disse Oliver⁶ a lorde Falkland, “eu teria vendido todos os meus bens no dia seguinte e nunca mais voltaria a ver a Inglaterra.”) Na noite de 22 de novembro as espadas chegaram a ser desembainhadas na Câmara dos Comuns.

⁵ *Grand Remonstrance*.

⁶ Oliver Cromwell.

Daí a seis semanas, o rei, por meio de um golpe militar desarticulado, tentou prender os líderes do Parlamento, que se refugiaram na segurança proporcionada pela *City* de Londres. Carlos deixou a capital, a fim de angariar apoio na Escócia e no norte e oeste da Inglaterra. Após uma guerrilha de propaganda, que durou sete meses, durante os quais cada lado procurava angariar apoios acusando o outro de agressor inconstitucional, a guerra explodiu em agosto de 1642” (HILL, 1988, p. 53-4).

Esse rompimento só pode ser entendido, além das questões imediatas, se considerarmos as complexidades que envolviam o mundo inglês do início da Modernidade. As maneiras de explicar esses conflitos, do século XVII, refletem a multiplicidade de interesses, e perspectivas, envolvidos na Revolução Inglesa. Por isso, passaremos agora a apresentar um quadro geral do contexto histórico da Inglaterra do início da Modernidade.

CONTEXTOS, EVENTOS E PERSONAGENS

Politicamente, a Inglaterra estava começando a se organizar em um Estado centralizado e burocratizado⁷, com o formato no qual viria a se desenvolver a democracia e o capitalismo. A intenção dos monarcas Tudors e Stuarts não era a de organizar um sistema político de nuances democráticas, nem a de desenvolver um sistema econômico baseado na obtenção de lucro a partir da primazia da propriedade privada. Mas, com o tempo, suas ações acabaram fomentando, direta ou indiretamente, esses dois aspectos. A estrutura burocrática que foi criada, por mais cheia de falhas e deficiências que fosse, deu poder político a pessoas de setores que até então não tinham um grande peso político⁸. Foi da organização desses setores que surgiram os principais inimigos da realeza que apoiaram o Parlamento na guerra contra a Coroa (1642-1649), especialmente entre os juristas e mercadores⁹.

⁷ STONE, Lawrence. *The crisis of aristocracy (1558-1641)*. Oxford: Oxford University Press, 1977. p. 183.

⁸ STONE, Lawrence. *As causas da Revolução Inglesa:1529-1642*. São Paulo: Edusc, 2000. p. 158-161.

⁹ STONE, Lawrence. *As causas da Revolução Inglesa:1529-1642..* São Paulo: Edusc, 2000. p. 236, 249-250.
HILL, Christopher. *A Revolução Inglesa 1640*. Lisboa: Editorial Presença, 1985 p. 14, 56, 64.

A aristocracia dominava hegemonicamente a política inglesa, até o início dos governos Tudors¹⁰, em 1485. As raízes do poder da nobreza inglesa da Modernidade remontam à invasão da Inglaterra pelos normandos, em 1066. Quando o duque da Normandia; chamado entre os ingleses de William, o Conquistador; tomou a coroa do reino invadido, distribuiu as terras inglesas e galesas entre seus vassalos. William organizou o sistema feudal inglês, com o intuito de consolidar sua conquista. O novo rei determinou que legalmente a propriedade das terras conquistadas fosse sua, mas a administração das mesmas seria feita pelos seus representantes: um grupo de duzentos nobres franceses (e dois saxões remanescentes) instalados nas dezenas de castelos que estavam sendo erguidos. Esse novo grupo aristocrático devia reportar-se ao rei em relação às áreas sob sua responsabilidade, nos conselhos convocados pelo mesmo¹¹. Uma das raízes do que viria a ser a casa dos Lordes, no Parlamento inglês.

No longo período entre a invasão normanda e o fim da dissensão da dinastia Plantageneta (1066-1485), as reuniões parlamentares seriam convocadas de forma irregular e esporádica. Levantar fundos para financiar guerras era o principal motivo dessas convocações. Duas datas em especial foram de grande importância nessa fase, para essa instituição que viria a governar a Inglaterra. Em 1215 um conselho de nobres se reuniu para forçar o rei a assinar um documento com o intuito de controlar seus abusos de poder, posteriormente ele seria interpretado como um dispositivo legal que obrigava o rei a aprovar novos impostos no Parlamento – antes de implementá-los. Estava instituída a Magna Carta, que surtiria mais efeito no futuro do que na época em que fora criada¹². E, em 1341, após várias convocações feitas para custear lutas na França e Escócia, a Casa dos Comuns exigiu o direito de aprovar todas as novas tributações criadas pelo rei, invocando a Magna Carta¹³. Esse direito legal foi desrespeitado várias vezes pelos monarcas, até a Revolução Inglesa. Mas, a sua existência foi um dos fatores que fomentou os debates constitucionais dos tempos dos Tudors e Stuarts, com

¹⁰ STONE, Lawrence. *As causas da Revolução Inglesa*. São Paulo: Edusc, 2000. p. 116-118. STONE, Lawrence. *The crisis of aristocracy (1558-1641)*. Oxford: Oxford University Press, 1977. p.96-99. HILL, Christopher. *A Revolução Inglesa 1640*. Lisboa: Editorial Presença, 1985 p. 49-51. ZIERER, Otto. *Pequena história das grandes nações: Inglaterra*. São Paulo: Linoart, 1978. p.49.

¹¹ PHILLIPS, Charles. *The complete illustrated encyclopedia of Royal Britain*. London: Hermes House, 2010. p.36.

¹² PHILLIPS, Charles. *The complete illustrated encyclopedia of Royal Britain*. London: Hermes House, 2010. p. 47. ZIERER, Otto. *Pequena história das grandes nações: Inglaterra*. São Paulo: Linoart, 1978. p. 34.

¹³ PHILLIPS, Charles. *The complete illustrated encyclopedia of Royal Britain*. London: Hermes House, 2010. p. 55.

grande força a partir da atuação de sir Edward Coke no setor judiciário¹⁴, na primeira metade do século XVII.

No final do século XIV, os Plantagenetas se dividiriam entre dois ramos em disputa pela coroa. Isso traria importantes consequências econômicas e políticas à nobreza feudal. O duque de Lancaster tomou o trono do rei Ricardo II, em 1399, tornando-se o rei Henry IV. Meio século depois o duque de York, aproveitando-se de um período de demência de Henry VI, proclamou-se Lorde Protetor e Defensor do Reino, e passou a reivindicar para si a coroa – por ser descendente direto do pai do rei que havia sido destronado (Eduardo III)¹⁵. Assim iniciou-se a Guerra das Duas Rosas (1455-1485), que empobreceu e enfraqueceu militarmente a aristocracia tradicional, dividida entre as facções que disputavam o trono. Até o período da Revolução Inglesa, além de passar por um processo de decadência financeira e militar, a nobreza feudal ainda viria a perder muita influência política e cultural.

Henry Tudor – partidário dos Lancaster – conquistou a Coroa, em 1485, e casou-se com a princesa de York, acabando com a guerra nobiliárquica e iniciando uma nova dinastia. Sua ascensão modificou a organização política inglesa. A partir de então começou a ocorrer um monopólio da violência por parte do Estado. Foi o primeiro grande golpe na importância política da aristocracia tradicional. Os Tudors jamais conseguiriam chegar a manter um exército profissional e permanente. Mas, apenas dois anos após iniciar seu governo, em 1487, Henry VII criou um estatuto que proibia aos nobres manter grupos de servos armados e fardados¹⁶.

Aproveitando-se do fato de muitos nobres terem perdido soldados e riqueza, na Guerra das Duas Rosas, o novo rei confiscou as propriedades de seus inimigos, acusando-os de traição. Completando o enfraquecimento da aristocracia, o principal órgão político diretamente ligado à Coroa, o Conselho Privado – que funcionava como um gabinete ministerial e tinha o poder de promulgar leis – passou a ser composto primordialmente por juristas, clérigos, mercadores e cavaleiros¹⁷. Ao invés de ser formado pela aristocracia feudal, como ocorria desde os tempos da invasão normanda, que compartilhava o poder político com

¹⁴ HILL, Christopher. *Origens intelectuais da Revolução Inglesa*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. cap. 5.

¹⁵ PHILLIPS, Charles. *The complete illustrated encyclopedia of Royal Britain*. London: Hermes House, 2010. p. 57, 81-95.

¹⁶ ZIERER, Otto. *Pequena história das grandes nações: Inglaterra*. São Paulo: Linoart, 1978. p. 49.

¹⁷ *Ibid*, cap.: 6. Obs.: Os cavaleiros eram a categoria mais elevada da pequena nobreza, mas não tinham o direito hereditário de transmitirem seus títulos.

a realeza numa proporção muito maior à que lhe seria possível após a Guerra das Duas Rosas¹⁸.

Os três Tudors que governaram por mais tempo: Henry VII, Henry VIII e Elizabeth, escolheram seus principais assessores fora da nobreza tradicional. Dessa forma, evitaram fortalecer politicamente possíveis rivais e se apoiaram em conselheiros que dependiam de seus favores e proteção para manterem sua posição social. As famílias que vinham da aristocracia latifundiária não tinham essa dependência financeira, em relação à Coroa, até que a inflação começasse a corroer suas rendas – a partir de meados do século XVI¹⁹. Henry VII teve como principal ministro Edmund Dudley, jurista oriundo da pequena nobreza²⁰. Seu filho, Henry VIII, teve como principais ministros primeiro o clérigo Thomas Wolsey, filho de um grande mercador de carnes²¹; e, posteriormente Thomas Cromwell, jurista, filho de um próspero ferreiro²². Já Elizabeth, teve William Cecil²³ e após a morte dele seu filho, Robert, como ministros principais. Ambos eram juristas e descendiam de uma família de comerciantes.

Acompanhando esse processo de decadência do poderio aristocrático, ocorreu um importante aumento da participação de setores da classe média na vida política. Não apenas na Corte – como já vimos, mas também na administração local dos condados. O cargo de xerife, que representava legalmente o poder central do Estado nos condados, teve suas atribuições militares transferidas para a Coroa, e para dar conta de suas tarefas administrativas foi criado o de juiz-de-paz. Esse novo cargo foi ocupado principalmente por membros da

¹⁸ ZIERER, Otto. *Pequena história das grandes nações: Inglaterra*. São Paulo: Linoart, 1978. cap. 6.

¹⁹ STONE, Lawrence. *The Crisis of the Aristocracy: 1558-1641*. Oxford: Oxford University Press, 1977. p. 71-6. 189-91. HILL, Christopher. *A Revolução Inglesa 1640*. Lisboa: Editorial Presença, 1985. p. 26-7.

²⁰ ENCYCLOPEDIA BRITANNICA, 11th Ed., vol. XIII. Cambridge: Cambridge University Press, 1910. p. 283. Disponível em: <<http://www.luminarium.org/encyclopedia/henry7.htm>> Acesso em: 11 ago. 2012. DUDLEY, Edmund. *The Tree of Common Wealth: A Treatise*. Manchester: Charles Simms & Co., 1859 (original manuscrito de 1509-10). p. V-XVIII Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=wwVAAAAAYAAJ&printsec=frontcover&dq=edmund+dudley&hl=pt-BR&sa=X&ei=Q9nvUdioE8iWqQHplDgCQ&ved=0CDEQ6AEwAA#v=onepage&q&f=false>> Acesso em: 11 ago. 2012.

²¹ JOKINEN, Anniina. “Cardinal Thomas Wolsey.” *Luminarium*. 8 mai. 2007. Disponível em: <<http://www.luminarium.org/encyclopedia/wolseybio.htm>> Acesso em: 13 jul. 2012.

²² ENCYCLOPEDIA BRITANNICA, 11th Ed., vol. VIII. Cambridge: Cambridge University Press, 1910. p. 501. Disponível em: <<http://www.luminarium.org/encyclopedia/cromwell.htm>> Acesso em: 22 jul. 2012.

²³ ENCYCLOPEDIA BRITANNICA, 11th Ed., vol. VI. Cambridge: Cambridge University Press, 1910. p. 817. Disponível em: <<http://www.luminarium.org/encyclopedia/burghley.htm>> Acesso em: 20 jul. 2012.

gentry²⁴. Eles organizavam assembleias trimestrais, as *Quarter Sessions*, escolhendo um grupo de cidadãos representativo dos habitantes do condado, para discutirem as questões políticas locais²⁵. Essa prática pode ser apontada como uma das que acabaria estimulando o surgimento de ideais democráticos no contexto político inglês de início da Modernidade. Além disso, ela contribuiria para o surgimento da concepção que opunha os interesses políticos e os valores daqueles que estavam ligados ao poder central em relação aos valores e interesses dos habitantes dos condados. Essa dicotomia foi outro importante fator no contexto pré-revolucionário, pois polarizava ideias e práticas políticas, econômicas e culturais entre a Corte, de um lado, e o País, de outro²⁶.

Contudo, a nobreza tradicional não foi completamente destituída de seus poderes de controle político do Estado. Mas ela decaiu muito nesse aspecto, em comparação com a do período medieval, e passou a dividir o poder com setores sociais de pouca voz política nos tempos dos Plantagenetas. Assim, a Casa dos Comuns adquiriria um poder de pressionar a Coroa inimaginável na dinastia que se seguiu à dos Tudors: os Stuarts. As tentativas dos monarcas Stuarts de ignorar essa nova e poderosa força política engendraram persistentes questionamentos e críticas, tanto em relação às pessoas dos reis em questão, quanto em relação à forma de instituição do poder real em si²⁷. Ao lado disso, a decadência e as insatisfações da nobreza feudal fariam com que alguns importantes nomes da Câmara dos Lordes se somassem ao grupo que pressionava o rei por mudanças de atitudes e reformas políticas, em meados do século XVII. O Conde de Essex (Robert Devereux) seria inclusive, o primeiro general a comandar as forças do Parlamento na guerra contra a Coroa.

A principal controvérsia política, nos debates parlamentares dos tempos dos primeiros Stuarts (James I e Charles I), era em relação aos limites do poder da prerrogativa real. Na realidade, nunca havia sido estabelecido limites para essa tradição política. Era graças a ela que o monarca tinha o poder de promulgar suas decisões, sem ter de debatê-las. Mesmo assim, os reis não a usavam para impor absurdos abusivos por saberem que, se perdessem a confiabilidade, poderiam acabar como os vários destronados, e assassinados²⁸, de sua história.

²⁴ Membros da categoria mais baixa da pequena nobreza, os *gentlemen*, que assim como os cavaleiros não tinham o direito hereditário de transmitirem seus títulos.

²⁵ STONE, Lawrence. *As causas da Revolução Inglesa*. São Paulo: Edusc, 2000. p. 173.

²⁶ *Ibidem*, p. 191.

²⁷ *Ibidem*, p. 168-9. HILL, Christopher. *O eleito de Deus: Oliver Cromwell e a revolução inglesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 25.

²⁸ João-Sem-Terra (1216), Eduardo II (1327), Ricardo II (1399), Ricardo III (1485).

Além disso, mesmo após a conquista normanda, o costume saxônico de debater as decisões com o rei em conselhos continuou a ser praticado²⁹. Somente em 1610, sete anos após o início do reinado de James I, a *Court of King's Bench* determinou, após debater o *Case of Proclamations*, que o rei não tinha o direito de fazer proclamações por meio da prerrogativa real sem a aprovação do Parlamento³⁰. Porém, James continuou a usar a prerrogativa, mas, ao invés de proclamar leis, editava estatutos. E, justificava tal comportamento argumentando que essa era uma medida necessária para resolver problemas que não podiam esperar os trâmites dos debates parlamentares³¹.

Isso era possível legalmente porque a estrutura jurídica da Inglaterra estava dividida entre tribunais mais antigos, baseados na jurisprudência do direito consuetudinário (*common law*) – como o *Court of King's Bench*; e outros mais recentes, que utilizavam o direito romano, como a *Star Chamber*³². Essa instituição era chamada de tribunal privilegiado, pois a partir de meados do século XV passara a ser destinada a questões que estivessem fora da *common law* – sob a qual haviam se organizado os tribunais do direito consuetudinário – cuidando de questões ligadas diretamente ao poder real e seus representantes. E, acabou sendo usada como o braço jurídico do rei para legalizar suas decisões. Era inclusive composta primordialmente por membros de seu Conselho Privado.

As disputas de poder entre Parlamento e Coroa, a partir daí, acabariam levando à Guerra Civil – mas, a ordem social inglesa já havia passado por vários momentos críticos desde o fim da Guerra das Duas Rosas. No entanto, a ideia de enfrentar militarmente o rei, só surgiria em meados do século XVII. Em 1536, ocorrera a Peregrinação da Graça, uma demonstração católica de reprovação à Reforma inglesa e à perseguição aos mosteiros pelo

²⁹ Existe uma grande controvérsia historiográfica quanto à continuidade das práticas políticas saxônicas após a conquista normanda. Essa hipótese pode ter sido construída posteriormente, pelos historiadores da corrente whig (que realça os aspectos positivos do Parlamento na história inglesa) pressupondo que os debates políticos envolvendo o monarca eram uma tradição de longa duração no mundo inglês. Porém, ainda que essa tradição política tenha sido historicamente idealizada por seus defensores, e que não seja possível defender que haja continuidade nos modelos administrativos reais da Inglaterra saxônica à normanda, os monarcas ingleses nunca tiveram possibilidade de governar de maneira autocrática (provavelmente os que chegaram mais próximos a isso foram Henry II e Henry VIII) por lhes faltar autonomia financeira, militar e administrativa – o que os obrigava a governar num modelo de consenso, via debates e disputas, com seus principais súditos. Para maiores informações sobre essa questão, consultar o texto de John Morrill, *What was the English Revolution?*, publicado no periódico *History Today*.

³⁰ HILL, Christopher. *Origens intelectuais da Revolução Inglesa*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. cap: 5.

³¹ *Ibidem*.

³² ENCYCLOPEDIA BRITANNICA, 11(1485)th Ed. Vol XXV. Cambridge: Cambridge University Press, 1910. p. 796. Disponível em: <<http://www.luminarium.org/encyclopedia/star chamber.htm>> Acesso em: 11 jun. 2012.

governo, que foi esmagada por Henry VIII³³. Em 1549, o sul da Inglaterra sofreu uma onda de revoltas camponesas contra os cercamentos³⁴. Em 1569, ocorreu a Revolta dos Condes do Norte, outro movimento católico contra o governo, que tinha o objetivo de depor a rainha Elizabeth e colocar sua prima – Maria, da Escócia – no trono. A revolta foi vencida pela Coroa, mas, naquele momento parecia mais possível que ocorresse uma guerra civil do que em 1640, quando o rei estava cedendo às pressões da oposição (ainda que de maneira dúbia) para reformar a política fiscal, a estrutura jurídica e a Igreja. Em 1601, o conde de Essex, um dos favoritos da rainha, também liderou uma revolta que foi derrotada, cujo objetivo era tomar o trono: seus partidários eram contra o ato de sucessão que entregaria a Coroa a James Stuart, primo de Elizabeth e rei da Escócia. Mas, além dessas questões políticas, o contexto histórico que levou à Revolução Inglesa também têm importantes questões socioeconômicas e culturais.

Economicamente, a terra passou a ser um item cada vez mais comprado e vendido, no início da Modernidade, do que simplesmente herdado – como costumava ocorrer, no período medieval. Coincidentemente, nessa mesma época, a monetarização e a inflação estimulariam investimentos na produção de alimentos e têxteis, aos moldes do que viria a se consolidar como o sistema capitalista. Nas regiões sul e leste, onde se encontra Londres, uma grande quantidade de propriedades rurais passou às mãos de cidadãos interessados em tirar proveito do aumento dos preços e da população:³⁵ o número de ingleses dobrou entre os séculos XVI e XVII, aumentando a demanda comercial em geral e desvalorizando a moeda. Paralelamente a isso, em meados do século XVI, a quantidade de ouro na moeda foi diminuída por Henry VIII³⁶, e o mercado europeu começou a receber grandes quantias de prata espanhola, estimulando igualmente a inflação³⁷.

Esse aquecimento do mercado de terras foi fortemente estimulado pelos confiscos dos monastérios, entre 1536 a 1539, ordenados por Henry VIII³⁸. As propriedades confiscadas produziam um montante de rendas semelhante ao da própria Coroa, mas foram rapidamente

³³ STONE, Lawrence. *As causas da Revolução Inglesa: 1529-1642*. São Paulo: Edusc, 2000. p. 141-2.

³⁴ STONE, Lawrence. *As causas da Revolução Inglesa: 1529-1642*. São Paulo: Edusc, 2000. p. 144.

³⁵ HILL, Christopher. *A Revolução Inglesa 1640*. Lisboa: Editorial Presença, 1985 p. 26-28.

³⁶ ZIERER, Otto. *Pequena história das grandes nações: Inglaterra*. São Paulo: Linoart, 1978. p. 61.

³⁷ HILL, loc. cit.

³⁸ *Ibidem*.

vendidas para financiar a campanha contra a França movida pelo rei³⁹. Dessa forma, uma grande quantidade de terras saiu das mãos da Coroa; e, por meio da venda e revenda, acabou concentrada principalmente nas mãos de investidores e especuladores – interessados em tirar proveito das oscilações dos preços das terras, dos alimentos e dos têxteis⁴⁰. Outra fonte de áreas rurais, para esse tipo de compradores, foi a nobreza feudal; que, com a proibição de manter tropas particulares, passou a vender, ou arrendar, as áreas de suas propriedades anteriormente destinadas a sustentar seus exércitos privados. Para esses lordes, essa também era uma das formas de se adequar à monetarização das rendas e custear seu modo de vida, que se tornava cada vez mais urbano, ostentador e dispendioso – entre os séculos XVI e XVII⁴¹. A monetarização começou a se intensificar ainda no século XV, como decorrência da dificuldade de se encontrar trabalhadores rurais a partir da disseminação da Peste Negra – iniciada no século XIV⁴².

Várias áreas rurais estavam sendo cercadas, drenadas, ou regularizadas como propriedades particulares, levando a uma expansão de produtos agrícolas cada vez mais voltados para as cidades e à exportação. Contudo, o crescimento econômico produzia tanto o enriquecimento de várias famílias, como o empobrecimento de outras⁴³. O número de pobres marginalizados e de criminosos cresceu muito; do mesmo modo, várias famílias da nobreza feudal declinaram economicamente, com essas mudanças. Entre todos os segmentos sociais a mobilidade, tanto para cima, como para baixo, aumentou enormemente – em comparação com a sociedade medieval. Isso levaria muitos a idealizarem um futuro que retomasse a estabilidade socioeconômica do passado. Caso dos radicais que lutariam ao lado do Parlamento na esperança de ressuscitar as propriedades comunais⁴⁴.

No início do século XVII, a expansão do mercado de tecidos estava fazendo com que grandes fortunas fossem geradas, entre seus mercadores. Mas, o intervencionismo de James I nesse setor acabou gerando uma crise que levou décadas para ser revertida⁴⁵. Isso levaria tanto a discussões acirradas sobre os monopólios e o papel econômico do Estado, quanto à perda do

³⁹ STONE, Lawrence. *As causas da Revolução Inglesa: 1529-1642*. São Paulo: Edusc, 2000. p. 120.

⁴⁰ Ibidem, p. 130-1, 138-9.

⁴¹ STONE, Lawrence. *As causas da Revolução Inglesa: 1529-1642*. São Paulo: Edusc, 2000. p. 155-6.

⁴² ZIERER, Otto. *Pequena história das grandes nações: Inglaterra*. São Paulo: Linoart, 1978. p. 43.

⁴³ STONE, Lawrence. *As causas da Revolução Inglesa: 1529-1642*. São Paulo: Edusc, 2000. p. 196.

⁴⁴ HILL, Christopher. *A Revolução Inglesa 1640*. Lisboa: Editorial Presença, 1985. p. 93.

⁴⁵ HILL, Christopher. *A Revolução Inglesa 1640*. Lisboa: Editorial Presença, 1985. p. 62.

apoio financeiro dos mercadores londrinos, prejudicando duplamente a Coroa⁴⁶. A receita real no período Tudor havia sido favorecida pelos confiscos de membros da nobreza feudal e da Igreja católica. Todavia, os Stuarts herdaram um tesouro minguido e estavam retirando recursos da venda de títulos de nobreza e da expansão das exportações de tecidos. Porém, da forma como isso estava sendo feito, as acusações de corrupção no governo se tornaram mais fortes e constantes⁴⁷. E, para piorar o problema, no final da década de 1620, aquelas fontes de recursos estavam exauridas para a Coroa. No mesmo momento, ela passaria a governar sem o Parlamento: tentando ressuscitar algumas taxas e forçar a implantação de outras. Assim, as dificuldades econômicas fortaleceriam a grande perda de confiança e legitimidade na figura de Charles I; já visto como um rei despótico e papista.

Culturalmente, entre os séculos XVI e XVII, ao mesmo tempo em que a educação e a produção cultural se expandiam, a religião se tornava um campo de fervorosos embates. O cristianismo havia se ramificado em três grandes grupos na Inglaterra: católicos, anglicanos e puritanos. Nenhum desses grupos reconhecia a importância do outro. Os católicos eram repudiados pelos protestantes em geral, e os protestantes anglicanos e puritanos discordavam tanto em questões teológicas, como em discussões político-econômicas. Foi nesse cenário que o letramento e a erudição deixaram de ocorrer fundamentalmente nas casas aristocráticas e instituições religiosas, e passou a se dar também nas escolas e universidades⁴⁸.

Essa mudança sociocultural acompanhou o enfraquecimento, político e econômico, da nobreza feudal e estimulou o desenvolvimento tanto do pensamento empirista e da matemática, quanto acirrou os debates sobre o direito⁴⁹. Foi das universidades de Oxford e Cambridge que saíram homens como Edward Coke⁵⁰, que passaram a questionar a legalidade das atitudes reais incisivamente e a se destacar nos debates parlamentares. Sobretudo no século XVII, momento em que as discussões sobre o direito passaram a focar não só o rei em questão e seus magistrados, mas a própria Coroa e as instituições. Esses debates constitucionais se tornariam ainda mais tensos conforme os Stuarts tentassem utilizar a

⁴⁶ STONE, Lawrence. *As causas da Revolução Inglesa: 1529-1642*. São Paulo: Edusc, 2000. p. 228.

⁴⁷ STONE, Lawrence. *As causas da Revolução Inglesa: 1529-1642*. São Paulo: Edusc, 2000. p. 220-4.

⁴⁸ STONE, Lawrence. *As causas da Revolução Inglesa: 1529-1642*. São Paulo: Edusc, 2000. p. 130.

⁴⁹ HILL, Christopher. *Origens intelectuais da Revolução Inglesa*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 400-1.

⁵⁰ Um dos mais eminentes juristas ingleses do período entre os séculos XVI e XVII. Presidiu o tribunal que decretou pela primeira vez na história inglesa que a prerrogativa real seria limitada pelo Parlamento e pelas leis.

“Teoria do Direito Divino” dos reis, com a intenção de usar a prerrogativa real sem os freios parlamentares.

Essas tensões, agravadas pelas dificuldades econômicas e crises políticas, se refletiam nos debates religiosos. Inclusive, como os desentendimentos e polêmicas permeavam os vários setores da sociedade inglesa, sem gerar uma polarização clara e organizada (capaz de antagonizar governistas e opositores em grupos uniformes), seria em torno da religião que se aglutinariam as forças que se enfrentariam na Guerra Civil, de meados do século XVII⁵¹. Os católicos vinham se tornando um grupo cada vez menor, concentrado principalmente em algumas casas aristocráticas. Nos tempos de Charles I, que tinha uma esposa e vários favoritos católicos, eles estariam do lado da Coroa⁵². Assim como os que não questionavam incisivamente o anglicanismo, religião oficial do reino, que concentrava membros da Corte e vários dos demais governistas. No geral, oriundos das classes mais altas. Já os puritanos se subdividiam em dois grandes grupos, e eram compostos essencialmente por pessoas ligadas ao comércio, ao direito e à pequena nobreza. Os defensores do Parlamento, na Guerra Civil, estariam principalmente entre os puritanos. Os mais ricos, se concentravam no grupo que viria a ser chamado de “Presbiterianos”. Eram defensores de um modelo de Igreja semelhante ao escocês, de teologia inspirada no calvinismo e com a instituição Igreja ligada ao controle do Estado. A classe média puritana se concentrava na facção chamada de “Independentes”: que não aceitava a subordinação da Igreja ao Estado. Viviam majoritariamente na região londrina e viriam a compor a maior parte do exército parlamentar. Os puritanos mais pobres não teriam grande poder de decisão nos rumos tomados pelos defensores do Parlamento, e eram chamados de “Sectários”⁵³.

Em relação à organização social, a intensificação da mobilidade entre as classes fez com que as atribuições se tornassem mal definidas e polêmicas⁵⁴. Muitos mercadores, juristas e aventureiros tornaram-se nobres. Muitos nobres, de origem tradicional, se endividaram perdendo seu poder econômico, se não o próprio título hereditário. O próprio conceito de nobreza passou a ser discutido. A aristocracia titulada se subdividia em dois grandes grupos. Aqueles que participavam da Corte e da Câmara dos Lordes eram chamados de Pares do rei, a maioria detentores de títulos aristocráticos hereditários mais altos (de duque a conde, em grau

⁵¹ STONE, Lawrence. *As causas da Revolução Inglesa: 1529-1642*. São Paulo: Edusc, 2000. p. 186, 247-8.

⁵² *Ibidem*, p. 247.

⁵³ HILL, Christopher. *A Revolução Inglesa 1640*. Lisboa: Editorial Presença, 1985. p. 81.

⁵⁴ STONE, Lawrence. *As causas da Revolução Inglesa: 1529-1642*. São Paulo: Edusc, 2000. p. 200.

descendente). A nobreza feudal se encontrava nesse grupo, mas vários conselheiros do rei oriundos da classe média recebiam títulos hereditários menores, como o de barão, e faziam parte do grupo dos pares também. Tendo um poder efetivo muito maior, do que de outros cortesãos com títulos mais elevados. O segundo grupo da aristocracia titulada era o do baronato. Barões que não eram convocados a participar da Câmara dos Lordes. Também tinha direito hereditário sobre seus títulos, mas eram compostos essencialmente por pessoas ligadas ao comércio, ou aos serviços jurídicos, que pagavam por esses títulos na maior parte dos casos⁵⁵.

O grupo da pequena nobreza era muito mais heterogêneo, e não tinha direito hereditário sobre seus títulos. Tinha em comum com a alta nobreza apenas o fato de seus membros terem propriedades rurais, e ocupavam a Câmara dos Comuns. Sua escala mais baixa era a da *gentry*, o coletivo dos *gentlemen*. Para se tornar um *gentleman* bastava ter dinheiro para comprar uma propriedade rural e um brasão, disponíveis no mercado sem nenhum tipo de seletividade⁵⁶. Acima deles estavam os escudeiros⁵⁷ [*esquires*], que costumavam serem selecionados entre os membros mais ricos e influentes da *gentry* local, e aspiravam ao título de cavaleiro [*Knight*]. O cavaleiro usualmente era consagrado pelo rei como tal, após ser apontado por algum dos pares como um escudeiro de boas habilidades militares⁵⁸. Acima deles estava o grupo dos baronetes, uma categoria criada por James I para angariar fundos com a venda de títulos. Seu título, na verdade, era de caráter hereditário, mas não fazia parte do grupo dos pares e só podia participar da Casa dos Comuns.

Porém, ainda no período Tudor, o empobrecimento de grande parte da nobreza feudal produzia dois tipos básicos de atitude naqueles que decaíam. Enquanto alguns procuravam se apoiar na Corte, ou em parentes aristocráticos de melhor condição financeira, outros passavam a gerenciar diretamente suas propriedades: buscando extrair os maiores rendimentos possíveis das mesmas. Ambas saídas diminuía o respeito que se tinha em relação a essas pessoas, pois a expectativa que se tinha em relação aos nobres é que fossem guerreiros pródigos. E não parasitas ou trabalhadores. Isso diminuiria a confiança que a

⁵⁵ STONE, Lawrence. *The Crisis of the Aristocracy: 1558-1641*. Oxford: Oxford University Press, 1977. p. 32-5.

⁵⁶ STONE, Lawrence. *As causas da Revolução Inglesa: 1529-1642*. São Paulo: Edusc, 2000. p. 300-1.

⁵⁷ STONE, Lawrence. *The Crisis of the Aristocracy: 1558-1641*. Oxford: Oxford University Press, 1977. p. 41.

⁵⁸ STONE, Lawrence. *The Crisis of the Aristocracy: 1558-1641*. Oxford: Oxford University Press, 1977. p. 39.

nobreza tinha, tanto em si mesma, como por parte de seus clientes⁵⁹. Tornando-se mais um dos fatores que estimularia o Parlamento a enfrentar a Coroa. Isso se agravaria no período Stuart, com a venda indiscriminada de títulos a uma série de famílias ricas (que não tinha nem o perfil guerreiro esperado da nobreza feudal, nem realizado nada de meritório ao Estado) que passara a ter títulos hereditários⁶⁰.

Essas alterações na configuração social; e as tensões políticas, socioeconômicas e religiosas; seriam temas para a literatura, o teatro e os panfletos populares da época. Atividades que aumentavam enormemente, e sobre as quais o governo tinha um controle pouco eficiente⁶¹. Entre os séculos XVI e XVII o número de pessoas instruídas, tanto entre os pobres como entre as classes médias, cresceu ao ponto de gerar problemas para os governantes. Nas classes médias, as universidades estavam produzindo um número de profissionais liberais, e clérigos, maior do que a sociedade podia absorver⁶². O teatro e a literatura, que criticavam os problemas de sua própria sociedade, seriam absorvidos fortemente, assim como produzidos, dentro desse setor social. Entre os pobres, o letramento estava ligado à expansão do puritanismo e dos ideais igualitários. Outra força crítica, que estimularia a oposição a um governo com pretensões absolutistas⁶³.

HISTORIOGRAFIA

A forma como essas questões seriam tratadas pela historiografia reflete sua complexidade. Nos séculos que se seguiram à Revolução Inglesa três correntes historiográficas se desenvolveram. A dos *whigs*, partidários da supremacia política do Parlamento, interpretou a Revolução como uma luta pela defesa dos interesses nacionais, contra uma Corte altamente questionável, movida pelos parlamentares⁶⁴. A corrente dos *tories*, defensores da nobreza e da Coroa como maiores forças políticas, descrevia a Revolução como uma luta empreendida pelo rei para defender a população dos abusos e da exploração daqueles que enriqueciam com os negócios⁶⁵. E, havia ainda uma terceira corrente,

⁵⁹ STONE, Lawrence. *The Crisis of the Aristocracy: 1558-1641*. Oxford: Oxford University Press, 1977. p. 349-53.

⁶⁰ STONE, Lawrence. *The Crisis of the Aristocracy: 1558-1641*. Oxford: Oxford University Press, 1977. p. 51.

⁶¹ STONE, Lawrence. *As causas da Revolução Inglesa: 1529-1642*. São Paulo: Edusc, 2000. p. 185-6.

⁶² STONE, Lawrence. *As causas da Revolução Inglesa: 1529-1642*. São Paulo: Edusc, 2000. p. 201.

⁶³ Charles I tentou governar sem o Parlamento por onze anos, na primeira metade do século XVII (1629 – 1640).

⁶⁴ HILL, Christopher. *A Revolução Inglesa 1640*. Lisboa: Editorial Presença, 1985. p. 13-4.

⁶⁵ HILL, Christopher. *A Revolução Inglesa 1640*. Lisboa: Editorial Presença, 1985. p. 15-8.

que colocava a guerra como um resultado das tensões religiosas⁶⁶. Em 1940, no seu livro “A Revolução Inglesa de 1640”, Christopher Hill seria um dos que iniciaria uma nova fase de debates historiográficos sobre a Revolução Inglesa. Na introdução dessa obra, Hill demonstra que embora cada uma das três correntes tradicionais tivesse argumentos razoáveis para seus pontos-de-vista, todas privilegiavam apenas o aprofundamento de um aspecto do mundo inglês do início da Modernidade, em detrimento de outro. Sua análise trouxe uma interpretação socioeconômica para os conflitos políticos e religiosos, colocados no cerne das explicações da historiografia tradicional.

Ao longo desse livro, Hill explica a Revolução como o resultado do desenvolvimento do sistema capitalista dentro do feudalismo. Tal forma de explicar esse evento está diretamente relacionada com sua concepção marxista da história. Paralelamente a esse trabalho, outro socialista, Tawney lançaria um estudo que apontava a ascensão da *gentry* como um dos fatores cruciais para a ocorrência da Revolução, também em 1940⁶⁷. Seria a resposta de um conservador a esse estudo, Trevor-Roper, em 1953, que iniciaria uma fase de alta produtividade de textos sobre esse tema⁶⁸. A partir de então, na dificuldade de categorização e definição do papel das classes médias na Revolução, estaria o cerne das discussões entre marxistas, liberais e conservadores; nessa fase de revisionismo historiográfico. Em 1972, o liberal Lawrence Stone lançou o livro “As causas da Revolução Inglesa”, no qual resumia e analisava o revisionismo que vinha ocorrendo e trazia uma nova tese sobre as causas da Revolução, na qual procurava abarcar a complexidade de fatores relacionados à ocorrência da mesma.

Ao contrário de seu primeiro livro, que foi publicamente elogiado como uma obra-prima, mesmo por quem tinha concepções ideológicas bem diferentes⁶⁹, essa obra causaria uma nova onda de polêmica no meio historiográfico. A polêmica passava da interpretação das questões relacionadas à *gentry*, e suas implicações entre as causas sociais da revolução, para a interpretação da Revolução Inglesa como um todo. O livro de Hill, de 1940, já trazia a tese de que as classes médias da Inglaterra tinham sido o motor do movimento social revolucionário. No mesmo ano, Tawney (outro historiador inglês marxista), publicou um artigo que defendia a tese de que o enriquecimento da *gentry*, combinado com a crise da aristocracia feudal, tinha

⁶⁶ HILL, Christopher. *A Revolução Inglesa 1640*. Lisboa: Editorial Presença, 1985. p. 18-9.

⁶⁷ STONE, Lawrence. *As causas da Revolução Inglesa: 1529-1642*. São Paulo: Edusc, 2000. p. 72.

⁶⁸ *Ibidem*, p. 73-4.

⁶⁹ Eric Hobsbawm. *Ibidem*, p. 15.

sido o principal fator socioeconômico a originar as convulsões políticas de meados do século XVII. No final daquela década, Stone escrevia um artigo que relacionava a interpretação de Tawney quanto à *gentry*, com a sua própria interpretação da nobreza elisabetana. Esses dois textos originaram a primeira onda revisionista, com os ataques do historiador conservador Trevor-Roper, em 1953⁷⁰.

Para Trevor-Roper, a *gentry* ligada à revolução não era a parte ascendente desse grupo. Era a parte em dificuldades econômicas, composta por pequenos agricultores, que estava aderindo ao radicalismo religioso e passava a ter uma forte identificação com a ideologia do País, em contraposição à imagem que se tinha da Corte. Além de trazer essa nova argumentação, sua tese também atacava a validade das interpretações sobre dados estatísticos, que haviam sido utilizadas tanto pelo marxista Tawney, quanto pelo liberal Stone. As fragilidades dessa tese; que não esclarecia os alinhamentos entre radicalismo religioso, ideologia do País e impossibilidade de extrair lucros da agricultura num contexto inflacionário; só seriam criticadas no final da década de 1950, por Hill e Zagorin. Foi a partir desse momento, que a polêmica historiográfica passou da questão do papel da *gentry* para os aspectos gerais das causas da Revolução Inglesa⁷¹ (STONE, 2000, p. 74-87).

As complexidades do mundo inglês, dos séculos XVI e XVII, representam um terreno no qual dificilmente as hipóteses historiográficas avançarão, sem encontrar resistências e críticas. Nos últimos tempos, têm ganhado força teses de que o que ocorreu em meados do século XVII, na Inglaterra, foi apenas uma rebelião contra a figura de Charles I, em particular. Historiadores, como Elton e Clark⁷², chegaram a considerar esses eventos como uma espécie de acidente histórico. E a ideia de que não ocorreu sequer uma revolução, que foi apenas uma guerra religiosa, vem sendo defendida por John Morrill⁷³ e Jonathan Scott⁷⁴. Mas, foi nesse período,

⁷⁰ Ibidem, p. 72-4.

⁷¹ Ibidem, p. 74- 87

⁷² FLORENZANO, Modesto. “Olhando para os dois lados do Canal da Mancha: polêmicas e revisionismo na historiografia da Revolução Inglesa”. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, São Paulo, v. 30, p. 127-136, jun. 2005. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2257/1350>> Acesso em: 08 jun. 2013.

⁷³ MORRILL, John; MANNING, Brian; UNDERDOWN, David. “What was the English Revolution”. *History Today*. London, v. 34, 1984. p. 14-21. Disponível em: <http://www.blackwellpublishing.com/content/BPL/Images/Content_store/Sample_chapter/9780631208082Sample/Gaunt9780631208082.pdf> Acesso em: 27 jun. 2013.

⁷⁴ SCOTT, Jonathan. *England's Troubles: Seventeenth-Century English Political Instability in European Context*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. Disponível em: <

que se delinearão os contornos do que viria a ser o capitalismo inglês, estudado por Hill; e também do que viria a se consolidar como as noções de legitimidade do Estado (diretamente relacionadas ao sistema democrático), estudadas por Stone.

Um período no qual as diferenças de interesses entre membros da cúpula do Estado e população, fez com que as reformas políticas e econômicas, empreendidas pelos governantes, seguissem rumos diferentes do planejado. Como no caso da Reforma, iniciada por Henry VIII, não apenas para conseguir a anulação do seu casamento, mas também para ter poder político direto sobre a Igreja e suas propriedades, na Inglaterra. Que, para ser efetivada teve de passar por extensos debates no Parlamento, dando origem a dissensões religiosas que abririam espaço à disseminação de concepções religiosas e socioeconômicas que não interessavam ao Estado. Levando, também, o Parlamento a debater as questões do reino com a Coroa numa frequência que levaria os parlamentares a entenderem que o poder político consistia no “rei no Parlamento”. E, não numa superioridade natural determinada por Deus, ou pelo nascimento.

O crescimento econômico concentrando renda e privilégios nas mãos de poucos, ocorrendo no mesmo momento em que o letramento e a criticidade se expandiam e aprofundavam, produziu um grande número de frustrados e decadentes. Muitos se encaixariam em algumas das polarizações da época: puritanos X anglicanos, País X Corte, constitucionalistas X defensores da prerrogativa real, defensores da propriedade privada X defensores da propriedade comunal... Essas polarizações acabariam provocando a guerra civil, entre Parlamento e Coroa. E, após a mesma, as instituições que comandavam a sociedade inglesa; Monarquia e Igreja – controladas pela aristocracia feudal; nunca mais tiveram o mesmo poder.

Ao tratar desses problemas, a tendência teórica, comprovada pelos resultados historiográficos, é a de que o historiador acate as explicações que estão mais de acordo com suas próprias concepções políticas, econômicas e culturais. O que, por outro lado, nos faz pensar que, muitas vezes, os eventos da História são estudados mais para se ilustrar uma visão de mundo trazida *a priori* que para se chegar a conclusões lógicas que independam dos valores do pesquisador. Em outras palavras, amiúde, os acontecimentos do passado são

http://books.google.com.br/books?id=YoyjoOck5GoC&printsec=frontcover&dq=jonathan+scott&hl=pt-BR&sa=X&ei=2OzvUa_JpDdqwHHh4BQ&ved=0CDcQ6AEwAQ#v=onepage&q=english%20revolution&f=false> Acesso em: 17 jun. 2013.

tratados no presente como uma espécie de munição nos debates sobre as questões da atualidade. Provavelmente, em muitos casos, não por desonestidade do historiador; mas, por dificuldade do mesmo em elaborar argumentações que não sejam apenas reflexos de seus próprios valores e formas de pensar.

Christopher Hill: modos de produção e luta de classes na Revolução Inglesa

Em 1940, enquanto a Revolução Inglesa completava três séculos, era publicado “A Revolução Inglesa de 1640”, de Christopher Hill (1912-2003), historiador ligado à Universidade de Oxford. Esse livro se tornaria uma das principais referências sobre o tema e seu autor passaria à história como um dos mais respeitados estudiosos da Inglaterra do século XVII; mas, somente com o passar de décadas. Com um texto relativamente curto (cerca de cento e dez páginas no formato de bolso), trazia uma nova interpretação daquela revolução, construída a partir de sua ótica marxista. Numa releitura da Inglaterra do início da Modernidade. Nele, Hill analisa primordialmente as causas que levaram à eclosão da Guerra Civil da década de 1640; desde a dinastia dos Tudors (1485-1603) até à Restauração (1660). Além de tratar da revolução e suas causas, várias considerações quanto às transformações trazidas pela mesma são feitas ao longo do livro. Seu texto é encerrado com um apelo à capacidade transformadora que pode surgir da luta contra condições sociais insatisfatórias, citando passagens dos discursos do radical *digger*¹ Gerrard Winstanley.

Essa obra é composta por quatro capítulos. No primeiro, de introdução, é feita uma análise da produção historiográfica pertinente ao tema, diferenciando três principais tendências (duas que apresentam a Revolução segundo seus próprios líderes políticos, uma pró-Parlamento: *whig*; uma realista²: *tory*; e, uma terceira que coloca as diferenças religiosas no centro de suas análises: a da “Revolução Puritana”). No segundo, “Fundo Econômico da Revolução Inglesa”, há uma parte dedicada ao campo e outra à cidade; mas a ênfase do estudo se dá sobre as inter-relações entre ambos – aspecto crucial, de acordo com a interpretação de Hill, para que ocorressem as transformações vividas pela sociedade inglesa da época. O terceiro, e mais extenso de todos, “Fundo Político da Revolução Inglesa”, analisa separadamente as dinastias Tudor e Stuart – explicando porque os primeiros conseguiram o apoio de parte significativa da *burguesia*, ainda que ao custo de

¹ Grupo radical que acreditava que as terras deviam ser utilizadas como propriedades comunais e escavava terrenos, daí o nome *diggers* [escavadores], coletivamente. Eram contrários à violência e tiveram uma atuação social curta, e de pequenas dimensões, no final da década de 1640. Mas suas ideias acabaram se tornando das mais lembradas posteriormente, dentre os agentes da Revolução Inglesa, especialmente em função dos discursos de seu principal líder, Winstanley.

² Que defende a Coroa e o rei.

instituírem uma frágil monarquia (até hoje o termo “absolutismo Tudor”; referindo-se mais ao reinado de Henry VIII, que de qualquer outro, e algumas vezes até ao de Elizabeth; é polêmico quanto ao seu uso dentro da historiografia³), enquanto os Stuarts sofreram várias resistências por parte da mesma. O último capítulo, “A Revolução”, narra e analisa os acontecimentos que envolveram o rompimento entre Parlamento e Coroa (1640) que originou a Guerra Civil (1642-1649), o período republicano (1649-1658) e a Restauração (1660).

Ou seja, a maior parte dos estudos, assim como no livro de Lawrence Stone (que seria lançado trinta anos depois, e após um intenso debate historiográfico), trata das causas que provocaram a Revolução Inglesa. Tema principal a gerar polêmica entre os historiadores que tratam do assunto. Ainda que suas decorrências também sejam um tanto quanto controversas; Perry Anderson, ao contrário de Stone e Hill, acredita que esse evento praticamente não trouxe mudança no campo ideológico, enquanto para Stone o legado de transformações ideológicas é a principal consequência desse fenômeno (que; para aqueles que pensam que a Revolução Inglesa foi realmente uma revolução, e não uma simples revolta; cada vez mais, tende a ser entendido como um único fenômeno abarcando o começo da ampla limitação dos poderes da Coroa, em 1640, e o início do Parlamentarismo⁴, em 1688). Uma alteração no mundo inglês que Hill também pensa ter acontecido, mas diferentemente de Stone. Para esse historiador, o campo socioeconômico teria sido o mais alterado dentre todos. É claro que essa diferença de ênfase interpretativa pode ser atribuída, em parte, à ótica marxista de Hill, por um lado, e à visão liberal de Stone, por outro.

Esse estudo de Hill foi pioneiro quanto à análise da Revolução Inglesa, pois as implicações das mudanças econômicas dos séculos XVI e XVII não tinham recebido a devida importância nas produções das correntes historiográficas tradicionais (*whigs*, *tories* e teoria do conflito religioso), centradas basicamente sobre os problemas políticos e religiosos⁵. Por isso, a análise de Hill aprofundou o estudo dos elementos socioeconômicos

³ Stone comenta que o uso do termo absolutismo Tudor tem sido frequentemente atacado, e reabilitado, na historiografia pertinente. STONE, Lawrence. *As causas da Revolução Inglesa: 1529-1642*. São Paulo: Edusc, 2000. p. 116.

⁴ ARRUDA, J.J. Andrade. “Perspectivas da Revolução Inglesa”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 4, nº 7, 1984. p. 121-131.

⁵ Como no caso das obras de Thourays e Trevelyan (*whigs*); Disraeli e Clarendon (*tories*); e S. R. Gardiner (conflito religioso) – uma tendência que vem sendo retomada na historiografia da década de 1980 para cá, por historiadores como John Morrill, J. Goodwin e Jonathan Scott.

na Revolução Inglesa, sem deixar de considerar as mudanças políticas e culturais envolvidas. Isso deu ao livro uma repercussão maior e mais duradoura do que a esperada pelo autor, após ter sido recebido inicialmente com desdém no meio acadêmico inglês. Como podemos observar no artigo de obituário publicado no jornal inglês *The Telegraph*, no trecho que fala sobre essa obra de 1940, logo após sua morte, em 2003:

“The book was greeted with contempt in many academic circles, and Hill himself later admitted that he might have written it rather differently had he known he was going to survive the Second World War. It had, he confessed, been a “last will and testament” written by an “angry young man” rebelling against the complacency of English historical scholarship of the time” [“O livro foi recebido com desprezo em muitos círculos acadêmicos, e o próprio Hill admitiu posteriormente que ele poderia tê-lo escrito de forma diferente se ele soubesse que o mesmo ia sobreviver à Segunda Guerra Mundial. A obra tinha sido, ele confessa, um “testamento e último desejo” escrito por um “jovem irado” se rebelando contra a complacência da história erudita da Inglaterra da época”] (Disponível em: <http://www.telegraph.co.uk/news/obituaries/1423179/Christopher-Hill.html>> Acesso em: 22 abr. 2013).

Ou seja, o propósito principal do livro não era responder às demandas do meio acadêmico; e sim, mostrar um mundo inglês diferente, por meio de uma ótica diferente, na Inglaterra de início da II Guerra Mundial. A obra de Hill não era a primeira a trazer uma versão marxista mais detalhada sobre a Revolução Inglesa, Engels já havia feito isso⁶. Mas, foram principalmente os escritos de Hill e Tawney que representaram a visão marxista da Revolução Inglesa nos debates historiográficos de meados do século XX. Ainda que nessa obra, Hill tenha discutido os aspectos políticos e culturais mais para relacioná-los ao campo socioeconômico, seus próximos escritos passaram a considerar esses âmbitos de forma menos determinista em relação à força da economia sobre os mesmos. Com o passar do tempo, no início da década de 1970, Stone viria a chamar Hill de “sofisticado marxista dos anos 50 e 70” (2000, p. 86).

⁶ STONE, Lawrence. *As causas da Revolução Inglesa: 1529-1642*. São Paulo: Edusc, 2000. p. 91.

Resumindo a interpretação de Hill podemos entender que a Revolução Inglesa significou a superação do *modo de produção feudal* pelo *modo de produção capitalista*, em função de uma luta de classes entre beneficiários de um *modo de produção* ou outro. Ainda que inconscientes disso, os realistas defendiam a continuidade de um modelo de sociedade que se desintegrava, enquanto os “partidários do Parlamento” defendiam um modelo de sociedade que se consolidava. Nenhum dos termos, feudalismo ou capitalismo, havia já sido cunhado, contudo⁷. Mas, o controle econômico por parte do Estado e das guildas e corporações de ofício, exercidos por meio de monopólios e regulamentações do comércio e da indústria, entravavam os investimentos daqueles que tinham poder econômico para explorar propriedades, recursos e relações sociais com vistas à obtenção do maior lucro possível. O controle político concentrado na Coroa, com seus tribunais privilegiados e o poder da prerrogativa real nas mãos do monarca, tornou-se um estorvo opressor na visão das classes proprietárias que não gozavam dos favores reais na Corte. Ao mesmo tempo, a imposição de uma Igreja arminiana⁸, de aspecto papista⁹, sobre uma população predominantemente protestante e puritana, completou o desgaste da imagem dos governos Stuarts. Assim, os vencedores da Revolução Inglesa, lutaram contra a existência desses elementos sociais sem saberem que eles eram *feudais*. E “prepararam o terreno”, parafraseando Hill, para uma sociedade que ainda não era chamada de capitalista. Esse reconhecimento de que os revolucionários não tinham uma clara consciência de classe, em sua luta contra a Coroa, seria exposto por Hill somente em 1980¹⁰. Mas, sua argumentação continuava defendendo que, principalmente por suas realizações, aquela teria sido uma *revolução burguesa*.

AS CAUSAS DA REVOLUÇÃO

⁷ O primeiro uso de ambos, em inglês, é do séc. XIX *feudalism* 1818 – mas, *fee* [taxa / feudo] do séc. XIV, *feif* [feudo / campo] de 1611, *manor* [solar / terras arrendadas] do século XIV, *tenure* [título de posse] do século XV; e *capitalism* de 1877 – mas, *income* [renda], *private* [privado], *property* [propriedade] e *profit* [lucro] do século XIV. Disponível em: <<http://www.merriam-webster.com/>> Acesso em: 18 fev. 2013.

⁸ Que negava a teoria calvinista da predestinação, aceita pelos puritanos em geral, e defendida pelo Arcebispo William Laud (um dos personagens do governo mais odiado pelos opositores ao regime de Charles I).

⁹ Laud foi o primeiro membro do governo inglês a receber oficialmente um representante do Papa, desde a primeira metade do século XVI – quando foi realizada a Reforma inglesa.

¹⁰ HILL, Christopher. “Uma revolução burguesa?”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 4, nº 7, 1984. p. 7-32.

A Inglaterra do início da Guerra Civil embora ainda fosse predominantemente feudal, segundo Hill, abrigava um “vasto sector capitalista em expansão, cujo desenvolvimento a Coroa e os senhores feudais não poderiam continuar a refrear”, que vinha se fortalecendo desde o final do século XV (1985, p. 47). A luta expansionista desse setor ocorria em uma luta de classes tripartida: os praticantes da economia capitalista tinham interesses políticos e socioeconômicos diferentes dos detentores do poder feudal, e os camponeses e proprietários tinham interesses diferentes dos dois grupos – embora se identificassem com os capitalistas em alguns momentos e aspectos¹¹. Mas, mesmo num contexto cheio de tensões sociais – como já vinha ocorrendo ao longo de todo o século XVI – foi somente a partir da década de 1620 que começou a parecer impossível ao Parlamento entrar em acordo com a Coroa. E, somente após a fuga do rei diante da imposição de um acordo relativamente moderado em termos de exigência (proposto pelos líderes do exército do Parlamento em 1646), que a abolição da monarquia começou a ser seriamente considerada além da esfera dos grupos menores e mais radicais da oposição.

Além disso, não podemos nos esquecer de que a iniciativa da guerra foi tomada pela própria Coroa, que começou a reunir um exército após o rei não conseguir prender cinco membros do Parlamento – o que o levou a deixar Londres e começar a se fortificar em Nottingham para lutar contra o Parlamento, após ter enviado a esposa e a filha à França em busca de apoio financeiro¹². E, a análise de Hill além de não evidenciar isso, realça os aspectos de continuidade na luta dos grupos opostos à ordem feudal; lhes conferindo um aspecto mais ativo (de atores na construção de um novo mundo, de uma

¹¹ HILL, Christopher. *A Revolução Inglesa 1640*. Lisboa: Editorial Presença, 1985. p. 48.

¹² PHILLIPS, Charles. *The complete illustrated encyclopedia of Royal Britain*. London: Hermes House, 2010. p. 151. Obs.: Charles I não havia recebido do Parlamento o direito de receber as *tonnages and poundage*, tributo que era uma das principais rendas da Coroa desde o século XV. Mas, a receita que ele havia conseguido implementar com sua política econômica reacionária oferecia o suficiente para governar a Inglaterra em tempos de paz, segundo Stone (2000, p.). Porém, após o fracasso em uma guerra contra a Escócia, iniciada em 1637, e o início de uma rebelião na Irlanda em 1641, forçou Charles a reabrir o Parlamento – que continuou se recusando a votar proposições que garantissem fontes abundantes de recursos para a Coroa. Para maiores informações sobre as *tonnages and poundage*, e o reinado de Charles I, acessar:

[http://www.parliament.uk/about/living-](http://www.parliament.uk/about/living-heritage/evolutionofparliament/parliamentaryauthority/civilwar/overview/petition-of-right/)

[heritage/evolutionofparliament/parliamentaryauthority/civilwar/overview/petition-of-right/](http://www.parliament.uk/about/living-heritage/evolutionofparliament/parliamentaryauthority/civilwar/overview/petition-of-right/)

<http://www.luminarium.org/encyclopedia/kingcharles.htm>

<http://global.britannica.com/EBchecked/topic/599328/tonnage-and-poundage>

realidade idealizada) que reativo (de sujeitos se defendendo da exploração e ineficiência do governo). Provavelmente porque a explicação de Hill visa demonstrar que a Revolução Inglesa foi provocada por um movimento social semelhante ao que desencadeou a Revolução Francesa¹³, e também porque ele via naquela geração inglesa uma postura contestadora e ativa que o deixava admirado – em contraste com a complacência do meio intelectual de seu próprio tempo diante de um mundo em sérias crises.

No modelo teórico desenvolvido por ele “A ameaça à velha classe dominante e ao seu Estado surge apenas com o desenvolvimento do modo de produção capitalista na agricultura e na indústria” (HILL, 1985, p. 8). Ou seja, uma realidade política decorrente de uma transformação econômica teria sido o cerne das causas da Revolução Inglesa. A seguir, passaremos a equacionar os aspectos econômicos e políticos, de acordo com sua análise, relacionados às causas da Revolução Inglesa.

Reduzindo a tipologia da sociedade inglesa traçada por Hill (na qual três classes distintas se encontravam em conflito) a uma generalização didática, poderíamos simplificá-la à forma de uma pirâmide social: elite, composta pela Coroa, nobreza feudal e Igreja; classe média, formada por mercadores, industriais e agricultores capitalistas; e, pobres, representados por pequenos proprietários, camponeses, artesãos e expropriados (pelos cercamentos, ou pela instabilidade econômica). O setor privilegiado lutava para manter seu poder em decadência; o setor mediano lutava por uma regularização da política de acordo com suas necessidades econômicas e concepções ideológicas; e, a base da pirâmide sonhava com uma sociedade igualitária que refletia as imagens das aldeias medievais, em extinção, de acordo com seus próprios anseios.

Essa pirâmide hipotética poderia simbolizar a maneira como Hill apresenta a sociedade inglesa relacionada aos seus aspectos políticos, mas não aos econômicos – ao longo do século XVII. Nesses termos, os setores mais poderosos não eram os que derivavam da sociedade feudal, mas sim os dos mais afortunados e bem sucedidos homens de negócios do incipiente mundo capitalista. A camada mais rica da burguesia, a “grande burguesia”, é que seria a de maior poder econômico; de acordo com a apresentação do mundo inglês pré-revolucionário, feita por Hill. Nela, ainda que alguns nobres tradicionais estivessem conseguindo manter suas fortunas e propriedades, a maioria estava

¹³ HILL, Christopher. *A Revolução Inglesa 1640*. Lisboa: Editorial Presença, 1985. p. 11.

empobrecendo e se tornando parasitária. Já entre os envolvidos com as produções de têxteis e alimentos, finanças e comércio, o poder econômico estava aumentando. O que, também de maneira simplificadora, poderia ser representado em forma de uma pirâmide social. Mas, no seu topo estaria o grupo *capitalista*, e no meio o *feudal*.

A necessidade desse grupo enriquecido se igualar em termos de poder político com o grupo que empobrecia, e que também perdia prestígio social e poder moral concomitantemente, foi uma das principais causas da Revolução:

“Subsistiam ainda muitas restrições legais à utilização capitalista sem limites da propriedade fundiária, ao livre comércio da terra. Estas restrições mantinham-se no interesse da Coroa, da classe terratenente feudal e, em menor grau, da classe camponesa, desejosa de continuar na segurança dos velhos tempos, pagando os impostos fixados há muito. Esta rede legal tinha de ser despedaçada, para que o capitalismo rural pudesse desenvolver ao máximo os recursos do interior” (HILL, 1985, p. 32).

Essa ideia representa o cerne da argumentação de Hill, quanto às causas da Revolução Inglesa. Os conflitos políticos e desentendimentos religiosos, que levaram à guerra do Parlamento contra a Coroa, tinham como base fundamental as transformações socioeconômicas e as expectativas governamentais da *burguesia* em ascensão.

Além de perder o poder econômico, a nobreza feudal estava perdendo território político para a pequena nobreza (os juízes-de-paz, que detinham o controle político local, usualmente eram oriundos desse setor), e para a Coroa, pois no ambiente da Corte longe de terem o poder de pressionar o monarca – como muitos lordes do passado – estavam se tornando cada vez mais dependentes de seu apoio. As pressões que faziam sobre a Coroa se tornavam muito mais pedidos (reações negativas diante da decadência) que tentativas de imposições (afirmações positivas de aspirações capazes de lhes trazer mais poder). E, amiúde, os empréstimos que faziam para manter seu modo de vida numa realidade inflacionária, acabavam lhes custando seus bens hipotecados. Os financistas e a Coroa estavam se tornando credores de uma nobreza cada vez mais dispendiosa, por um lado, e decadente, por outro:

“Os tempos eram difíceis para estes parasitas e *rentiers*. A alta de preços tornou impossível a manutenção de seu antigo nível de vida, e ainda menos competirem no luxo com os príncipes do comércio. Estavam constantemente endividados, muitas vezes para com algum esperto homem de negócios da cidade, que exigia uma hipoteca sobre suas propriedades e se apoderava delas na altura do vencimento. O cortesão indigente, o jovem descendente de uma casa nobre, orgulhoso mas sem vintém, eram lugares-comuns do escárnio popular e do desprezo da classe média. Contudo, esta classe era ainda uma força social e política; o Estado estava organizado para salvaguardar os seus interesses” (HILL, 1985, p. 34).

Portanto, a imagem pejorativa que grande parte da nobreza feudal passava, de acordo com Hill, era de uma classe que havia perdido o poder econômico e sobrevivia de forma parasitária. Mas, que ainda detinha muito poder político.

Foi graças ao desenvolvimento da agricultura capitalista que ocorreu essa alteração no poder econômico das classes inglesas do início da Modernidade, de acordo com a ótica de Hill. Esse novo modelo de produção agrícola teria sido intensamente estimulado pelo crescimento econômico e demográfico, a reforma da Igreja e a monopolização da violência pelo Estado. A intensificação da compra e venda de terras, e a monetarização das relações sociais, já vinham ocorrendo antes desses três fatores; e, foram essenciais para o desenvolvimento da agricultura capitalista. Mas, foi em função daquelas três mudanças que os novos agricultores puderam se estabelecer socialmente e enriquecer cada vez mais. Conseguindo fazer com que as terras passassem cada vez mais a serem comercializadas, e a definir o trabalho assalariado como sistema padrão com o decorrer do tempo – uma das decorrências da Revolução Inglesa que discutiremos adiante. Essas transformações tinham um caráter *progressivo*, para Hill, pois a *burguesia* estava aproveitando essas novas condições socioeconômicas para enriquecer – ao mesmo tempo em que provocava a *modernização* agrícola, ainda não em tanto em termos de técnica, mas em relação à expansão das áreas cultivadas e finalidade produtiva.

A agricultura comercial começava a se sobrepôr à agricultura de subsistência – típica do mundo feudal. A partir do século XVI passou a ocorrer uma especialização produtiva, acentuadamente no sul e no leste da ilha, fazendo com que áreas têxteis tivessem de trazer alimentos de fora, e vice-versa. Começava a ocorrer uma interdependência produtiva entre diferentes áreas do reino¹⁴, também um cenário muito mais comum no mundo capitalista que no mundo feudal. Especialmente nas áreas Sul e Leste, nas quais a economia de mercado era mais forte, as atividades econômicas estavam se tornando mais especializadas. Porém, embora o período fosse de crescimento econômico, as finanças reais não acompanhavam esse ritmo. Ainda que a expansão econômica iniciada em meados do século XVI viesse a passar por um grave período de recessão, no início do século XVII, o tesouro real nunca chegou a ser abundante o suficiente ao ponto de o rei não precisar recorrer ao Parlamento, a empréstimos dos grandes mercadores da *City* e a vendas de terras para conseguir fundos. Henry VIII foi o que chegou mais próximo disso, mas o tesouro que Elizabeth legou aos Stuarts estava bastante minguado. A famosa prodigalidade do rei James I não contribuiria em nada para resolver esse problema.

Uma das soluções dos Stuarts para resolver seus problemas orçamentários seria tentar controlar os setores em crescimento por meio de monopólios. O setor têxtil era o principal das exportações inglesas. O intervencionismo no mesmo foi verificado desastroso e custou a própria credibilidade do governo – como no caso do Projeto Cockayne¹⁵, responsável por uma grave crise econômica no início da década de 1620. A outra forma dos Stuarts tentarem sanar a situação financeira da Coroa foi aumentar, criar e ressuscitar tributos, forçando sua implantação com o uso da prerrogativa real. Isso alimentava ainda mais o sentimento oposicionista no Parlamento (que só vinha crescendo desde o final do

¹⁴ HILL, Christopher. *A Revolução Inglesa 1640*. Lisboa: Editorial Presença, 1985. p. 27.

¹⁵ Esse projeto visava mudar o perfil das exportações de tecidos da Inglaterra, constituída basicamente por tecidos brutos. O “projeto Cockayne” criava um monopólio sobre os tecidos ingleses para fazer com que o país se tornasse um exportador de tecidos acabados. Se os produtos acabados ingleses tivessem conquistado os mercados externos isso poderia ter sido proveitoso tanto à Coroa quanto aos envolvidos nas atividades têxteis. Porém, os principais compradores dos tecidos ingleses (da região do Báltico e dos Países Baixos) procuravam tecidos brutos para suas manufaturas de acabamentos. O projeto acabou desencadeando uma crise de superprodução, falências e desemprego. Ver: SUPRINYAK, Carlos Eduardo. *Moeda, Mercadoria e Crise Mercantil: os debates econômicos na Inglaterra durante a década de 1620*. 2010. Tese (Doutorado Economia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <http://web.cedeplar.ufmg.br/cedeplar/site/economia/teses/2010/Carlos_Eduardo_Suprinyak.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2012.

reinado de Elizabeth ¹⁶), pois aumentava o custo de vida num momento em que a inflação, o desemprego, a superprodução, frustravam as expectativas de enriquecimento que a expansão econômica da transição entre os séculos XVI e XVII vinha gerando.

A inabilidade política e econômica dos reis James I e Charles I colocariam contra a Coroa justamente o setor que mais lhe poderia ser útil financeiramente (chamado por Hill de “a classe capitalista como um todo”). Para piorar o resultado dessa inépcia dos Stuarts, seu favoritismo a uns poucos cortesãos e homens de negócios, somava-se ao descontentamento dos opositores. Em 1640, quando o rei foi obrigado a reabrir o Parlamento fechado desde 1629 para angariar fundos, os parlamentares o forçaram a se desligar seus dois principais assessores no governo: William Laud, Arcebispo que controlava a Igreja (enviado para a Torre de Londres e decapitado no meio da Guerra Civil). E, Thomas Wentworth; parlamentar realista da pequena nobreza, transformado no primeiro conde de Strafford; se tornou o principal ministro de Charles I no período em que este governou sem o Parlamento. Strafford tinha uma política truculenta, e o Parlamento Longo, iniciado em novembro de 1640, forçou o rei a executá-lo:

“Assim, a burguesia acabou por reconhecer que as suas queixas econômicas só poderiam ser reparadas pela acção política; a política econômica real, ao afetar a classe capitalista como um todo, nada ganhava com a obtenção de pequenos privilégios para determinados membros de classe. A necessidade de um governo capaz de se dedicar às questões econômicas, que se fazia sentir desde a crise de 1621, tornava-se cada vez mais premente. Seguindo o exemplo de Hampden, generalizou-se a recusa do pagamento de impostos entre 1639 e 1640. A burguesia tinha entrado em greve” (HILL, 1985, p. 68).

Em outras palavras, o quadro político era alterado para se conformar ao quadro econômico. E, a reabertura do Parlamento colocou a *burguesia* numa posição estratégica

¹⁶ HILL, Christopher. *A Revolução Inglesa 1640*. Lisboa: Editorial Presença, 1985. p. 53-4.

favorável, dada a situação econômica e política da Coroa. Conforme a interpretação de Hill.

A raiz do poder econômico *burguês* remontava ao crescimento das cidades, a partir do desenvolvimento das feiras e rotas comerciais medievais, de maneira mais acentuada desde o século XI. Mas, as políticas que os Tudors empreenderam para controlarem a Igreja, e diminuírem o poder da nobreza feudal, favoreceram ainda mais aquele setor social. A reforma empreendida por Henry VIII (1529-1540), e a monopolização da violência iniciada por seu pai (1487), fez com que muitas terras anteriormente utilizadas à maneira feudal estivessem à disposição para compra ou arrendamento¹⁷. Paralelamente, a rede comercial inglesa se expandia (América, Rússia, Índia, somavam-se às áreas do Báltico e dos Países Baixos, com os quais os ingleses já comercializavam seus têxteis). Além das exportações de tecido, o mercado inglês passava a importar cada vez mais produtos de áreas especializadas em artigos de luxo, como a Turquia¹⁸. Outro fator que favorecia o desenvolvimento da economia de mercado era o crescimento populacional (após o fim do longo período de epidemias e más-colheitas do final da Idade Média), que fez a população inglesa dobrar do início do século XVI a meados do XVII.

Com isso, enquanto, por um lado, surgia uma nova forma de uso da terra, na qual empreendedores ligados à economia de mercado estavam tirando proveito da inflação e da expansão econômica; por outro, os elementos que tinham renda pré-fixada (caso dos que recebiam salários, ou taxas feudais) empobreciam¹⁹. Esse cenário inflacionário, e ao mesmo tempo promissor de lucros, começou a exercer tal pressão sobre os proprietários de terras que estes começaram a subir as rendas feudais e expulsar aqueles que não podiam arcar com os aumentos. Conjuntamente, da mesma maneira que o dinheiro se tornava gradualmente mais importante nas relações sociais, essa valorização colocava o lucro acima da vida dos expropriados – fazendo com que surgissem tanto defensores da nova moral capitalista, quanto saudosistas da moralidade do passado feudal²⁰.

O ideal de vida frugal e trabalho árduo dos burgueses puritanos reprovava a vida ostentadora da nobreza feudal e do ambiente da Corte. Contraditoriamente, embora a

¹⁷ HILL, Christopher. *A Revolução Inglesa 1640*. Lisboa: Editorial Presença, 1985. p. 27-30.

¹⁸ *Ibidem*, p. 40.

¹⁹ *Ibidem*, p. 26.

²⁰ *Ibidem*, p. 29

crença de que “Deus ajuda a quem se ajuda” estivesse se tornando mais forte e disseminada na sociedade inglesa do início da Modernidade, o nobre que trabalhava para manter sua condição social perdia prestígio entre seus clientes – pois atuava de uma forma diferente do que se esperava dos de sua classe. Essa reprovação moral, fortíssima entre os puritanos, seria mais um dos fatores que levaria à perda de confiança nos governantes Stuarts. James I e Charles I personificavam vários valores contrários à moralidade puritana: política diplomática favorável à Espanha²¹, estabelecimento de uma política religiosa de aparência católica, favorecimento na Corte de figuras detestáveis aos puritanos (Gondomar, embaixador espanhol no início do período Stuart; e, George Villiers, duque de Buckingham – organizador da venda de centenas de títulos de nobreza e de festas homéricas na Corte que se tornavam assunto popular. Visto como corrupto e despótico pela população, além de ser amante de James I) e fracasso nas atividades econômicas:

“... a expansão inglesa perdeu grandes oportunidades no Novo Mundo; o negócio de transportes da Europa, devido à ausência de uma política avançada, passou para as mãos da burguesa República da Holanda, e os tecidos ingleses foram desviados dos mercados alemães. Mesmo onde a Coroa prosseguia uma política colonizadora e procurava angariar o apoio da burguesia – na Irlanda – existiam duas perspectivas diferentes sobre a colonização. Jaime I [James I] encarava a *Londonderry* [condado da Irlanda do Norte] *Company* da *City* como simples agentes governamentais, cuja tarefa consistiria em fornecer colonos recrutados entre os pequenos proprietários rurais para defenderem e policiarem os distritos conquistados e ocupados, ao passo que os mercadores da *City* pretendiam manter os “irlandeses autóctones” como uma fonte de mão-de-obra barata para os patrões ausentes. A concepção de colonização real e feudalista – que dava relevo a considerações estratégicas e de policiamento e à falta de terras para a pequena nobreza empobrecida – colidia com a perspectiva burguesa das colônias como uma fonte de sólidos lucros” (HILL, 1985, p. 60).

²¹ Ibidem, p. 60

De acordo com Hill, Hobbes já havia observado esse fracasso dos Stuarts em manter uma política econômica satisfatória, aos mercadores londrinos. Isso fazia com que começassem a surgir comparações no Parlamento entre repúblicas como Holanda e Veneza e a Inglaterra, nas quais os parlamentares entendiam que os interesses comerciais dos seus membros eram uma prioridade para o Estado. Segundo Hill essa “comparação com as repúblicas burguesas ocorre constantemente nos documentos parlamentares” (1985, p. 23). Esse argumento político, de que seria melhor ter um Estado controlado por comerciantes, faria com que o primeiro local a apoiar a guerra contra a Coroa fosse Londres²².

Se, em Londres, os Stuarts perdiam o apoio dos riquíssimos comerciantes da *City*, complementando esse desgaste, os artífices e suas guildas também não se viam representadas pelo governo. Nada era feito efetivamente para impedir que surgisse uma concorrência a essas corporações nas áreas suburbanas, fora de sua esfera de influência²³. Embora Charles I estabelecesse legalmente que as atividades industriais deveriam estar sujeitas às corporações, não era capaz de controlar a transferência dessa produção para onde o governo não as conseguisse controlar. Esse deslocamento espacial da produção industrial, além de mostrar a fraqueza burocrática do Estado inglês, também evidencia uma interação maior entre os elementos da cidade e do campo:

“A fim de evitar estes impedimentos [das guildas e corporações], a indústria transbordou dos burgos para os subúrbios, para as cidades onde não havia corporações e para as zonas rurais, onde a produção não sofria interferências nem estava sujeita a regulamentos. Aqui, encontraram uma oferta de mão-de-obra barata no seio da classe camponesa arruinada e expropriada em consequência das transformações da agricultura. Muitas das novas indústrias – minas de carvão e de alume – eram quase inteiramente capitalistas desde o princípio” (HILL, 1985, p. 44).

²² Ibidem, p. 80.

²³ Ibidem, p. 45.

Essa interação criaria novos padrões socioeconômicos, e acompanhando a linha de raciocínio de Hill, além de ser uma das causas da Revolução Inglesa, favoreceria o desenvolvimento da Revolução Industrial no século seguinte.

A insatisfação com o governo e suas políticas econômicas, principalmente por parte da burguesia – de acordo com Hill – cresceu muito no período Stuart, iniciado em 1603. Mas, a partir de 1588, após a marinha inglesa derrotar a Armada espanhola o sentimento oposicionista já começava a crescer. Depois de vencidos os maiores inimigos externos, e com a situação externa relativamente pacífica – a última revolta contra o governo tinha ocorrido em 1569 – era de se esperar que Elizabeth começasse a atender os anseios burgueses de colocar as atividades comerciais em primeiro plano. Mas, segundo Hill “a Coroa tornou-se progressivamente consciente do perigo que a crescente riqueza da burguesia significava, batendo-se por consolidar sua posição, antes que fosse demasiado tarde” (1985, p. 53).

Até o final do século XVI a monarquia Tudor tinha vários interesses em comum com a *grande burguesia*: extirpar o poder da Igreja Católica, controlar o poder social dos nobres feudais e seus exércitos privados, expandir o alcance internacional da economia inglesa. Todos esses aspectos, desafiavam a Espanha. Mas, conforme essas questões ameaçadoras deixaram de representar problemas preocupantes, a Coroa deixava ser vista como uma fonte de útil proteção, pela burguesia, e começava a ser vista como um incômodo controle. A proteção e a utilidade da Coroa, na passagem do século XVI ao XVII, deixava o setor capitalista e passava a favorecer o setor feudal, segundo Hill²⁴. Essa transformação fomentaria a disputa de poder entre o rei e os parlamentares que desembocaria na Guerra Civil da década de 1640. Piorando a situação, para aumento do descontentamento dos puritanos, os Stuarts mantinham relações amigáveis com a Coroa espanhola; e, Charles I era casado com uma católica, princesa da França.

Logo no começo de seu reinado, James I havia percebido o perigo da insatisfação dos puritanos no Parlamento. Ele entendeu que esse grupo se considerava moralmente superior ao restante da sociedade e que sua insatisfação com o governo era constante e crescente. Ainda assim, tanto ele como seu herdeiro, subestimaram a força social dos puritanos e não deram ouvidos às reformas que eles desejavam na Igreja, e na estrutura político-econômica. Resumidamente, os puritanos queriam que as questões da Igreja

²⁴ Ibidem, p. 50-52.

deixassem de ser controladas exclusivamente pelo rei, arcebispo e bispos, para serem debatidas localmente – em conselhos de anciões. Mas, James I tinha vindo da Escócia e era avesso a essa estrutura religiosa, já praticada lá pelos presbiterianos escoceses. A famosa frase desse rei “*no Bishop, no King*”, ou, “sem bispo, sem rei há Rei” (apud HILL, 1985, p. 59) demonstra a sua consciência da importância da Igreja como um instrumento comunicador que atinge diretamente a população:

“A Igreja, durante toda a Idade Média e até ao século XVII, era algo de muito diferente daquilo que hoje chamamos Igreja. (...) A Igreja controlava os sentimentos dos homens e dizia-lhes em que deviam acreditar, proporcionava-lhes distrações e espetáculos. Preenchia o lugar das notícias e dos serviços de propaganda, agora cobertos por instituições muito diferentes e mais eficientes – a imprensa, a B.B.C., o cinema, o clube, etc. É essa a razão por que os homens estavam atentos aos sermões, e era frequente o governo dizer aos pregadores exatamente o que deviam pregar” (HILL, 1985, p. 19).

Essa miscelânea de funções da Igreja, segundo Hill, teria sido o motivo da Guerra Civil ter sido interpretada posteriormente como uma guerra religiosa. Tendência que vem sendo retomada nos últimos tempos, por historiadores como Jonathan Scott e John Morrill. A linguagem religiosa dos envolvidos no combate à Coroa, em seus discursos oposicionistas, fez com que a liberdade religiosa parecesse ser o principal motivo a unir parlamentares das duas casas contra a Coroa. Mas, o desacordo central, o cerne da guerra, na interpretação de Hill, era quanto à propriedade:

“Assim, ninguém pode negar que a “Revolução Puritana” era uma luta tão religiosa quanto política; mas era mais que isso. Aquilo por que os homens lutavam era toda a natureza e o desenvolvimento futuro da sociedade inglesa. (...) Não foi apenas quando a vitória da burguesia era já um facto que pensadores como Winstanley,

Harrington, Neville, Defoe, reconheceram que a guerra tinha sido, na sua origem, uma luta pela propriedade” (HILL, 1985, p. 22).

Essa noção de Hill é típica da historiografia marxista, e foi usada também por Tawney, para argumentar que a ascensão de uma nova classe de proprietários de terras trouxe consigo novas necessidades políticas – em sua teoria de que a ascensão da gentry foi a principal causa da Revolução Inglesa.

A economia da Inglaterra estava se modificando acentuadamente. E, ainda que não existisse uma clara consciência de que um novo sistema econômico se desenvolvia, as novas necessidades que a economia capitalista não coadunavam com as políticas de monopólios, recrudescimento dos impostos, e uso dos tribunais privilegiados para fazer valer a prerrogativa real. Dos tempos dos Stuarts. É dentro dessa ótica, que Hill apresenta a Revolução Inglesa como “um movimento social como a Revolução Francesa”, conduzido essencialmente pela classe média burguesa contra um “Estado que protegia uma velha ordem essencialmente feudal...” (HILL, 1985, p.11). Em sua concepção, é inevitável que a estrutura política derive da realidade socioeconômica: “O Estado é sempre um instrumento de coerção nas mãos da classe dominante; e os proprietários de terras dominavam a Inglaterra do século XVI” (HILL, 1985, p.36).

Logo, a ascensão econômica da burguesia seria o fator principal a desencadear a Revolução Inglesa, em função da necessidade dessa classe ter de alterar o Estado de acordo com suas próprias necessidades – de acordo com o pensamento de Hill. Ainda que os debates constitucionais sobre a prerrogativa real e os tribunais privilegiados, bem como as dissensões religiosas, tenham sido importantes para deteriorar as relações entre Coroa e Parlamento; a raiz desse antagonismo estaria no fato de um ser o principal representante de um sistema socioeconômico em decadência, e outro o principal representante de um sistema socioeconômico em ascensão. Conforme o raciocínio de Hill.

Surgiam intermediários, exploradores, investidores e especuladores tanto nas áreas rurais como nas urbanas. Os novos agricultores, que produziam aos moldes capitalistas, muitas vezes eram oriundos do meio urbano (mercadores, navegadores) procurando aumentar sua riqueza e ganhar status social: a posse de terras, além de ser a fonte poder econômico mais tradicional da época, também trazia projeção política. Alguns eram

membros da nobreza feudal que se adaptavam ao novo cenário econômico. Outros, camponeses com recursos financeiros acima da média. Começa a haver uma interação muito maior entre a economia do campo e a da cidade. A economia cresce, assim como aumenta a concentração de renda. Uma nova elite socioeconômica é formada, e a principal instituição política que podia representar suas ideias, era o Parlamento²⁵.

Essa diferença de interesses entre parlamentares e realistas, segundo Hill, seria o fator que afastaria cada vez mais Coroa e Parlamento ao longo da década de 1620. A má-reputação moral de James I, diante dos padrões puritanos, somou-se ao seu fracasso econômico na tentativa de tirar proveito da expansão dos têxteis, entre 1616 (início do “projeto Cockaine”) e 1621, quando a perda de mercado externo, somada à superprodução, generalizam uma crise no setor têxtil. O governo de seu filho já se iniciaria de maneira conflituosa com o Parlamento. Três meses após coroado (1625), Charles I convoca o seu primeiro Parlamento e não conseguindo aprovar as taxas que desejava o dissolve dois meses depois, dando-lhe a alcunha de “Parlamento Inútil” [*Useless Parliament*] (Como os Parلامentos não eram regularmente eleitos vários ficaram conhecidos posteriormente por alguma peculiaridade ligada às suas discussões: *Rump Parliament*, *Barebones Parliament*, *Happy Parliament*).

As reuniões do Parlamento naquela década evidenciariam cada vez mais essa divergência: Coroa X Parlamento, tomando a forma de um debate político que ficaria conhecido como Corte X País²⁶. Mais duas convocações, uma em 1626 e outra em 1628, aconteceriam até as duas de 1640 – nas quais os opositoristas ao governo conseguiram uma vitória esmagadora nas eleições. Na de 1626, novamente o rei não teria sucesso em conseguir mais fundos – não conseguindo fazer valer seus interesses – e os parlamentares por outro lado, estavam preocupados em definir e limitar o papel governamental do duque de Buckingham (que já era o principal ministro do rei desde o governo de seu pai). Em 1628, após dois anos de aplicação de lei marcial em várias áreas do país, o rei aprova a *Petition of Rights*, que ratificava a necessidade do monarca ter a aprovação do Parlamento para aprovar impostos (direito que já estava na Magna Carta, mas havia sido desrespeitado

²⁵ Ibidem, p. 11, 31-2, 41, 46.

²⁶ Na ótica de Trevor-Roper; um dos principais críticos das teses tanto de Tawney e Hill, quanto de Stone, a cisão sociopolítica Corte X País (fomentada pela rejeição de puritanos em empobrecimento diante de uma Corte que os excluía) teria sido a principal causa da Revolução Inglesa. STONE, Lawrence. *As causas da Revolução Inglesa: 1529-1642*. São Paulo: Edusc, 2000. p. 72-5.

com o uso dos tribunais privilegiados e da prerrogativa real). Mas, na continuidade dos trabalhos parlamentares no início do ano seguinte dissolve esse Parlamento, pois na Casa dos Comuns entende-se que o fato de um de seus membros ter sido preso por não pagar um imposto que estava sendo debatido evidenciava que o rei não respeitaria a *Petition of Rights* – por isso começou a ocorrer uma oposição ferrenha ao rei e os trabalhos foram encerrados. Por onze anos²⁷.

Em 1634 a antipatia ao rei vai se tornar mais forte fora do Parlamento, quando ele estende o imposto *Ship Money* (usado ocasionalmente em cidades costeiras para levantar fundos para a marinha) ao país inteiro²⁸. E, em 1639, quando a Inglaterra é invadida por um exército escocês (Charles I também era rei da Escócia), pois havia uma forte oposição escocesa em relação à sua tentativa de uniformizar a religiosidade escocesa presbiteriana de acordo com o anglicanismo, o rei começa a perder o controle sobre o exército, e, falido é obrigado a recorrer novamente ao Parlamento²⁹. Aí, em 1640, começaria uma disputa de poder entre parlamentares e realistas que levaria o rei a se retirar de Londres e reunir um exército com seus partidários em Nottingham³⁰.

Esses acontecimentos políticos da primeira metade do século XVII, só fazem sentido, de acordo com a ótica de Hill, se relacionados às transformações socioeconômicas que vinham ocorrendo desde o final do século XV. O “estopim” da Guerra Civil é comparável ao que deflagrou a Primeira Guerra Mundial. O fracasso de Charles I em tentar impor sua política religiosa na Escócia (1637) iniciou um processo de colapso do governo que culminaria com a sua execução, no final da década seguinte (1649). Mas, esse incidente não teria gerado consequências tão graves se o cenário político, econômico e cultural não estivesse tão instável e repleto de tensões sociais. Assim como, provavelmente, o notório assassinato de 1914 não levaria as principais potências europeias a se enfrentarem se o cenário não estivesse propício a isso.

²⁷ HILL, Christopher. *O eleito de Deus: Oliver Cromwell e a revolução inglesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 28-9.

²⁸ *Ibidem*, p. 31.

²⁹ *Ibidem*, p. 32.

³⁰ PHILLIPS, Charles. *The complete illustrated encyclopedia of Royal Britain*. London: Hermes House, 2010. p. 150-1.

OS AGENTES DA REVOLUÇÃO E SUAS EXPECTATIVAS

A análise da Revolução Inglesa feita por Hill contrapõe um grupo de personagens *progressivos* a um grupo de personagens reacionários. A moralidade presbiteriana, enaltecida do trabalho e do enriquecimento – corolário ideológico da mentalidade capitalista, repudiava tanto as concepções políticas e econômicas quanto a religião que a Coroa e Igreja defendiam – enraizadas no sistema feudal. Contudo, no grupo opositor não havia uma clara uniformidade de perfis sociais e interesses, o que levaria os vencedores da Guerra Civil a disputas entre si até 1660. Quando, o segmento mais rico dos que haviam lutado contra a Coroa trouxe de volta a monarquia, como forma de estabilizar a política e evitar a disseminação dos movimentos sociais radicais que ganhavam força desde a década de 1640:

“A Guerra Civil foi uma guerra de classe, em que o despotismo de Carlos I [Charles I] foi defendido por forças reacionárias da Igreja vigente e pelos proprietários de terras conservadores. O Parlamento venceu o Rei porque pôde apelar para o apoio entusiástico das classes mercantis e industriais na cidade e no campo, para os pequenos proprietários rurais e a pequena nobreza progressiva e para massas mais vastas da população, sempre que, pela livre discussão, estas se tornavam capazes de compreender as causas reais da luta” (HILL, 1985, p. 11).

Parte do grupo que enfrentou Charles I descendia de famílias que haviam sido fundamentais para a consolidação da monarquia Tudor, segundo Hill: “Durante o século XVI, sob a dinastia dos Tudors, os avós dos parlamentares de 1640 tinham sido os mais firmes defensores da monarquia” (1985, p. 14). Isso porque as principais políticas daqueles governantes: diminuição do poder social da nobreza, estabelecimento de segurança interna para estimular as atividades comerciais, afastamento do poder da Igreja Católica e da Espanha, permissividade e estímulo da pirataria; estavam de acordo com os interesses *burgueses*. Mas, a incongruência entre as práticas políticas e as políticas econômicas da Coroa, na dinastia seguinte, em relação aos ideais e necessidades das “classes capitalistas”

(que se concentravam na Casa dos Comuns no Parlamento) colocaria os netos dos parlamentares dos tempos dos Tudors em guerra contra o rei:

“Não foi apenas porque Jaime [James], que sucedeu a Isabel [Elizabeth] em 1603, era um homem particularmente estúpido, um Escocês que não compreendia a Inglaterra, se bem que alguns historiadores tenham usado estes argumentos bastante a sério. Mas basta ler o que Jaime, Carlos [Charles] e os seus defensores escreveram e disseram, ou analisar o que fizeram, para compreender que, longe de serem simplesmente estúpidos, eram quer homens capazes que tentavam impor uma política viciada, quer homens cujas ideias estavam desesperadamente ultrapassadas, sendo por isso reacionárias” (HILL, 1985, p. 15).

Esses elementos *progressivos* se subdividiam em diversos setores, com anseios diferentes. Mas, ao longo da Guerra Civil se organizaram duas facções dentro dos opositoristas à Coroa: no Parlamento, predominavam um grupo mais rico, que pretendia reformar o rei e colocá-lo sob os limites políticos estabelecidos por eles mesmos (Presbiterianos); no exército, predominava os interesses das classes médias que pretendiam realmente destronar o rei (Independentes):

“Na realidade, tratava-se de uma divisão de classes – entre a grande burguesia mercantil e o sector da aristocracia e dos grandes proprietários de terras cujos interesses lhes estavam ligados – “Presbiterianos” – e a pequena nobreza progressiva, os pequenos proprietários rurais, a burguesia livre-cambista, apoiada pelas massas dos pequenos camponeses e artesãos – “ Independentes” e “Sectários...”” (HILL, 1985, p. 81).

O grupo dos Sectários não era tão *progressivo* quanto o dos Independentes, segundo Hill. Suas aspirações eram voltadas a retomar as propriedades comunais das aldeias medievais, e seus membros eram essencialmente pequenos camponeses que sofriam com os cercamentos, expropriações e o avanço da economia de mercado. Não

conseguiram se organizar enquanto grupo social de forma a darem uma voz política, a seus anseios, com força para ser ouvida. E, seu grupo mais expressivo, foi o dos radicais *Diggers*³¹. Mas, assim como os Independentes e Presbiterianos, viam na Coroa um autoritarismo ilegítimo – que não representava seus interesses, e que estava longe de ter qualquer aura divina.

Numa coisa, porém, Independentes e Presbiterianos estavam totalmente de acordo: a necessidade de abolir os domínios feudais (o que não pode ser dito em relação aos Sectários). Isso foi feito ainda em 1646, e ratificado com a Restauração (1660) e a Revolução Gloriosa (1689). Uma evidência de que extinguir os títulos de propriedades hereditários, conferidos por honras cedidas pelo rei, e estabelecer a soberania da propriedade privada era essencial para os envolvidos com as atividades capitalistas. Coisa que já vinha sendo tentada na Câmara dos Comuns desde 1610³².

O poder se alterou diversas vezes, entre os dois grupos opositoristas mais fortes (Presbiterianos e Independentes), ao longo da Guerra Civil. O grupo dos mais ricos começou com o comando do exército; mas, o sucesso dos Independentes, acabou forçando os Presbiterianos a aceitarem o *New Model Army*, em 1645. O que levou os *Roundheads* [Cabeças-Redondas], comandados por Thomas Fairfax e Oliver Cromwell, a derrotarem os *Cavaliers*, de Charles I, ainda no mesmo ano. Esse sucesso ocorreu em função da disciplina da cavalaria de Cromwell, e de seus princípios de que a hierarquia dos combatentes deveria ser determinada por seus méritos, ao invés de sua origem social. Assim como, dos recursos financeiros para custear a artilharia e seus canhões. Mas, para formar suas tropas, muitos Sectários foram necessários à constituição dos regimentos. Isso deu força aos ideais igualitários e radicais no exército, e o partido dos *Levellers*³³ começou a angariar cada vez mais seguidores entre os opositoristas ao rei. Nesse momento histórico, a partir de 1645, podemos notar porque Hill identificou uma luta de classes tripartida. E, o combate desses radicais por parte da *grande burguesia* acabaria levando a

³¹ Ver nota 1 do presente capítulo.

³² HILL, Christopher. *O eleito de Deus: Oliver Cromwell e a revolução inglesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 26.

³³ “Niveladores”: Partido formado em Londres em meados do século XVII que defendia a passagem do poder político da Coroa à Câmara dos Comuns, proteção social aos pobres por parte do governo, igualdade jurídica a todos os ingleses, abolição dos impostos e dízimos, reforma judiciária e liberdade religiosa. HILL, Christopher. *O eleito de Deus: Oliver Cromwell e a revolução inglesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 18.

um período de ditadura e protetorado, que não tinha condições políticas de se sustentar por muito tempo. Porém, quando Charles II foi restaurado, sabia que para manter seu trono, teria de ceder aos interesses da *grande burguesia*, dos Presbiterianos, no Parlamento.

O que essa *grande burguesia* temia na *pequena burguesia*, de acordo com a ótica de Hill, era que os anseios radicais dos Levellers ganhassem força suficiente para se realizarem – graças à sua disseminação crescente no *New Model Army*:

“Pretendiam um livre câmbio absoluto para os pequenos produtores, assim como a libertação das grandes companhias mercantis dos monopólios corruptos, que o Parlamento já abolira; exigiam a separação da Igreja e do Estado e a abolição das dízimas; a proteção da pequena propriedade e a reforma da lei dos devedores; e, para assegurarem tudo isto queriam uma república, a extensão dos direitos parlamentares e o direito de voto para todos os homens” (HILL, 1985, p. 89).

Isso alteraria radicalmente a própria estrutura socioeconômica da Inglaterra e, dentro da visão de Hill, o que a grande burguesia queria era acabar com os entraves políticos que dificultavam seus avanços econômicos. O sucesso do exército de Cromwell, a interferência do exército na formação do Parlamento que julgaria e condenaria o rei (após sua segunda derrota), fomentaram os ideais *Levellers* tão intensamente, entre os soldados do Parlamento, que os seus generais (que não tinham inclinações tão reformistas) executaram os líderes daquele movimento – levando-o à desintegração, quatro meses após a decapitação de Charles I. Conforme a década de 1650 foi passando, muitos Independentes migraram para o grupo dos Presbiterianos, ao perceberem que seus interesses socioeconômicos tinham importantes pontos de contato com os da *grande burguesia*, pois “ambas acolhiam favoravelmente os cercados e a utilização do trabalho assalariado na produção destinada ao mercado” (HILL, 1985, p.91). Mas, mesmo vencendo a luta contra a Coroa, a esse setor acabou ficando isolado politicamente, após demonstrar que seus interesses socioeconômicos eram bem diferentes dos da maior parte daqueles que pegaram em armas contra o rei.

Os principais objetivos do grupo dos Presbiterianos, além de abolir os domínios feudais e as relações sociais que sua existência implicava, também estavam relacionados com a consolidação da economia de mercado. Fortalecimento da marinha e avanço da política comercial externa: recolonização da Irlanda, união política com a Escócia para fortalecer suas relações comerciais com a Inglaterra, combate do monopólio dos transportes marítimos por parte dos Holandeses. E, também, como forma de garantir que a nobreza feudal não se levantaria, os *Cavaliers* tiveram suas fortificações destruídas, propriedades confiscadas (assim como as propriedades da Igreja) e foram sobretaxados³⁴. Com essa política, os membros mais ricos do Parlamento agravaram a tendência de empobrecimento que já existia há tempos no grupo dos realistas e se consolidou como a nova elite política do país. Deles surgiu uma nova nobreza (que a historiografia marxista apresenta como a *gentry* em ascensão³⁵), de pensamento econômico capitalista, que, mesmo tendo devolvido a coroa ao rei, fez com que o controle do Estado passasse da Coroa ao Parlamento.

OS RESULTADOS DA REVOLUÇÃO

O principal resultado da Revolução Inglesa, de acordo com Hill, foi o surgimento de uma nova estrutura socioeconômica, comandada por uma organização política de acordo com suas necessidades: acabava a sociedade feudal e se consolidava a sociedade capitalista. O mundo inglês deixava de ser controlado pela elite concentrada nas principais instituições feudais (Igreja, Coroa e nobreza feudal) e passava a ser comandado por uma elite de homens de negócios, vários com títulos de nobreza, mas sem o propósito de concretizar as políticas igualitárias que haviam alimentado as esperanças dos grupos radicais de meados do século XVII:

“As realizações mais radicais da revolução burguesa inglesa (abolição da monarquia, confiscação dos bens da Igreja, da Coroa e da aristocracia) tiveram a sua efectivação através do que Engels

³⁴ HILL, Christopher. *A Revolução Inglesa 1640*. Lisboa: Editorial Presença, 1985. p. 94-7.

³⁵ STONE, Lawrence. *As causas da Revolução Inglesa: 1529-1642*. São Paulo: Edusc, 2000. p. 72-4, 99-100.

considerou os “métodos plebeus” dos Levellers e “Independentes”; mas não houve um movimento organizado da classe trabalhadora, dotado de uma visão diferente da ordem social e de uma teoria revolucionária científica, capaz de conduzir a pequena burguesia a um ataque frontal contra o poder do grande capital” (HILL, 1985, p. 92).

Essa é uma das poucas referências feitas por Hill a Engels, em seu texto de 1940. Apesar de mostrar a limitação sociopolítica da classe trabalhadora, realça seu papel transformador no contexto da revolução.

A concentração das propriedades passou de uma classe social a outra, e a Inglaterra se tornou mais urbanizada e voltada à exploração do comércio, com a vitória burguesa. Passava a predominar o uso do trabalho assalariado e a exploração de propriedades privadas. A abolição dos títulos de propriedade feudais, contudo, mesmo sendo realizada preservou aspectos que favoreciam a nova classe dominante. Nas terras da Igreja, por exemplo, em que existia a cobrança de dízimas, seus novos proprietários eram contrários à extinção desses tributos³⁶.

Mas, os tribunais privilegiados – que haviam servido aos interesses político da Coroa desde o tempo dos Plantagenetas – nunca mais ressurgiram, e o controle do poder executivo deixou de ser controlado diretamente pelo poder da prerrogativa real logo após a Restauração, de 1660. O rei que se seguiu à administração de Charles II, James II, tentou retomar o poder da prerrogativa real e foi afastado diplomaticamente do trono pela grande burguesia, na passagem de 1688 a 1689. Começava assim o Parlamentarismo, e o capitalismo inglês passava da consolidação ao crescimento – segundo Hill.

Nessa nova Inglaterra a concentração de renda e a destruição das comunidades de aldeias seriam essenciais para a formação das condições socioeconômicas que levariam à outra revolução do século seguinte, a da produção industrial – na ótica de Hill. É difícil dizer que essa interpretação não revele um sentido teleológico. Nesse sentido, ainda que a historiografia marxista haja discutido bastante aspectos negativos dessas mudanças – como

³⁶ HILL, Christopher. *A Revolução Inglesa 1640*. Lisboa: Editorial Presença, 1985. p. 101.

a expropriação, os cercamentos e a exploração do proletariado, Hill mostra que o capitalismo representava um *progresso* mesmo para os proletários assalariados:

“Era para benefício da grande massa da população que o capitalismo devia desenvolver-se livremente. No século anterior a 1640, na vigência do antigo estado das coisas, os salários reais dos trabalhadores da indústria e da agricultura desceram em mais da metade; no século que se seguiu a 1640, mais do que duplicaram.

Os novos progressos econômicos dos séculos XVI e XVII tornaram o velho sistema econômico, social e político irremediavelmente anacrônico” (HILL, 1985, p. 17).

Com isso, seguindo o raciocínio de Hill, emergia o mundo inglês capitalista, com a exploração da terra e a administração política cada vez mais direcionadas a atender especialmente as demandas dos grandes mercadores e industriais. Mas não foram seus únicos beneficiários; Hill sublinha o aspecto *progressivo* dessas mudanças, como vimos na citação anterior – retirada do início de seu livro analisado. A qualidade de vida, em geral, na Inglaterra, estava aumentando graças aos novos moldes socioeconômicos e políticos. Nesse novo Estado, ao mesmo tempo em que se difundia a moralidade capitalista – defensora do trabalho árduo e da racionalização do uso das riquezas – o mundo laico se separava do mundo clerical:

“Seja qual for a verdade para a Irlanda ou a Espanha, podemos hoje, em Inglaterra, ver os nossos problemas em termos seculares, precisamente porque os nossos antepassados puseram fim ao uso da Igreja como um instrumento exclusivo e opressor do poder político. Podemos ser cépticos e tolerantes em questões religiosas, não porque sejamos mais inteligentes e melhores, mas porque Cromwell, ao usar as catedrais como estábulos para os cavalos da cavalaria mais disciplinada e mais disciplinada que o mundo jamais vira, alcançou uma vitória que pôs definitivamente termo a que os homens fossem flagelados ou marcados com fogo por terem

opiniões não ortodoxas sobre o serviço da Eucaristia” (HILL, 1985, p. 21).

Vemos aí, a ótica de Hill valorizando a luta como forma construtiva de condições sociais mais satisfatórias aos explorados e oprimidos. Algo que faz mais sentido ao sabermos que além dessa concepção fazer parte de suas convicções pessoais, “A Revolução Inglesa de 1640” foi escrita quando se iniciava a Segunda Guerra Mundial.

No prefácio, escrito quinze anos após o lançamento do livro (para a terceira edição londrina), Hill afirma que usa o termo *feudal* dentro das concepções marxistas, tomando-o para se referir a um sistema social no qual a agricultura é a base econômica e os proprietários de terras monopolizam o poder político. Isso é feito para esclarecer que seu conceito de feudalismo é mais amplo que aquele mais usual no meio acadêmico, o qual entende o feudalismo mais como um conjunto de obrigações e relações militares e jurídicas que como um sistema político-econômico.

A explicitação do que abarca *feudalismo* para esse autor marxista, diante da tese desenvolvida ao longo de seu livro (de que o crescimento do capitalismo na sociedade inglesa levou à ruína do mundo feudal), parece ter a função de deixar claro que a base econômica e o modelo de controle político são radicalmente transformados pela Revolução Inglesa. Bem como para mostrar seu descontentamento em relação ao mundo acadêmico. Mas, pela forma como a obra é encerrada, Hill mostra que ainda havia muito pelo que lutar para que a Inglaterra viesse a se transformar em um país igualitário como os radicais da revolução sonhavam. Para ele, faltava uma nova *luta de classes* que alterasse novamente de forma radical o *modo de produção*. Em 1940.

Lawrence Stone: “disfunções múltiplas” no mundo inglês

No início da década de 1970, o inglês Lawrence Stone, já era um historiador bem conhecido no meio acadêmico anglo-saxônico. Seu livro *“The Crisis of the Aristocracy: 1558-1641”*, lançado em 1965, trazia ricas interpretações sobre uma grande quantidade de dados socioeconômicos (em mais de oitocentas páginas – resultado de quinze anos de pesquisas – na versão original) relacionados à crise da nobreza feudal inglesa. Isso projetou seu nome rapidamente no meio historiográfico – dois anos depois de haver iniciado sua carreira de docência em Princeton, Estados Unidos. Naquele momento os debates sobre a Revolução Inglesa estavam trazendo conclusões inconciliáveis, e os historiadores envolvidos estavam se tornando cada vez mais agressivos em suas retóricas. Justamente enquanto ele, um “liberal agnóstico”¹, lançava *“As Causas da Revolução Inglesa: 1529-1642”*, em 1972.

Essa obra trata a Revolução Inglesa de forma bem mais complexa que o livro anteriormente analisado de Hill, por vários motivos. Em primeiro lugar, seu texto não foi construído a partir de uma única proposta, e sim do desenvolvimento de três artigos que esse autor já havia publicado – resultando em três capítulos complementares. Um deles, “As origens sociais”, resume o debate historiográfico sobre a Revolução Inglesa que vinha ocorrendo (publicado originalmente em 1965); outro, “Teorias da revolução”, discute como alguns conceitos próprios das ciências sociais podem ser úteis ao historiador (publicado originalmente em 1966); e, o que se tornaria o cerne do livro, “As causas da Revolução Inglesa” – já havia sido lançado em 1970².

Três textos, que mesmo inter-relacionados, têm problemas centrais diferentes e que haviam sido revisados com o passar de anos – subsidiados pelo surgimento de novas pesquisas, e teses; e, pelos debates que as mesmas tinham suscitado com seus colegas e alunos – diferentemente do livro de Hill; que, além de ter sido escrito a partir de uma única proposta, foi feito de forma muito mais rápida e com um propósito altamente pessoal. Além disso, como Stone questionava a validade das explicações centradas exclusivamente ou nas transformações socioeconômicas, ou nas questões políticas e/ou religiosas, seu

¹ STONE, Lawrence. *As causas da Revolução Inglesa: 1529-1642*. São Paulo: Edusc, 2000. p. 86.

² *Ibidem*, p. 31.

modelo de análise trabalhava com as interações entre esses campos – o que também aumentava a complexidade da sua visão da Revolução Inglesa, em comparação com a de Hill (escrita três décadas antes).

Duas das principais diferenças entre a ótica desses autores são que, em primeiro lugar, embora Hill não afirme de maneira explícita que a revolução era inevitável, sua explicação marxista baseada na superação de um *modo de produção* por outro, via *luta de classes*, dá a entender isso. Já, Stone, afirma claramente – e diversas vezes ao longo de seu livro – que não acreditava que a revolução fosse inevitável³. Em segundo lugar, a ideia de ela ser proveniente de uma *luta de classes* (como Hill havia apresentado: beneficiários do feudalismo X beneficiários do capitalismo) também é negada por Stone; que apresenta um modelo de análise no qual os diversos segmentos da sociedade inglesa, de classes e grupos sociais às famílias, são divididos entre o apoio à Coroa ou ao Parlamento. Portanto, as duas bases epistemológicas da explicação de Hill (*modo de produção* e *luta de classes*), que definiam aquela revolução como uma luta da *burguesia* para consolidar politicamente seus interesses socioeconômicos capitalistas, são negadas por Stone (não por negar em absoluto a validade desses conceitos, mas, por entender que os mesmos só têm “aplicabilidade limitada” em relação ao século XVII⁴). É importante lembrar que o próprio Hill reformularia seu conceito de “revolução burguesa” posteriormente⁵, afirmando que embora ela não fosse conscientemente feita por uma *burguesia* acabou sendo essencial para “abrir caminho” para a consolidação do capitalismo. Mas, mesmo reconhecendo a existência de conflitos socioeconômicos, Stone não compartilha da mesma visão que Hill:

“O que temos que explicar é uma luta complexa entre ordens e grupos de status, limitada em grande parte aos membros de diversas elites rachadas e fragmentadas por diferenças de ordem constitucional, aspirações religiosas e padrões culturais, por conflito de interesses e conflitos de lealdade, bem como pelos efeitos desestabilizadores provocados pela rapidez do desenvolvimento econômico e da mudança social. Para que a

³ Ibidem, p. 105, 207-8, 251.

⁴ Ibidem, p. 82.

⁵ HILL, Christopher. “Uma revolução burguesa?”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 4, nº 7, 1984. p. 7-32.

guerra civil eclodisse era necessário que as principais instituições do governo central perdessem sua credibilidade e entrassem em colapso. Embora a crise somente seja inteligível à luz da mudança econômica e social, o que tem de ser explicado em primeiro lugar não é uma crise da sociedade, mas sobretudo uma crise do regime: a alienação de amplos segmentos das elites com relação às instituições políticas e religiosas vigentes” (STONE, 2000, p. 113).

Nesse quadro não cabe o conceito de *luta de classes*, pois as diversas categorias sociais estão se polarizando e fragmentando.

Esse cenário inglês, apresentado por Stone, estava sofrendo o que ele batizou de *disfunções múltiplas* (um termo submetido à autocrítica no capítulo que foi adicionado à obra mais de uma década depois, “Refletindo em 1985” – que ele definiria como “canhestro jargão de ciência política”⁶) que provocaram uma crise abrangendo os mais diversos setores do mundo inglês. Esse conceito, assim como a divisão das fases das causas em *precondições* (1529-1629), *precipitadores* (1629-1639) e *detonadores* (1640-1642); e o conceito de *curva em J*, usado para aprofundar a interpretação das mudanças sociais em relação às expectativas particulares dos sujeitos envolvidos pelas mesmas; foram retirados de sociólogos e cientistas políticos – por isso essas questões metodológicas são trabalhadas logo no primeiro capítulo de seu livro.

A parte que trata das *precondições* vai da Reforma, empreendida por Henry VIII, ao fechamento do Parlamento, realizado por Charles I. Nela, Stone, apresenta os problemas de uma *estrutura* que estava sofrendo *disfunções múltiplas* – o que tornava a existência de uma revolução possível. Essa *estrutura*, de acordo com a maneira como Stone desenvolve seu raciocínio ao longo do livro, era a soma dos diversos elementos que compunham a *sociedade* (“consciência e os mecanismos de solidariedade comum que podem ser de caráter tribal, camponês, parental, nacional e assim por diante”), o *regime* (“estrutura constitucional – democracia, oligarquia, monarquia”) e o *governo* (“instituições políticas e administrações específicas”); que seriam os componentes alteráveis por meio de uma revolução – tais concepções também estavam sendo retiradas de cientistas sociais

⁶ STONE, Lawrence. *As causas da Revolução Inglesa: 1529-1642*. São Paulo: Edusc, 2000. p. 275.

(STONE, 2000, p. 37). Ou, em outras palavras, tratar da *estrutura* seria tratar das “forças e das tendências sociais, econômicas, políticas e religiosas, e das políticas governamentais de longo prazo” (STONE, 2000, p. 207).

Para Stone, entre 1529 e 1629, a Inglaterra passou por alterações que levaram a tensões internas fortes o suficiente para desencadear uma revolução. Principalmente em torno de quatro fatores: faltava poder efetivo à Coroa por não ter conseguido formar um exército permanente e criar uma burocracia profissionalizada capaz de implementar suas políticas; a decadência da nobreza feudal, concomitantemente à ascensão da *gentry*, alterou o equilíbrio das forças sociais no governo e foi um dos fatores que alimentou a dicotomia País X Corte [*Country X Court*]; a difusão do puritanismo entre pequenos e médios proprietários (alimentando desejos políticos de reformas profundas tanto na Igreja, como no Estado); e, uma crise de confiança nos membros do governo mais próximos da Coroa (quatro aspectos essencialmente sociopolíticos, ainda que tendo raízes e consequências culturais e socioeconômicas, responsáveis por criar polarizações que levaram à cisão do *regime* – em 1640). Além disso, as alterações nos padrões econômicos, os debates constitucionais e a expansão demográfica também agravaram as tensões sociais na Inglaterra do início da Modernidade – questões que Stone entende como secundárias; e que, na visão de Hill, seriam das principais entre as causas da revolução. Tais mudanças também estavam gerando uma *estrutura* na qual a revolução se tornava possível, mas não inevitável:

“Estas precondições tornaram quase inevitável alguma redistribuição do poder político, e absolutamente provável uma reforma da Igreja, mas não estava estabelecido de antemão se estas mudanças iriam acontecer por meio de uma evolução pacífica, uma sublevação política, ou pela força das armas; isto dependia da sabedoria – ou falta de sabedoria – do governo, da moderação – ou falta de moderação – da oposição” (STONE, 2000, p. 206).

A ideia de que a Revolução Inglesa não era inevitável é uma das principais distinções entre a interpretação de Stone, em relação à de Hill.

As causas mais próximas de 1640 foram as que efetivamente fizeram com que a revolução ocorresse, de acordo com a ótica desse autor – mas, ele não considera que elas sejam mais importantes dentro do todo das causas. Elas foram decisivas para a eclosão da revolução essencialmente por suas relações com o contexto criado pelas causas de longa duração; e compõem o que Stone apresenta como a *conjuntura* que levou à revolução. De acordo com ele, as condições relacionadas a esse âmbito implicam uma análise com o foco “nas possibilidades abertas aos indivíduos, e nas consequências de sua escolha” (STONE, 2000, p. 207). Diferentemente de Hill, que coloca classes (burguesia, aristocracia) e sistemas sociais (capitalismo, feudalismo) como sujeitos históricos e, ao mesmo tempo, fatores determinantes dos eventos de meados do século XVII, na Inglaterra, em sua análise:

“Porém, agora, o mercado estava em expansão: a nação inteira tornava-se uma unidade econômica. O capital procurava o lucro através do investimento numa qualquer atividade econômica, e o capitalista não se interessava por saber onde eram vendidos os seus produtos, contanto que fossem vendidos com lucro” (HILL, 1985, p. 43).

“Ali estava a nova classe de agricultores capitalistas, forçando o seu caminho para diante, travada por sobrevivências feudais, cuja abolição era necessária ao seu livre desenvolvimento: na revolução, em aliança com a burguesia urbana, essa classe apoderou-se do Estado, criando as condições que permitiriam uma ulterior expansão” (HILL, 1985, p. 38).

“A burguesia tinha rejeitado o governo de Carlos I [Chales I], não porque ele fosse um homem ruim, mas por representar um sistema obsoleto. O seu governo procurava perpetuar uma ordem social feudal quando havia condições para o livre desenvolvimento capitalista, quando apenas este permitiria o aumento da riqueza nacional. (...) Durante o seu reinado, a política de Carlos I ilustra a base de classe do seu governo. Procurou controlar o comércio e a indústria, com a intenção contraditória, quer de travar um desenvolvimento capitalista demasiado rápido, quer de participar nos seus lucros. Quanto à política externa, tinha em vista uma aliança com as potências mais reacionárias, a Espanha e a Áustria, recusando por isso a política nacional avançada exigida pela burguesia” (HILL, 1985, p. 74).

Já, para Stone, de forma ainda mais acentuada, dentro da sua análise da *conjuntura* que provocou a Revolução Inglesa (eventos, ações e ideias que ocorriam e movimentavam os ingleses dentro da *estrutura* propícia à revolução), o papel dos atores individuais foi muito mais decisivo – para que os conflitos ocorressem como ocorreram – que o das interações entre forças e classes sociais. Ainda que tais ações individuais só tivessem o peso histórico que tiveram por serem praticadas dentro de uma *estrutura* social problemática, resultada justamente das interações entre forças sociais e acontecimentos particulares⁷. Para ele, há um conjunto de fatores *precipitadores*, que vai do fechamento do Parlamento até o momento em que Charles I se vê em bancarrota enquanto perde o controle das forças armadas; o que tornou a revolução não só possível – mas, também, provável. E, por último, foi em função das posturas individuais (Charles I, Strafford e Laud empreenderam uma série de políticas altamente impopulares e polêmicas, principalmente nos onze anos que o Parlamento permaneceu fechado) de elementos ligados à Coroa, que os fatores *detonadores* tornaram a guerra inevitável – entre a reconvocação do Parlamento, após onze anos sem atividades, e a saída do rei de Londres para se fortificar em Nottingham⁸.

São esses fatores *precipitadores* e *detonadores* que fazem parte da *conjuntura* analisada por Stone; e, em relação a eles, sua análise é muito semelhante à de Hill – provavelmente porque compõem o grupo de fatos que levaram à eclosão da Revolução Inglesa, entre 1640 e 1642, e porque são vistos essencialmente sob a ótica da narrativa política. A diferença no entendimento desses fatos está mais relacionada à repercussão dos mesmos dentro do contexto social visto por cada um deles, do que na apresentação que cada um faz dos mesmos. Por isso, é principalmente quanto às causas que Stone chama de *precondições* (componentes da *estrutura* na qual eclodiu a Revolução) que sua interpretação é mais comparável à de Hill. Por ser diferente, antagônica ou complementar.

Passaremos agora a comparar a ótica de Stone quanto à Revolução Inglesa, com a de Hill, de maneira mais pontual e segmentada. Já que uma vez tendo sintetizado a visão de Hill sobre esse evento, seria inconveniente proceder com uma síntese de toda a obra de Stone (como fizemos no capítulo anterior em relação ao outro autor), pois sua maior abrangência discursiva nos levaria a analisarmos pontos que não teriam paralelo para o desenvolvimento de analogias, com a obra de Hill de 1940. Todavia, recorreremos a duas

⁷ Ibidem, p. 205.

⁸ Ibidem, p. 206-208, 235.

outras obras desses autores (“Origens Intelectuais da Revolução Inglesa”, de Hill; e “*The Crisis of the Aristocracy*”, de Stone – ambas lançadas originalmente em 1965) somente no sentido de as relacionarmos às interpretações que aparecem nos dois livros já apresentados – seja para ilustrar alguns de seus raciocínios presente nos mesmos, ou para demonstrar alguma mudança interpretativa que tenha surgido com o passar do tempo. Sem deixar de nos atermos fundamentalmente às obras de 1940, de Hill, e de 1972, de Stone.

AS CAUSAS DA REVOLUÇÃO

Ainda que, resumidamente, haja uma grande diferença entre a análise de Hill da Revolução Inglesa quanto às suas causas – centrada na ideia da superação do feudalismo pelo capitalismo – e a de Stone – baseada na ideia de que “a conexão recíproca entre forças e acontecimentos”⁹ possibilitou uma revolução desencadeada pela “loucura e intransigência do governo”¹⁰, podemos encontrar vários pontos comparáveis nessas mesmas causas, dentro de suas interpretações.

No que diz respeito às classes sociais, ambos identificam fortes tensões, mas de forma e natureza diferentes. Para Hill, a tensão estava entre diferentes classes e era provocada, grosso modo, pelo antagonismo entre o anseio de modernização socioeconômica da *burguesia* e as políticas reacionárias da “classe terratenente feudal” (representadas pela Coroa e pela Igreja), e pelo antagonismo entre os ideais *burgueses* e os ideais igualitários dos pequenos proprietários. Já, para Stone, ao invés da tensão estar propriamente entre classes, ela se dava essencialmente dentro das classes e segmentos sociais, gerando divisões e polarizações que variavam de motivação de um grupo a outro (daí a escolha de usar o conceito de *disfunções múltiplas*).

Ao invés de refrear o desenvolvimento do capitalismo, como afirmou Hill, Stone mostrou que parte dos aristocratas estava fomentando o mesmo. Especialmente na indústria do carvão – que, além de ser matéria-prima para outras várias atividades industriais, Hill aponta como uma das primeiras “quase inteiramente capitalistas desde o princípio”¹¹ – e na extração de metais não-preciosos, como o ferro. De acordo com Stone,

⁹ Ibidem, p. 205.

¹⁰ Ibidem, p. 208.

¹¹ HILL, Christopher. *A Revolução Inglesa 1640*. Lisboa: Editorial Presença, 1985. p. 45.

o envolvimento dos aristocratas com essas atividades normalmente não se dava de maneira exatamente capitalista, mas sim especulativa, pois seus investimentos e suas explorações dessas atividades costumavam ser temporárias. E, em geral, não ocorriam em larga escala. Principalmente no que diz respeito ao carvão, por ser um empreendimento custoso e arriscado, usualmente feito para suprir as necessidades da propriedade na qual era extraído e ter o pequeno excedente comercializado. Havia apenas um nobre que operava em larga escala, diferentemente da grande extração que ocorria na região de Newcastle – concentrada nas mãos da *gentry*. Mas, mesmo assim, isso tinha efeitos sobre o mercado, em função da maior disponibilização desses produtos – o que os tendia a tornarem mais acessíveis e baratos, favorecendo o desenvolvimento industrial por estarem ligados à construção de ferramentas e estruturas arquitetônicas em geral (caso do ferro) e às outras indústrias (o carvão era usado na indústria de sabões, vidros, navios e metalúrgica). Inclusive, foi graças a uma disputa judicial entre Elizabeth e o conde de Northumberland, em 1568, que a Coroa não conseguiu estender seu direito de monopolizar os metais preciosos para o carvão e os metais não preciosos, como o ferro – obtendo apenas o direito de monopólio sobre o cobre, dentro dessa categoria (STONE, 1977, 163-182).

Além disso, a nobreza também podia atuar de forma complementar em relação aos interesses capitalistas – principalmente ainda no século XVI – ao financiar viagens exploratórias e empreendimentos de risco; já que, de acordo com Stone, sua mentalidade econômica não costumava ser dominada essencialmente pelo cálculo de possíveis lucros. Não que a nobreza feudal não pudesse estar interessada, também, em lucrar com suas atividades:

“The desire for gain was of course never absent, but it was wrong to suppose that it was in all cases the only, or even the primary incentive. When the strongly Protestant James Lord Mountjoy said that he tried to develop native supplies of alum in order to retrieve his fortunes and to harm the Pope, there is no reason to assume that the second explanation was pure hypocrisy. When Burghley and Leicester invested and lost considerable sums in the Mines Royal and Mineral and Battery Companies, there is no reason to doubt that they were in part inspired by a patriotic wish to encourage English industrial self-sufficiency, as well as by hopes of large profits. The support given by Leicester,

Hatton, and Walsingham to Drake's predatory exploits was at least as much due to the desire to strike a blow against Spain as to hopes of rich booty" ["É claro que o desejo de lucrar nunca estava ausente, mas seria errado supor que ele fosse o único em todos os casos, ou mesmo o primordial. Quando o fervoroso protestante James, Lord Mountjoy, dizia que tentava explorar fontes locais de alume, a fim de recuperar sua fortuna e prejudicar o Papa, não há nenhuma razão para supor que a segunda explicação fosse pura hipocrisia. Quando Burghley e Leicester investiram e perderam somas consideráveis nas Minas Reais e Empresas de Minerais e Baterias, não há nenhuma razão para duvidar que eles eram, em parte, inspirados por um patriótico desejo de encorajar a autossuficiência industrial da Inglaterra, bem como pela expectativa de grandes lucros. O apoio dado por Leicester, Hatton, e Walsingham para a exploração predatória de Drake devia-se tanto ao desejo de golpear a Espanha como à esperança de obter um rico espólio"] (STONE, 1977, p. 181).

Dessa forma, conforme a ótica de Stone, essa tipo de mentalidade orgulhosa e nacionalista da nobreza – envolvida no mundo dos negócios – teria sido uma fonte de impulso, e não um freio, nas atividades capitalistas. É claro que não podemos pressupor, nem o próprio Stone afirmou isso, que houvesse uma interação constante, generalizada e harmônica entre as atividades econômicas da nobreza e da *burguesia*. O próprio modelo analítico de Stone põe em relevo a cisão interna das classes. Mas, a vida econômica de alguns nobres, notadamente os mais ricos e influentes, muitas vezes complementava a atividade econômica de alguém não nobre que os convencesse a tanto. Como, por exemplo, no caso da urbanização acelerada da região londrina, entre os séculos XVI e XVII, na qual o padrão de custeio dos engenheiros e construtores baseava-se em buscar o financiamento de um nobre, que, por sua vez, conseguia o dinheiro com algum rico mercador da *City*¹².

Em relação ao desenvolvimento do capitalismo na agricultura, Stone, assim como Hill, também credita grande parte desse fenômeno ao crescimento populacional¹³. Mas, ao

¹² STONE, Lawrence. *The Crisis of the Aristocracy: 1558-1641*. Oxford: Oxford University Press, 1977. p. 182.

¹³ STONE, Lawrence. *As causas da Revolução Inglesa: 1529-1642*. São Paulo: Edusc, 2000. p. 129-130.

contrário do autor marxista, não pensa que esse desenvolvimento possa ser diretamente relacionado à ocorrência da revolução¹⁴; essas transformações teriam importância secundária para a eclosão dos conflitos de meados do século XVII¹⁵. Para ele, isso estava provocando uma espécie de “revolução social na agricultura”¹⁶; que, ao mesmo tempo, forçava migrações – de maneira mais acentuada no caso dos foreiros, que não podiam arcar com os custos de arrendamento, e estabelecia um padrão social de propriedades rurais tripartidas: “o proprietário, o arrendatário próspero e o trabalhador sem terra”¹⁷. Foram principalmente os pequenos camponeses, que viviam na condição de foreiros, que mais foram afetados por esse processo, sendo forçados a assumirem o trabalho assalariado. Mas, segundo Stone, as transformações socioeconômicas no meio agrário teriam tido importância secundária entre as causas da Revolução Inglesa; e, “somente foi possível alimentar os milhões de ingleses a mais ao preço de muito sofrimento individual por parte de tantos pequenos camponeses” (2000, p. 131). Mesmo assim, tal qual Hill, Stone – além da expansão demográfica – também relaciona a Reforma, e a monopolização da violência pelo Estado, às transformações socioeconômicas no meio agrário.

Também como Hill, Stone mostra que a nobreza feudal estava perdendo território político para a *gentry* (Hill chamava a atenção ao fato desses serem os “novos agricultores capitalistas”, em muitos casos, vindos da pequena nobreza) em ascensão, e se tornando cada vez mais dependente da Corte para manter seu poder social e político. Ademais, Stone põe em relevo um fato peculiar que é salientado diferentemente por Hill: justamente no governo de Charles I, período em que a tensão entre os membros do Parlamento e a Coroa aumentava, o rei passou a favorecer a nobreza mais tradicional de maneira mais aberta e explícita – piorando a imagem de arrogância e despotismo que ele já tinha para muitos parlamentares. Ao invés de fazer como os Tudors, e seu pai, que incluíam juristas e mercadores no Conselho Privado – diminuindo a influência dos pares na Corte – Charles passou a se cercar somente de pessoas que já haviam nascido na nobreza, e cessou as vendas de títulos (que haviam ocorrido numa intensidade inédita até poucos anos antes¹⁸). Essa mudança de postura política tem uma importância grande, de acordo com a visão de

¹⁴ Ibidem, p. 109.

¹⁵ Ibidem, p. 206.

¹⁶ Ibidem, p. 108.

¹⁷ Ibidem, p. 131.

¹⁸ STONE, Lawrence. *The Crisis of the Aristocracy: 1558-1641*. Oxford: Oxford University Press, 1977. p. 48-61.

Stone, para aumentar a animosidade contra a Coroa e a probabilidade de uma guerra civil – aspecto que, também, Hill coloca como uma das políticas reacionárias reais ligadas à eclosão do conflito: ao afirmar que enquanto a monarquia Tudor havia protegido a *burguesia*, agora passava a favorecer a classe feudal.

Aliás, o reacionarismo de Charles I – ainda que com pesos diferentes, na análise tanto de Stone quanto de Hill, estava diretamente relacionado à ocorrência da Revolução. Para Stone, com sua interpretação que atribui mais peso às ações individuais na formação do contexto que provocou a Guerra Civil, o reacionarismo político, religioso e econômico da Coroa foi crucial para que as coisas acontecessem como aconteceram. Politicamente, o rei estava toldando ao mesmo tempo a *gentry* e grande parte da nobreza feudal, ao fechar forçadamente o Parlamento – tanto a Casa dos Comuns, na qual o número de membros da *gentry* praticamente dobrara de um século a outro¹⁹; quanto a Casa dos Lordes, o que privava boa parte dos pares da participação direta no governo; viram o rei lhes bater a porta na cara, arrogando a supremacia de sua prerrogativa real e de uma ordenação divina. Ao mesmo tempo em que fazia o Conselho Privado voltar a ser um órgão composto por pessoas nascidas na nobreza, coisa que não ocorria desde o final do século XV²⁰.

Também segundo Stone, religiosamente, a política de restabelecimento de taxas que haviam caído em desuso, e do status social dos bispos, empreendida pelo Arcebispo Laud, estava encontrando um número cada vez maior de puritanos que questionavam tanto essas medidas como a moralidade dos governantes que as defendiam. Esses puritanos eram inflamados por diversos pregadores²¹ e panfletos. Protegidos por membros das diversas categorias sociais, esses pregadores estavam se aproveitando tanto da popularização da imprensa como do aumento do número de alfabetizados para divulgar suas críticas, ao mesmo tempo em que as autoridades dificilmente os conseguiam localizar e prender graças à ampla proteção que recebiam²².

Economicamente, Stone chama a atenção para um aspecto que complementa a análise de Hill. O reacionarismo econômico, de acordo com Stone, estava ocorrendo por

¹⁹ STONE, Lawrence. *As causas da Revolução Inglesa: 1529-1642*. São Paulo: Edusc, 2000. p. 168.

²⁰ *Ibidem*, p. 218-9.

²¹ Ao fazer a Reforma, a Coroa vendera o direito de padroado junto com as propriedades monásticas. Isso tirava do Estado o poder de nomear os clérigos de cada propriedade confiscada – só controlando diretamente os bispos – e, desse modo, aquele que adquirisse uma dessas propriedades teria a possibilidade de colocar na Igreja pessoas que refletissem suas próprias convicções religiosas. De acordo com Stone, essa era uma das principais falhas da estrutura anglicana (2000, p. 126).

²² STONE, Lawrence. *As causas da Revolução Inglesa: 1529-1642*. São Paulo: Edusc, 2000. p. 201-2.

meio da imposição da organização das atividades industriais e artesanais em corporações (enquanto Hill salienta que os investidores desse setor estavam migrando para áreas suburbanas nas quais podiam escapar das regulamentações impostas pela Coroa) e também por meio da criação de leis contra os cercamentos – que levava setores da pequena nobreza (principalmente o do *esquires* [escudeiros] – figuras que costumavam se destacar na política local das aldeias e cidades) a serem frequentemente multados por violarem tais leis²³. Agravando o sentimento oposicionista, que esse reacionarismo econômico produzia, ao longo da década de 1630, a política fiscal também exacerbava boa parte das classes proprietárias. Não tanto pelo peso dos impostos; já que a Inglaterra tinha uma carga tributária bem mais leve que a dos demais países europeus (os pobres, inclusive, eram praticamente isentos); mas pelo uso da prerrogativa real e dos tribunais privilegiados para forçar uma tributação questionada tanto pela sua legalidade como pelo uso que o governo faria do dinheiro coletado – especialmente por parte da *gentry*²⁴.

A soma dos resultados dessas políticas reacionárias seria desastrosa para o *regime*:

“Enquanto estas políticas eram implementadas, as elites governamentais começaram a se cindir, de maneira que a reação foi conduzida por um regime já metade em guerra consigo mesmo. Na administração, os novos advogados da eficiência, austeridade e disciplina – que se autodefiniam “Thorough” – combatiam os burocratas mais velhos, negligentes, cuja venalidade era prática rotineira e aos quais apelidavam “Lady Mora”. No Conselho Privado, os protestantes combatiam os católicos e os criptocatólicos. Laud e os seus aliados combatiam Weston e a Rainha. A lealdade de uma quantidade de funcionários menores era minada pelas atividades da *Comission on Fees* [Comissão dos Honorários] que ameaçavam o seu sustento. A aristocracia cindiu-se à medida que um número sempre maior de nobres recusava-se a entrar na – ou era expulso da – Corte, e alguns foram se juntar à oposição, e até mesmo dirigi-la. Também a ordem dos bispos ficou dividida, com Laud e seus amigos, pois não houve meios de fazer todos os bispos apoiarem a extensão da influência dos arcebispos na administração das dioceses” (STONE, 2000, p. 221).

²³ Ibidem, p. 220.

²⁴ Ibidem, p. 216.

Essa noção de ampla cisão social, dividindo todos os setores da *sociedade* em relação ao *regime* – inclusive “uma em cada sete família de pares foi desunida pela guerra”²⁵ – é a base da complexa explicação de Stone para as causas da Revolução Inglesa. Mas, ele rejeita a associação direta entre o caráter socioeconômico capitalista do Sul e do Leste e o predomínio do apoio ao Parlamento nessas regiões; e o seu inverso: no Norte e no Oeste predominava o apoio à Coroa em função dessas áreas terem um perfil socioeconômico mais feudal. Uma dicotomia socioeconômica que é usada por Hill em suas argumentações, em 1940, mas que ele mesmo faz questão de apresentar como simplificadora e limitada: para ele o perfil socioeconômico inglês, mesmo nas vésperas da Guerra Civil, ainda era “essencialmente feudal”²⁶; e, mesmo no Sul e Leste a produção aos moldes capitalistas ainda era a exceção – e não a regra²⁷. Contudo, a fragilidade dessa associação geográfica às facções realistas/pró-Parlamento é atacada muito mais contundentemente por Stone:

“Não há dúvidas de que o Sul e o Leste estavam predominantemente em mãos dos parlamentares, e o Norte e o Oeste nas mãos dos realistas. Mas, ao passar desta divisão geográfica à identificação de características individuais em cada uma das duas áreas significa incorrer na tão conhecida falácia ecológica. É possível pensar em mais de uma razão – proximidade ou distância de Londres, força ou fraqueza do puritanismo, maior ou menor perigo de ser capturado pelas forças parlamentares procedentes de Londres no começo da guerra, etc. – para explicar por que a divisão geográfica tomou aquela determinada forma, sem concluir daí que ela necessariamente representa uma dicotomia burguês-feudal” (STONE, 2000, p. 112).

Essa crítica, muito mais acirrada, à chamada “falácia ecológica”, por parte de Stone, é um dos traços resultantes das diferenças de sua interpretação da Revolução Inglesa – em relação a Hill. Se olharmos para o mapeamento que ambos fazem do mundo inglês, do início da Modernidade, vamos ver um cenário muito parecido. Mas, ao julgar as causas

²⁵ Ibidem, p. 248.

²⁶ HILL, Christopher. *A Revolução Inglesa 1640*. Lisboa: Editorial Presença, 1985. p. 43, 47, 74.

²⁷ Ibidem, p. 38.

que provocaram a Revolução Inglesa, a ênfase que cada um dá aos diversos fatores – essencial para o resultado da tese central – é bem diferente. Enquanto Stone privilegia essencialmente os aspectos políticos, Hill faz o mesmo com os econômicos. Talvez por isso, Stone tenha sido acusado de repetir o modelo historiográfico *whig*, acrescido da sofisticação oferecida por conceitos sociológicos contemporâneos e pelo aumento da disponibilização de dados com as pesquisas resultantes dos debates historiográficos de meados do século XX²⁸. Enquanto Hill pode ter sido inicialmente subestimado no meio acadêmico por ter sido confundido com o que hoje chamaríamos de um “marxista vulgar”, em 1940, por parecer que tentava fazer sua interpretação da Revolução Inglesa se encaixar nos contornos de seus pressupostos marxistas, repetindo o modelo de Engels²⁹ – ao atribuir às mudanças socioeconômicas o papel central nas causas da Revolução Inglesa.

Ambos afirmam que as divisões e tensões internas, entre os ingleses, aumentaram acentuadamente a partir da diminuição das ameaças externas e internas – no final do século XVI, ainda no período elisabetano. Mas, Stone realça a responsabilidade de Elizabeth por não haver resolvido problemas do Estado que influiriam na eclosão da Revolução. Ela poderia ter resolvido questões que se tornariam muito mais sérias como a dos monopólios (que desgostavam a grande maioria dos homens de negócios que não estava entre os privilegiados pelos mesmos), ou ter feito concessões às doutrinas puritanas dentro da Igreja Anglicana – ao invés de ter dado preferência a atitudes neutras e evasivas diante dessas questões.

Seu governo também não solucionou a fragilidade financeira da Coroa, assim como não implementou uma eficiente burocracia assalariada (coisa que Henry VIII talvez tivesse mais condições financeiras para fazer, caso não houvesse vendido as terras confiscadas dos mosteiros) e nem estabeleceu um exército profissional e permanente (coisa que talvez a Derrota da Invencível Armada espanhola pudesse ter facilitado, no sentido de tornar mais fácil a criação de impostos que custeassem um exército nacional). Para Stone, essas falhas da administração elisabetana estão relacionadas às quatro principais *precondições*, das causas da Revolução Inglesa. As políticas dos Stuarts, dentro da *conjuntura* dos vinte anos que antecederam o colapso do regime, tiveram consequências tão desastrosas especialmente por terem sido praticadas dentro de uma *estrutura* tão problemática. Por isso, Stone concorda com um contemporâneo, dos conflitos de meados de século XVII, que

²⁸ STONE, Lawrence. *As causas da Revolução Inglesa: 1529-1642*. São Paulo: Edusc, 2000. p. 282.

²⁹ *Ibidem*, p. 91, 100.

afirmava que Elizabeth podia ser comparada a uma “relaxada dona de casa que varre o chão, mas deixa a sujeira atrás da porta”³⁰.

As fraquezas estatais deixadas pela administração elisabetana são muito mais realçadas na interpretação de Stone, que na de Hill. No final do século XVII, George Monck, duque de Albermale escrevia ao rei conselhos sobre como prevenir guerras civis; advertências que Stone acredita que caberiam perfeitamente bem a tal rainha³¹. Para Monck, era essencial que o governo se apoiasse sobre quatro pilares: controle militar; totalitarismo religioso; abundância financeira; e, domínio dos pobres sem expectativas. O governo elisabetano não havia sido bem sucedido na sustentação completa de nenhum desses princípios³². A política apaziguadora de Elizabeth evitou a guerra civil em seu tempo. Mas, não resolveu os antagonismos que podiam levar a ela. Tornando isso ainda mais provável para o futuro, pois as gerações que a sucederam não tinham uma memória histórica repleta dos sofrimentos que podem ser trazidos por uma guerra civil³³, na interpretação de Stone.

A criação de uma nova nobreza pelos primeiros Tudors, erguida sobre as ruínas de várias poderosas casas aristocráticas medievais atacadas judicialmente pela Coroa – com o intuito de suprimir forças locais e estender seu poder sobre todo o território governado – funcionou de forma segura apenas em curto prazo. Os burocratas e guerreiros que foram elevados à aristocracia começaram a formar uma nova rede de clientela, e seus herdeiros não se sentiam na mesma obrigação para com a Coroa como seus ancestrais³⁴. Nos tempos de Elizabeth membros da antiga nobreza, como o famoso 17º conde de Oxford, Eduardo de Vere (tido por muitos como o “verdadeiro” Shakespeare), dependiam cada vez mais de favores da Coroa para se manterem³⁵. Enquanto outros pares, como Cecil, Walsingham e Hatton (recentemente elevados à nobreza titulada), patrocinavam expedições e atividades econômicas.

³⁰ Ibidem, p. 205.

³¹ Ibidem, p. 129.

³² Ibidem, p. 152-9.

³³ Ibidem, p. 146-7.

³⁴ Ibidem, p. 126.

³⁵ STONE, Lawrence. *The Crisis of the Aristocracy: 1558-1641*. Oxford: Oxford University Press, 1977. p. 194.

Stone associa essa decadência da nobreza feudal, concomitante à ascensão da *gentry*, ao surgimento e fortalecimento da noção dicotômica Corte X País [*Country*]. A nova nobreza, erguida da *gentry*, não estava presente apenas no Conselho Privado. Ela era a principal responsável pela administração das menores unidades políticas, como as aldeias e cidades. As forças políticas locais se identificavam com as questões ligadas aos seus próprios condados, em primeiro lugar. A distinção das necessidades dessas forças em relação à Corte, à administração central, levaria à formação de um ideário em torno da defesa do “País” (é importante ressaltarmos o problema do entendimento desse termo em português: *country* significa tanto “país” como “campo”. O ideário do País, na Inglaterra dos Tudors e Stuarts, combinava as duas coisas). O modo de vida e os valores, das regiões rurais interioranas, passaram a ser vistos como uma antítese positiva da imagem negativa que a Corte londrina ia conquistando pelos condados ingleses. Conforme a corrupção, o egoísmo citadino, a sujeira ambiental eram associados à imagem da mesma.

A centralização administrativa em torno do Conselho Privado, e do Lorde Tesoureiro – praticada no Estado Tudor, era bem mais eficiente no ambiente da Corte, que pelas várias esferas do País. Para diminuir o poder local da nobreza a Coroa aumentou o poder político, e favoreceu economicamente a *gentry*. Contudo, antes de tornar irrelevante o poder aristocrático, a Coroa passou a ter de lidar com as questões da Reforma e da guerra contra a França. A contrapartida disso foi que antes de poder substituir a *gentry* em ascensão por funcionários reais, completando o processo de centralização administrativa, a Coroa passou a depender mais fortemente do apoio da mesma no Parlamento – em função dos problemas religiosos e militares que urgiam no momento. Isso explica o crescimento pareado do poder local com o central, fonte do antagonismo Corte X País (STONE, 2000, p. 123-124).

A corrupção e ineficiência administrativa também denegriram a imagem da Corte, nesse longo processo de erosão que atingiu as bases da sociedade inglesa do início da Modernidade. A tomada de terras da Igreja Católica, na primeira metade do século XVI, e a necessidade de custear os conflitos com a Espanha, entre 1588 e 1604, foram as principais fontes de desvios de verbas – até a chegada da figura do duque de Buckingham na Corte, entre 1603 a 1629. Ele promoveu leilões de títulos, propriedades e cargos sem disfarçar o contentamento de encabeçar esses processos. Apenas em alguns momentos, principalmente enquanto o *workaholic* William Cecil era o nome mais forte na Corte (até 1598, ao longo do reinado de Elizabeth – iniciado em 1558), as condições foram

fundamentalmente diferentes. No mais, a corrupção e a ineficiência pareciam fazer parte da essência daqueles ligados à Corte, na visão dos que não participavam da mesma – segundo Stone.

A perda de confiabilidade atingiu as principais instituições do Estado, e as categorias sociais ligadas às mesmas, no século que precedeu a Revolução Inglesa. Igreja, aristocracia, Corte e Coroa decaíram muito em relação à forma como a maioria da população inglesa os via no início do século XVI³⁶. A Igreja foi a primeira das instituições-base a sofrer perda de prestígio. A reforma de Henry VIII não conseguira criar um corpo clerical com a mesma capacitação e extensão social que havia antes dos confiscos e da formação do clero anglicano. Faltavam membros da nova Igreja em várias partes do reino, e, a maioria dos que havia vinha de setores deficitários, em termos educacionais e de experiência política e administrativa. Somente no tempo de Charles I, as universidades haviam dado conta de formar um clero à altura do que foi destituído por Henry VIII. Nesse meio tempo, os fiéis insatisfeitos migraram para o puritanismo ou apoiaram os missionários católicos, de forma geral³⁷. Para Stone, o puritanismo foi o principal elemento aglutinador dos diversos grupos que passaram a se opor abertamente ao rei a partir de 1640.

A principal consequência política do puritanismo foi justificar moralmente o ataque ao governo, embora as conclusões que levaram à certeza de que o melhor caminho era combater diretamente o poder tenham levado meio século de gestação³⁸. Havia três pontos principais que atraíam a nobreza e a *gentry* para os círculos puritanos: a justificação moral de uma existência privilegiada pela ideia de vocação – que passava a ser de competência no serviço público e virtude pessoal, e não mais no “ideal cavalheiresco de uma aristocracia guerreira”; o anti-papismo e o nacionalismo – que identificava o povo inglês como uma nação eleita; e, a ideia de que os bispos não deveriam gozar de grandes privilégios, ao mesmo tempo em que os leigos deveriam participar do controle da Igreja³⁹. Para completar esse processo de enfraquecimento de poder social da Igreja, Stone lembra que as escolas e universidades estavam cheias de professores contrários ao anglicanismo⁴⁰. Hill, vinte e cinco anos após lançar o livro analisado no capítulo anterior, afirmava que –

³⁶ STONE, Lawrence. *As causas da Revolução Inglesa: 1529-1642*. São Paulo: Edusc, 2000. p. 159-60.

³⁷ *Ibidem*, p. 149-55.

³⁸ *Ibidem*, p. 181.

³⁹ *Ibidem*, p. 180.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 128.

em comparação sobre o que havia sido escrito sobre o contexto socioeconômico inglês do período ligado à revolução – muito havia ainda, em relação ao ideário ligado à revolução para ser escrito. Em seu livro, “Origens Intelectuais da Revolução Inglesa”, ele demonstraria – de forma semelhante a Stone – como a mentalidade puritana justificava a luta contra o que a Coroa representava de negativo, em meados do século XVII:

“Precisaríamos considerar como o conceito renascentista de que a verdadeira aristocracia consistia na virtude, e não no nascimento – uma doutrina concebida pelos humanistas para civilizar a classe proprietária – fundiu-se lentamente com o conceito puritano de oligarquia dos devotos, que durante a guerra civil foi utilizado para justificar a manutenção da ditadura revolucionária por uma minoria, contra a massa da pequena nobreza. No círculo de Thomas Cromwell, alguns espíritos audaciosos subverteram a doutrina da hierarquia social, pregando a igualdade entre os homens e defendendo uma carreira aberta às pessoas de talento. No círculo de Oliver Cromwell, estas teorias foram colocadas em prática” (HILL, 1992, p. 360).

Hill referia-se aos ideais meritocráticos e democráticos, que foram colocados em prática no *New Model Army*, comandado por Fairfax e Cromwell.

Se, por um lado, o puritanismo foi o elemento aglutinador, por outro, o descontentamento com o governo (diante da sua política que não respondia às expectativas e inseguranças dos diversos componentes da sociedade inglesa num contexto de instabilidade socioeconômica e mobilidade social acentuada), foi um fator que levou às cisões sociais – na análise de Stone. Nos governos Tudor a inflação havia favorecido os arrendatários mais que os proprietários – que recebiam rendas fixas. Na época dos Stuart as rendas foram mais aumentadas do que os preços subiram – financeiramente melhor para proprietários que arrendatários⁴¹. No século que antecedeu a Revolução boa parte do poder socioeconômico passou das forças tradicionais medievais (aristocracia, Igreja) para as classes médias. O efeito da reorganização das propriedades rurais, da inflação e da expansão comercial e industrial mudou o equilíbrio das forças sociais. O principal aspecto

⁴¹ Ibidem, p. 130-1.

da história social inglesa no século que antecede a Revolução foi o aumento e enriquecimento das classes proprietárias e profissionais liberais, proporcionalmente ao resto da população. Os que podem ser encaixados nessas categorias triplicaram, enquanto o resto da população dobrou – nesse intervalo de tempo. A maior parte dessas pessoas pode ser encaixada na camada social da *gentry*⁴².

A necessidade de fazer com que o Estado acomodasse adequadamente as novas forças sociais tornou-se o principal fator a ser considerado pela Coroa a partir dos Stuart⁴³. Sua incompetência e intransigência diante disso, e das suas pretensões absolutistas, foram os mais graves fatores ligados à eclosão da revolução – dentro da *conjuntura* identificada por Stone, nas duas décadas que precederam a guerra Coroa X Parlamento. Nessa *conjuntura*, a corrupção e a incompetência – mais associada ao período do governo de James I, e de seu favorito, o duque de Buckingham; e, a tirania e as pretensões absolutistas – mais associadas à administração de Charles I e seus braços-direitos: o Arcebispo Laud, e o conde de Strafford; se tornaram intoleráveis para vários ingleses que viviam descontentes com o *regime* que parecia incongruente em relação à forma com que esperavam que o governo lidasse com uma *estrutura* social problemática. Dentro da ótica de Stone, esse descontentamento tomou proporções revolucionárias essencialmente por estar frustrando expectativas de elementos que se encontravam em ascensão social – um conceito desenvolvido pelo cientista político Chalmers Johnson, chamado “curva em J”, que ele usou para seu modelo de análise da Revolução Inglesa:

“Por quase um século, até 1629, a influência política da grande *gentry* havia estado em crescimento; os grandes pares puritanos por sua vez, tinham gozado de uma posição considerável na Corte nos primeiros trinta anos no reinado de Elisabete [Elizabeth] e continuaram sendo influentes na maior parte do reinado de Jaime [James]. Na década de 1630, ambos os grupos foram privados de poderes que haviam chegado a considerar como um direito. A teoria da revolução da “curva J”, que enfatiza a importância da discrepância entre expectativas em constante elevação e capacidade de realização primeiro em elevação e depois em

⁴² Ibidem, p. 138.

⁴³ Ibidem, p. 143.

queda, pode ser diretamente aplicada à cambiante distribuição do poder político no governo nacional e local” (STONE, 2000, p. 219).

Essa frustração, de setores que vinham tendo cada vez mais poder político, social e econômico, provocada pelo fracasso econômico de James I e pela reacionarismo político de Charles I, faria com que a possibilidade de ocorrer uma revolução passasse a ser muito provável – seguindo o raciocínio de Stone.

O setor que poderia ter sido mais crucial ao apoiar o rei, e que lhe negou auxílio financeiro às vésperas da guerra civil, diante da perda de confiança no mesmo, foi o dos mercadores da *City* – na ótica de Stone⁴⁴. No reinado dos últimos Tudors, entre meados do século XVI e início do XVII, as exportações e importações não cresceram de forma muito acentuada. Já, ao longo do século XVII, o comércio externo se tornou tão forte que veio a ocupar o centro das discussões econômicas do Estado. Especialmente os produtos têxteis envolviam uma rede social ampla e coesa o suficiente para aproximar ricos e pobres numa “identificação de interesses econômicos”, de forma que a Coroa não conseguia mais colocar esses grupos em posições antagônicas no Parlamento⁴⁵. Talvez, por isso, o fracasso do “Projeto Cockaine” – no início da década de 1620, tenha causado um tremor social tão grande. Em 1622, ao se referir aos tecidos, Thomas Middleton, afirmava: “... concerne tanto ao soberano quanto ao súdito, ao nobre e ao plebeu, até mesmo à toda profissão, condição e espécie de homem desta nação... É... um vínculo que mantém juntos os súditos em suas diversas sociedades” (apud STONE, 2000, p. 132).

A aristocracia, por seu turno – outro setor que, apesar de enfraquecido – poderia ter apoiado amplamente Charles I caso sua administração não tivesse perdido a confiança de vários de seus membros; havia decaído muito socialmente, entre os meados dos séculos XVI e XVII. A diminuição de suas propriedades (fundamentalmente para manter seus padrões de vida por meio da venda das mesmas, ou da cobrança em dinheiro das taxas de seus arrendatários) fez minguar tanto o sentimento de lealdade de seus clientes como o número de soldados a seu serviço⁴⁶. O poder militar e um status social que demandava deferência e obrigações morais, seus principais distintivos em relação ao restante da sociedade, eram muito menores às vésperas da guerra civil que no início dos governos

⁴⁴ Ibidem, p. 223.

⁴⁵ Ibidem, p. 132.

⁴⁶ Ibidem, p. 155-7.

Tudor. A passagem de poder religioso e político para a *gentry*, movida pela Coroa, minou também a influência eleitoral aristocrática – um fator contrastante e frustrador, para os membros dessa categoria social, ao longo do reacionarismo político do governo de Charles I. Isso seria decisivo para o péssimo resultado para os realistas nas eleições de 1640. Tais fatores, na interpretação de Stone, foram responsáveis pela cisão irregular da nobreza entre partidários da Coroa, ou do Parlamento.

A Corte, no período Stuart, se tornou mais uma fonte de tensões sociais para o *regime*; e, as frustrações produzidas nesse ambiente foram as mais graves possíveis (dentro da ótica de Stone, caracterizada pelo seu uso do conceito da “curva em J”). A forma com que eles a conduziam não era adequada para manter o equilíbrio entre as diversas facções e setores que a formavam. Era importante que todos os grupos fossem atendidos na Corte; mas, sem permitir que nenhum dominasse completamente a cena política ou recebesse benefícios generosos o suficiente para causar indignação⁴⁷. O domínio que o duque de Buckingham, George Villiers, exerceu sobre a Corte de James I feriu esses preceitos ao ponto de colocar a Câmara dos Comuns abertamente contra a Coroa – no início do governo de Charles I; por não aceitar novos impostos, suspeitosa quanto ao emprego dos mesmos⁴⁸.

A Coroa, e não somente a Corte, passou a ter sua capacidade administrativa questionada – com o surgimento dos ideais de que o Estado tinha de gerir eficientemente a vida econômica e social do reino. Além de manter a lei, a ordem e defender o território dos inimigos, noção que vinha desde a Idade Média, o Parlamento – de uma sociedade de crescente mobilidade social – passou a exigir do governo também o gerenciamento eficiente das condições econômicas. De acordo com Stone: “Como resposta ao rápido andamento da mudança social, o direito deixou de ser a corporificação do costume e da tradição para se tornar uma força ativa e operante para moldar a sociedade” (2000, p. 160).

Ao mesmo tempo em que ruía o prestígio dos alicerces tradicionais da sociedade, e amainavam os temores de ameaças externas, os parlamentares começaram a passar das discussões políticas pragmáticas e específicas para as questões constitucionais – teóricas e gerais. Mesmo com a Coroa nomeando os presidentes das Câmaras, os deputados passaram a se organizar em comissões e a trabalharem com um sentido de continuidade entre as diversas reuniões do Parlamento⁴⁹. Ocorria uma crise constitucional ao mesmo tempo em

⁴⁷ Ibidem, p. 230.

⁴⁸ Ibidem, p. 157.

⁴⁹ Ibidem, p. 168.

que a Coroa falhava em acomodar politicamente as forças socioeconômicas em ascensão⁵⁰. Agravando esse processo, de acordo com a interpretação de Stone, a elevação no nível educacional da *gentry* fortalecia a confiança em sua própria capacidade política.

A Câmara dos Comuns de meados do século XVII tinha a participação de pessoas com grau de instrução superior a todas as outras na história parlamentar da Inglaterra⁵¹. Um corpo variado de ideias, algumas antigas e outras novas, justificavam os conflitos da Revolução Inglesa – um aspecto que embora Hill não houvesse desenvolvido de maneira muito aprofundada em 1940, foi trabalhado a fundo em seu livro de 1965. Tanto para ele, como para Stone, enquanto umas funcionavam como polarizadoras (como o puritanismo; os debates constitucionais – direito consuetudinário X tribunais privilegiados; Corte X País), outras funcionavam como desintegradoras (como o ceticismo). De uma forma, ou de outra, essas ideias atuavam minando a confiança que se tinha no Estado e na Igreja⁵², aspecto que Stone realça dentro de sua interpretação das causas da Revolução Inglesa.

A perda de confiança, por parte da população – e principalmente da *gentry* – no governo, favoreceu o alinhamento de uma oposição consciente na Câmara dos Comuns⁵³. Porém, embora se fortalecesse a opinião de que a Coroa tinha de regulamentar a vida socioeconômica não existia uma estrutura administrativa capaz de concretizar as regulamentações do governo. As decisões do Parlamento não tinham a seu serviço um corpo burocrático assalariado. Para dar conta das mesmas a Coroa recorria ao trabalho de profissionais que a representavam em troca de vantagens. Como a maior parte dos profissionais eficientes já estava ocupada com suas próprias questões privadas, o governo acabava utilizando como funcionários temporários sujeitos propensos à ineficiência, ao abuso e à corrupção. Isso só desacreditava a capacidade administrativa do governo diante de sua própria população⁵⁴.

Apesar dos pontos de proximidades e afastamentos, entre as interpretações que Hill e Stone fazem da Revolução Inglesa, a mobilidade social – aspecto que ambos consideram importante, mas não aprofundam com a mesma intensidade que os aspectos políticos, econômicos e culturais – parece ser um ponto em que ainda há bastante o que ser discutido, entre as causas dessa revolução. Famílias inteiras tanto mudavam de posição na escala

⁵⁰ Ibidem, p. 171.

⁵¹ Ibidem, p. 173.

⁵² Ibidem, p. 178.

⁵³ Ibidem, p. 167.

⁵⁴ Ibidem, p. 161.

social, quanto do lugar onde viviam, conforme as observações de Stone. Em meados do século XVII apenas o condado de Kent tinha um grande número de membros da *gentry* formado por famílias anteriores aos Tudors. “Houve mais membros da *gentry* tanto em ascensão quanto em queda entre 1540 e 1640 do que aproximadamente em qualquer outro momento da história inglesa” (STONE, 2000, p. 197).

Nesse período, a migração também aumentou enormemente, de acordo com os dados estudados por Stone. A maior parte dessas migrações era constituída por adolescentes que iam servir, ou se tornar aprendizes, fora de suas cidades⁵⁵. Sendo que a maioria ia para alguma área próxima de onde havia saído. Mas, principalmente entre o final do período Tudor e início do Stuart, muitos se deslocavam para Londres – vindos majoritariamente da região Norte⁵⁶. Talvez isso seja um dos fatores que ajude a explicar uma das características identificadas por Stone, que não havia sido observada por Hill, entre os agentes do processo revolucionário: do lado da Coroa predominavam jovens, e do lado do Parlamento, pessoas mais velhas.

OS AGENTES DA REVOLUÇÃO E SUAS EXPECTATIVAS

É muito mais fácil identificar quem são os agentes da Revolução Inglesa, e quais eram suas expectativas, dentro da interpretação de Hill (de 1940), que da de Stone (de 1972). Em parte porque a visão de Hill identificação uma cisão social *a la luta de classes*, enquanto Stone identifica cisões dentro das próprias classes; e, em parte porque o objetivo do livro de Stone era discutir as causas que levaram ao colapso do regime (entre 1640 e 1642) e os posicionamentos sociopolíticos, e expectativas, dos revolucionários mudaram consideravelmente até a Restauração, em 1660. Segundo o próprio Stone, discutir essas questões teria demandado um capítulo a mais naquela obra, para argumentar de forma convincente e aprofundada tais mudanças.

Ainda assim, é possível traçar paralelos entre Hill e Stone quanto a esses aspectos, com o que consta nesses dois livros. Para Stone, a fase realmente revolucionária, dentro da Guerra Civil, começa a partir de 1647. Nesse momento a fuga do rei e sua recaptura haviam dividido o grupo que lutava contra a Coroa de maneira mais radical, entre o que

⁵⁵ Ibidem, p. 198.

⁵⁶ Ibidem, p. 197.

Hill chama de “partidários do compromisso” e “partidários da vitória militar”. Ou, o que grupo que gostaria de reformar o rei e o grupo que o queria destronar. Hill realçou as divisões entre Presbiterianos e Independentes, a partir desse período – o mais radical da Revolução Inglesa. Tanto Hill como Stone reconhecem o período do Protetorado, a partir de 1653, como um período de refortalecimento dos conservadores – que culminou com a volta da monarquia.

Mas, um aspecto muito interessante, observado por Stone, é que a média de idade dos defensores do Parlamento era de dez anos acima – em relação à dos realistas. Um aspecto que parece estranho quando consideramos que parece existir uma tendência, que vai além da temporalidade histórica, de termos predomínio de pessoas mais conservadoras entre os mais velhos e de reformadores entre os jovens:

“A explicação mais plausível para esse conflito de gerações ao inverso é que para os homens serem levados à revolução precisavam ter tido uma experiência pessoal primeiro da corrupção de Buckingham, na década de 1620, e depois da tirania de Carlos [Charles], Laud e Strafford, na de 1630. Se ambas as experiências eram necessárias, mas nenhuma das duas suficientes, isso explicaria tanto o fato da revolução não ter ocorrido na década de 1620, quanto o fato dos velhos serem mais radicais que os jovens na década de 1640” (STONE, 2000, p. 231).

Essa percepção de Stone revela um indício de que as frustrações sentidas pelos que viveram as crises das décadas de 1620 e 1630, já com idade suficiente para olharem o mundo com consciência política – mas ainda jovens – os empurravam contra a Coroa, quando já ultrapassavam a faixa dos quarenta. Talvez as suas inquietações pessoais, diante de um mundo instável em termos sociais, políticos e econômicos, somadas ao contexto de constantes expectativas e frustrações (próprio de uma sociedade com alta mobilidade social e demográfica), tenha sido um fator que contribuiu para criar um grupo de revolucionários de meia idade.

Quanto às classes sociais, Stone identifica o predomínio da tendência de apoiar o Parlamento apenas entre os pequenos proprietários do campo. Chamados na Inglaterra daquele período de *yeomen*. Apesar de serem contados entre os comuns, ao contrário da

gentry (que compunham o grupo hierarquicamente mais baixo entre os que tinham um título honorífico, lhes conferindo o título de *Sir*, e um brasão – ainda que não fossem atribuições hereditárias), esses pequenos proprietários rurais tinham direito a votarem e servirem como jurados. Uma identificação que condiz com a de Hill; que, inclusive, identifica esses pequenos proprietários como um dos setores que viria se dividir entre radicais igualitários e conservadores a partir de meados da década de 1650.

De acordo com a interpretação de Stone, a *gentry*, o setor social mais polêmico dentro das discussões historiográficas que tratam da Revolução Inglesa, havia permanecido em maior parte neutra em relação aos conflitos. E, a fração que participou da Guerra Civil, dividiu-se entre os dois exércitos⁵⁷. A aristocracia titulada também dividiu-se, de acordo com Stone – mas, tinha mais partidários do lado da Coroa que do Parlamento. Apenas os católicos e anglicanos, de acordo com a interpretação de Stone, haviam se aliado ao rei de maneira unânime. Pois, a vitória do outro lado, poderia trazer os puritanos mais radicais (que não aceitariam dividir o poder com partidários de nenhuma daquelas duas correntes religiosas) ao poder⁵⁸.

OS RESULTADOS DA REVOLUÇÃO

As consequências trazidas pela Revolução Inglesa são um aspecto ainda menos explorado no livro de Stone, que seus agentes sociais e expectativas. Assim como Hill, Stone vê a Revolução Inglesa, como uma das “Grandes Revoluções”, na mesma magnitude da Revolução Francesa e da Revolução Russa, e também a aponta como a primeira grande revolução do mundo ocidental. Mas, ao contrário de Hill, que acredita que as principais transformações trazidas por essa revolução foram socioeconômicas, Stone diz que a principal herança da mesma foi seu “legado ideológico”:

⁵⁷ Ibidem, p. 246.

⁵⁸ Ibidem, p. 247.

“Não foi uma coincidência que a maior realização do Longo Parlamento em seu primeiro ano de existência tenha sido a abolição dos tribunais privilegiados, que eram, ao mesmo tempo, os novos suportes do poder real e os velhos rivais dos tribunais consuetudinários.” (HILL, 1992, p. 12)

As noções de legitimidade política, relacionadas à ideia de que o governante deve representar os governados (uma ideia que seria profundamente desenvolvida por Locke), teriam sido a principal consequência da Revolução Inglesa – após a abolição dos tribunais privilegiados, das propriedades feudais e confirmados publicamente com a execução do rei como traidor da Nação, de acordo com a ótica de Stone. Isso implicaria em transferir o controle político da Coroa para o Parlamento, ao mesmo tempo em que essa instituição emergia como o representante, a partir do início do século XVIII, de “uma elite financeira e mercantil, e um *estabilshment* protestante, e todo esse conjunto sustentado por uma ampla base de indivíduos de condição mediana e protegido por salvaguardas legais à liberdade, à propriedade e à tolerância religiosa” (STONE, 2000, p. 293). Resultado do “legado ideológico”, trazido pela Revolução Inglesa.

Conclusões

Embora o panorama geral do mundo inglês, dos séculos XVI e XVII, apresentados por Hill e Stone, sejam parecidos em muitos aspectos, a base de suas explicações para a Revolução Inglesa não o é. Em parte, isso pode ser creditado às suas ênfases explicativas e pressupostos metodológicos. Ainda que Hill tenha iniciado seu artigo, de 1980, com a aprovação de Thompson e Hobsbawn (no qual defende a sua teoria de *revolução burguesa*), chamando a atenção para os preconceitos contemporâneos que existem em relação ao historiador marxista, sua análise tende a supervalorizar os aspectos socioeconômicos e considerar os demais, como a política e a cultura, em função das transformações econômicas. Isso revela uma interpretação relativamente determinista, por um lado; e, teleológica, por outro: a evolução econômica, por meio da luta entre classes antagônicas, vista como meio para um fim determinado. O progresso social. Principalmente em seu livro de 1940.

Já, a interpretação de Stone, por mais ampla que seja, coloca em primeiro plano essencialmente os aspectos políticos, e as implicações dos conflitos religiosos nos mesmos. As questões socioeconômicas são consideradas, mas como fatores secundários – entre as causas de longa duração. Isso também pode ser em parte creditado aos seus pressupostos metodológicos – amparados pelo uso de conceitos das ciências sociais – e, também, em função de suas convicções pessoais liberais. Nas causas de longa duração (1529-1629), Stone enfatiza questões políticas: fraqueza financeira, militar e burocrática da Coroa; mudança no perfil social das elites políticas (com a ascensão social da *gentry* e a queda de prestígio aristocrático) levando ao surgimento da noção País X Corte; o desejo de reformas não apenas na Igreja, mas também no Estado – estimulado pela disseminação do puritanismo; e, a crise de confiança na Coroa, acentuada pela crise econômica desencadeada pela administração de James I, e pelo reacionarismo político de Charles I. Nas de curta (1629-39) e imediata duração (1640-42), a ênfase continua no campo da política, mas passa do foco no campo coletivo para o das ações individuais.

Contudo, o próprio Stone afirma que seu trabalho tinha a intenção de mapear as causas da Revolução Inglesa dentro de suas diferentes temporalidades, mas que estabelecer uma relação de hierarquia entre elas era uma tarefa arriscada e que poderia comprometer o entendimento das mesmas:

“O modelo tripartido de precondições, precipitantes e disparadores além de útil é essencial, com a condição de que seja tratado simplesmente como um expediente organizacional conveniente para separar a enorme massa de fatores muito diversos. Apesar de arbitrária, a divisão de causas em precondições de longo prazo, precipitantes de curto prazo e disparadores imediatos, torna possível sair das falsas alegações dos deterministas econômicos marxistas, dos evolucionistas progressistas neo-*whigs*, e dos expoentes “revisionistas” do acidentalismo puro” (STONE, 2000, p. 200).

Vemos aí uma recusa direta do modelo interpretativo oferecido por Hill, entre outros, da parte de Stone. Ainda que, mesmo assim, Stone visse Hill como um marxista que escrevia com alta sofisticação.

Essa diferença de enfoques pode levar o estudo de ambos a preencher lacunas que a leitura de apenas um deixaria no leitor que se resumisse a isso. Porém, a despeito dessa complementaridade, a ideia de inevitabilidade (implícita na tese de superação de um *modo de produção* por outro) e de alinhamento de classes (ainda que inconscientemente); defendidas por Hill; são contrárias ao cerne da explicação de Stone. Para ele, é essencial distinguir as diferentes temporalidades das causas da Revolução Inglesa; pois, ao mesmo tempo, que cada uma delas tem implicações diferentes (as de longo prazo na *estrutura*, e as de curto prazo e imediatas na *conjuntura*; do complexo contexto histórico que provocou tal revolução) esse evento histórico só se tornou possível graças à coexistência das mesmas.

Segundo Stone, só entre 1640-42, quando muitos membros do Parlamento, entre os comuns e os lordes, perdem completamente a confiança em Charles I (ele havia tentado prender os cinco membros que defenderam a impressão para divulgação pública da *Grand Remonstrance*⁵⁹; e, embora começasse a extinguir os tribunais privilegiados, admitisse publicamente que reformaria a Igreja, e estivesse disposto a discutir os monopólios; escrevia secretamente a seus possíveis aliados em busca de apoio financeiro e militar⁶⁰) é

⁵⁹ Um documento no qual os parlamentares opositores resumiam as suas queixas à Coroa, e, liderados por John Pym, queriam divulgá-lo publicamente.

⁶⁰ STONE, Lawrence. *As causas da Revolução Inglesa: 1529-1642*. São Paulo: Edusc, 2000. p. 238.

que se inicia a revolução. Diferentemente da interpretação de Hill, que via a inevitabilidade da revolução ainda em 1629:

“Estava atingido o ponto para além do qual o rei não podia continuar a recuar, sem abdicar virtualmente perante a burguesia. A situação já era revolucionária, mas Carlos I [Charles I] tinha tomado a iniciativa e, durante onze anos, pôs em prática um governo pessoal” (HILL, 1985, p. 63).

Essa noção de “abdicar virtualmente perante a burguesia” mostra claramente a ideia de alinhamento de classes, defendida por Hill. E, classifica um contexto social já revolucionário, em um momento em que Stone pensa que revolução começava a se tornar provável. Para Stone, naquele período, teria sido possível o rei chegar a acordos que satisfizessem as diferentes exigências do variado grupo oposicionista:

“Os aliados contra o rei formavam um bando de inimigos, unidos temporariamente – *gentry*, nobres, juristas e ministros – inspirados por quatro ideais poderosos mas até então distintos, ou mesmo antagônicos: nacionalismo chauvinista, particularismo local, puritanismo religioso e moral, e legalismo constitucional. Chegaram em Westminster falando sem parar de uma Igreja reformada, de uma República devota, de Magna Carta, de Antiga Constituição, e de País. Mas estes eram mais slogans do que um programa concreto, e seria tolice sugerir que, em 1640, passava pela cabeça da oposição algo mais do que o desejo de preservar e aumentar a influência política do Parlamento; de estabelecer a supremacia do direito consuetudinário como baluarte da propriedade; de livrar a Igreja das inovações papistas introduzidas por Laud; de dar à política interna e externa uma orientação inequivocamente protestante; e de reduzir a influência política dos bispos” (STONE, 2000, p. 200-1).

Ou seja, o isolamento político do rei, que Hill identifica em 1629, e já sob um contexto revolucionário, Stone só identifica em 1640. E, de uma forma na qual a intenção do Parlamento ainda seria a de reforçar sua autoridade como instituição. Não de derrubar a Coroa. O rei não havia chegado a uma situação próxima da abdicação; estava sendo coagido a ceder às pressões reformistas dos parlamentares insatisfeitos. Não existe uma união de interesses políticos e socioeconômicos, em torno de uma classe social, de acordo com Stone.

A ideia de alinhamento de membros de uma classe burguesa, no Parlamento, contra inimigos que representavam os interesses feudais, por meio da Coroa, é completamente negada por Stone. Como vimos no capítulo anterior, para ele, o que estava ocorrendo era a divisão dos setores sociais, desde as classes até as famílias. Graças à instabilidade política, econômica, cultural e social, provocadas pelos fatores *estruturais*. E, agravadas pelas variadas insatisfações que o governo de Charles I estava promovendo; especialmente após o fechamento forçado do Parlamento em 1629. A morte do conde de Bedford em 1641, que segundo Stone, poderia atuar como mediador dos interesses entre Parlamento e Coroa; e, o início de uma rebelião na Irlanda contra as políticas colonialistas inglesas, é que teriam sido os fatores a levarem à completa perda de confiança dos opositores de Charles I, “cujas ações, e cuja correspondência interceptada, deixavam claros que não tinha intenção de aceitar a nova ordem política” (STONE, 2000, p. 238).

Na interpretação de Stone, era principalmente a atuação política do rei que estava tornando a crise política irreversível⁶¹. Não, como defende Hill, a necessidade de adaptar a estrutura política ao novo contexto socioeconômico. Mas, em relação à argumentação de Hill, existe uma grande incoerência em relação à sua ideia de que anteriormente à Revolução Inglesa a Inglaterra fosse um país predominantemente feudal, mas, que “em 1640, todavia, a maior parte das classes estava unida contra a Coroa” (1985, p. 70). Como a Inglaterra podia ser um país predominantemente feudal e ao mesmo tempo, quando se iniciava uma luta de classes movida pela burguesia, contra os representantes do feudalismo, a maior parte das classes estar unida contra a Coroa? Isso que dizer que havia uma concentração de poder na mão de poucos e poderosíssimos senhores feudais que estavam sofrendo a oposição de vários elementos ligados às suas propriedades que tinham uma mentalidade burguesa?

⁶¹ Ibidem, p. 284.

Parece que a única forma de responder a essas questões seria pressupor que, no seio das classes feudais, a mentalidade *burguesa* se fortaleceu entre os explorados pelo *modo de produção feudal* e levou à derrubada do rei. Uma ideia que deixa implícita tanto a inevitabilidade da Revolução Inglesa, quanto explícita seu alinhamento de classe. Habilmente negadas por Stone. Mas, essa é a base da argumentação de Hill:

“Pilhando as colônias e navios espanhóis em busca de ouro, procurando terras na Irlanda e na América do Norte, os aventureiros da classe decadente não entravam em conflito com os elementos da classe em ascensão. Os que tinham sorte adquiriam o capital necessário para participarem também da produção para o mercado: as linhas da divisão entre as classes ainda não tinham cristalizado.

Este processo de cristalização teve lugar nos reinados de Jaime I [James I] e Carlos I [Charles I]” (HILL, 1985, p. 51).

Essa “cristalização” das classes inevitavelmente implicaria em uma luta revolucionária, seguindo a interpretação de Hill, pois para ele “o derrube do regime feudal era visto como a condição prévia essencial para o progresso social e intelectual” (1985, p. 76). Mesmo que o rei tivesse negociado com o Parlamento, de 1640, de forma a evitar a guerra civil, na visão de Hill, a revolução era inevitável:

“A vitória de Carlos I [Charles I] e do seu bando só poderia significar a estagnação econômica da Inglaterra, a estabilização de uma sociedade feudal retrógrada numa era mercantil, e, mais tarde, iria exigir uma luta ainda mais sangrenta pela libertação. Os parlamentares acreditavam que travavam a batalha de Deus. Mas era evidente que a batalha que travavam era a da posteridade, pois livravam-se de um intolerável obstáculo ao avanço ulterior. O facto de que a revolução poderia ter avançado mais não deverá fazer-nos

esquecer o heroísmo, a fé e a energia disciplinada com que o povo em geral respondeu ao apelo livre e franco dos dirigentes parlamentares: que apoiasse a causa deles” (HILL, 1985, p. 76-7).

Temos aí, além da ideia de *luta de classes* e da inevitabilidade da Revolução Inglesa; também, o componente teleológico da tese de Hill, exposto.

Mesmo assim, não podemos nos esquecer de que a escrita da história é feita por meio de incessantes batalhas entre os historiadores, e que o erro, a adaptação de uma explicação em função das subjetividades de quem a escreve, o exagero em um aspecto em detrimento de outro, é uma constante com a qual cada historiador tem de lidar. Tanto em relação às suas próprias produções, quanto em relação à interpretação das produções de outros. Hill foi um dos maiores historiadores ingleses, com uma obra prolífica e que se estendeu aos campos culturais e políticos, sem se restringir somente a estudos socioeconômicos. Ou a considerar o plano das ideias como um simples reflexo das estruturas socioeconômicas. Contudo, nunca abandonou sua tese de que a Revolução Inglesa teria sido uma *revolução burguesa*. Desde 1940.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Independentemente da corrente historiográfica, a qual pertença um autor, existe uma série de perguntas que o mesmo sempre terá de responder, para tratar de qualquer questão histórica. As mais fáceis de serem respondidas são *o que?* (tema) e *quando?* (temporalidade). As grandes divergências costumam aparecer nas perguntas mais problemáticas: *como?* (modalidade), *por quê?* (causalidade) e *para que?* (finalidade). Contudo, conforme o historiador enxergue uma ou outra coisa em relação às perguntas mais problemáticas, a resposta das mais fáceis pode ser alterada. É devido a essas questões que a visão de mundo do historiador, sua subjetividade, tende a imprimir em seus raciocínios historiográficos seus valores pessoais. O que não significa que sua produção tenha um valor apenas literário, mas sim, que é necessário que tanto quem escreva sobre

história, como quem lê, esteja ciente desses aspectos. Para realizar interpretações e produções que não se resumam a mimetizar as ideias encontradas na historiografia.

No caso da Revolução Inglesa, vemos que o *como* é entendido de forma bem diferente por Hill e Stone. No caso de Hill, é por meio de uma *luta de classes* que se desenrola a revolução. No de Stone, é a fragmentação e polarização das diversas categorias sociais que a provoca. Com o passar do tempo, Hill mudou sua maneira de responder o *como*, se formos considerar a pergunta direcionada a explicar a queda do regime de Charles I. No seu artigo de 1980, de maneira semelhante a Stone, Hill afirma que o colapso político que iniciou a Revolução Inglesa ocorreu por meio de cisões e polarizações dos diversos elementos da sociedade inglesa. Mas, sua forma de responder o *porquê* mantinha o cerne da argumentação da concepção de que o desenvolvimento do capitalismo, dentro do sistema feudal, havia sido a causa primordial do processo revolucionário. E, o *para que*, enfatizando as mudanças socioeconômicas que favoreceram o desenvolvimento do capitalismo, era o principal aspecto de sua tese a justificar a continuidade de seu conceito de que a Revolução Inglesa havia sido uma *revolução burguesa*.

Se considerarmos as formas como Stone e Hill respondem a essas três últimas questões, veremos que as perguntas mais básicas são alteradas em função das outras. Se a questão *o que* for feita, embora ambos possam começar a resposta com o termo “Grande Revolução”, Stone apontará para um conjunto de transformações no ideário político e Hill para o desenvolvimento do sistema capitalista. Em outras palavras, Stone centrará sua argumentação em torno do desenvolvimento da noção de legitimidade política aos moldes contemporâneos e do sistema democrático. E Hill nos aspectos que levaram a Inglaterra ao período de imperialismo político-econômico e à Revolução Industrial. Até mesmo o *quando* não é respondido da mesma forma, por ambos, em função da sua ótica diferente sobre os demais aspectos do problema. Enquanto Hill enxerga o contexto revolucionário no final da década de 1620, Stone só vê a mesma realidade após o início do Parlamento Longo, de 1640.

Essa diversidade de concepções e enfoques pode nos levar a questionar até que ponto é possível tomar a historiografia para nos informarmos seguramente sobre o passado. Pois, parece que o ofício essencial do historiador é fazer abstrações sobre pressupostos, considerando as implicações das limitações à que a escrita da história está sujeita. Porém, limitações e necessidade de reformular conclusões, concepções, métodos e conceitos não é

uma característica exclusiva da historiografia. É uma condição que acompanha a humanidade, em todos os seus campos de conhecimento. Antes, durante, ou depois de 1940. Ou, 1972.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, J.J. Andrade. “Perspectivas da Revolução Inglesa”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 4, nº 7, 1984. p. 121-131.

AUGHTERSON, Kate. *The English Renaissance: an anthology of sources and documents*. Padstow: Routledge, 2002.

CHRISTOPHER Hill. *The Telegraph*. London, 27 fev. 2003. Disponível em: <<http://www.telegraph.co.uk/news/obituaries/1423179/Christopher-Hill.html>> Acesso em: 22 abr. 2013.

DUDLEY, Edmund. *The Tree of Common Wealth: A Treatise*. Manchester: Charles Simms & Co., 1859 (original manuscrito de 1509-10). p. V-XVIII Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=wwVAAAAAYAAJ&printsec=frontcover&dq=edmund+dudley&hl=pt-BR&sa=X&ei=Q9nvUdioE8iWqQHploDgCQ&ved=0CDEQ6AEwAA#v=onepage&q&f=false>> Acesso em: 11 ago. 2012.

ENCYCLOPEDIA BRITANNICA, 11th Ed.. Cambridge: Cambridge University Press, vol. VI p. 817. 1910. Disponível em: <<http://www.luminarium.org/encyclopedia/burghley.htm> > Acesso em: 22 jul. 2012.

vol. VIII p. 283. Disponível em: < <http://www.luminarium.org/encyclopedia/cromwell.htm> > Acesso em: 22 jul. 2012.

vol. XIII p. 283. Disponível em: < <http://www.luminarium.org/encyclopedia/henry7.htm> > Acesso em: 11 ago. 2012.

vol. XXV p. 796. Disponível em: <<http://www.luminarium.org/encyclopedia/starchamber.htm>> Acesso em: 11 jun. 2012.

FLETCHER, Anthony; STEVENSON, John. *Order & Disorder in Early Modern England*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=6_Cq4-WFX6cC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false> Acesso em: 20 mar. 2013.

JOKINEN, Anniina. “Cardinal Thomas Wolsey.” *Luminarium*. 8 mai. 2007. Disponível em: <<http://www.luminarium.org/encyclopedia/wolseybio.htm>> Acesso em: 13 jul. 2012.

FLORENZANO, Modesto. “Olhando para os dois lados do Canal da Mancha: polêmicas e revisionismo na historiografia da Revolução Inglesa”. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, São Paulo, v. 30, p. 127-136, jun. 2005. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2257/1350>> Acesso em: 08 jun. 2013.

HILL, Christopher. *A Revolução Inglesa 1640*. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1985.

HILL, Christopher. *Origens intelectuais da Revolução Inglesa*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

MORRILL, John; MANNING, Brian; UNDERDOWN, David. “What was the English Revolution”. *History Today*. London, v. 34, 1984. p. 14-21. Disponível em: <http://www.blackwellpublishing.com/content/BPL/Images/Content_store/Sample_chapter/9780631208082Sample/Gaunt9780631208082.pdf> Acesso em: 27 jun. 2013.

PHILLIPS, Charles. *The complete illustrated encyclopedia of Royal Britain*. London: Hermes House, 2010.

SCOTT, Jonathan. *England's Troubles: Seventeenth-Century English Political Instability in European Context*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=YoyjoOck5GoC&printsec=frontcover&dq=jonathan+scott&hl=pt-BR&sa=X&ei=2OzvUa_JpDdqwHHh4BQ&ved=0CDcQ6AEwAQ#v=onepage&q=english%20revolution&f=false> Acesso em: 17 jun. 2013.

SKINNER, Quentin. *Visions of Politics: volume II; Renaissance Virtue*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

STONE, Lawrence. *As causas da Revolução Inglesa*. São Paulo: Edusc, 2000.

STONE, Lawrence. *The crisis of aristocracy (1558-1641)*. Oxford: Oxford University Press, 1977.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ZIERER, Otto. *Pequena história das grandes nações: Inglaterra*. São Paulo: Linoart, 1978.

GLOSSÁRIO

ANGLICANO – Designação genérica dos cristãos que aceitavam e apoiavam a Reforma da Igreja na Inglaterra; que, apesar de desligá-la da autoridade papal, em termos doutrinários não se afastou muito do catolicismo; e participavam de suas atividades sem exigir alterações muito profundas na Igreja, além das que a Coroa propunha.

ARMINIANO – Designação genérica dos que seguiam a doutrina de Jacobus Arminius, que, entre outras coisas, negava a doutrina calvinista da predestinação. O arcebispo William Laud, nomeado por Charles I na década de 1630, foi o principal representante dessa corrente teológica na Igreja Anglicana.

CASA DOS COMUNS – Seção do Parlamento inglês composta por proprietários de terras que não tinham títulos nobiliárquicos hereditários, eleitos por, e entre, cidadãos comuns.

CASA DOS LORDES – Seção do Parlamento inglês composta por proprietários de terras que tinham títulos nobiliárquicos hereditários e eram convocados pela Coroa.

CITY – Região da cidade de Londres que concentra as atividades financeiras, na Inglaterra do início da Modernidade, concentrava a elite dos mercadores ingleses.

COMUNS – Categoria social dos que não tinham títulos nobiliárquicos hereditários.

CONSELHO PRIVADO – Órgão governamental, composto por conselheiros indicados diretamente pelo monarca, que concentrava poderes administrativos e legais.

ERASTIANO – Designação genérica dos defensores da doutrina de Thomas Erastus, baseada na ideia de que a Igreja deve ser subordinada ao Estado. Laud, e seus correligionários, eram partidários dessa doutrina e a usavam, assim como o arminianismo, em suas reformas na Igreja Anglicana.

GENTRY – Categoria social dos *gentlemen*, composta pelos proprietários de terras que compravam um brasão de armas, disponível no mercado sem nenhum critério especial de seletividade.

NOBREZA FEUDAL – Categoria social dos que detinham títulos honoríficos hereditários de propriedades rurais (em ordem descendente: duques, marqueses, condes, viscondes e barões). Utilizavam o prenome *Lord*.

PAPISTA – Designação genérica dos que apoiavam as políticas católicas e papais. Tanto Charles I, quanto William Laud, eram vistos como papistas por muitos ingleses.

PARES – Grupo da nobreza feudal que era convocado pela Coroa para as reuniões da Câmara dos Lordes.

PEQUENA NOBREZA – Categoria social dos que detinham títulos honoríficos não hereditários de propriedades rurais (em ordem descendente: cavaleiros, escudeiros e *gentlemen*). Utilizavam o prenome *Sir*.

PURITANO – Designação genérica dos que se opunham às doutrinas oficiais anglicanas, em grande parte, adeptos do calvinismo. Aqueles que frequentavam a Igreja, mas contestavam as suas doutrinas, também são chamados de não conformistas; os que se afastavam dela – sem deixarem de ser cristãos – também são chamados dissidentes.

STAR CHAMBER – Tribunal privilegiado usado pelo monarca para julgar questões que competiam diretamente à Coroa e que estavam fora da alçada da lei comum [*common law*], sob a qual se constituía o direito consuetudinário. Era uma das principais *Prerogative Courts* [Cortes de Prerrogativas], e baseava suas resoluções no direito romano. Tinha esse nome devido ao teto decorado com estrelas, na sala onde se reunia.

YEOMEN – Categoria social dos pequenos proprietários rurais que, apesar de não terem nenhum título honorífico de propriedade, tinham os direitos políticos de voto e de atuarem como jurados. Mesmo não fazendo parte de nenhuma categoria aristocrática, também tinham importantes funções militares, e é daí que vem o nome dado a essa categoria. A *yeomanry* era como se chamava o grupo dos alabardeiros, que podia ser convocado pelo rei.